

GABRIELA DONADEL

SEQÜÊNCIAS DE OBSTRUINTES NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA:
da Variação nas Gramáticas Antigas à Teoria da Otimidade

PORTO ALEGRE

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DE SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: MORFOLOGIA E FONOLOGIA

SEQÜÊNCIAS DE OBSTRUENTES NA HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA:
da Variação nas Gramáticas Antigas à Teoria da Otimidade

GABRIELA DONADEL

Orientadora: Profa Dra Valéria Netto de Oliveira Monaretto

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Lingüística apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
2007

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os que me ajudaram a concluir este trabalho. Meus sinceros agradecimentos...

... à CAPES, pela bolsa concedida.

... aos professores do Programa de Pós-graduação, em especial ao professor Luiz Carlos Schwindt e às professoras Gisela Collischonn, Laura Quednau e Valéria Monaretto, pela excelência de suas aulas.

... aos colegas, em especial à Simone Borges e à Aline Padilha, pelas angústias compartilhadas.

... aos colegas do Círculo Lingüístico da UFRGS, por tornarem as discussões sobre fonologia e morfologia mais prazerosas.

... à Luciane Trennephol da Costa, pelo estímulo e amizade.

... a minha orientadora, pela confiança e amizade.

... a minha mãe, que no início do mestrado me perguntou “como teu trabalho vai mudar o mundo?”, me obrigando a repensar meu papel enquanto lingüista teórica.

... à Dani, por ouvir tantas e tantas vezes a escrita inacabada deste trabalho.

... a toda minha família, por ser um lugar de conforto.

... aos “Bizarros”, por me lembrarem sempre que rir é muito bom.

... à Rô, pela acolhida.

... ao Gustavo, pelo amor, compreensão, companheirismo (mesmo quando estava longe).

Não preciso olhar para o passado para saber quem sou; mas posso voltar a ele para entender porque sou assim, e não outra.

RESUMO

Este trabalho toma por objeto de análise seqüências de obstruintes da língua portuguesa e, a partir de um olhar diacrônico, busca analisar seu comportamento na história da língua por meio do exame de algumas gramáticas antigas, com o fim maior de fornecer uma contribuição para estudos de evolução da Língua.

De acordo com gramáticos históricos, na passagem do latim para o português antigo, essas seqüências, que eles denominam *grupos consonantais impróprios* (GCIs), teriam sofrido alterações no sentido de eliminação da primeira consoante do grupo, por meio de processos fonológicos, como, por exemplo, em *nocte* > *noite* (vocalização), *dicto* > *ditto* (assimilação) e *pigmenta* > *pimenta* (apagamento). Muitos desses grupos de obstruintes teriam sido recuperados a partir do Renascimento, através de empréstimos do latim, fazendo parte de um conjunto de itens lexicais chamados *eruditos*.

A partir da descrição de um conjunto de afirmações sobre a constituição silábica encontradas em gramáticas da língua portuguesa, procuramos discutir a transição, a implementação, a avaliação e o encaixamento das alterações ocorridas com os GCIs, desde o século XVI, ano de publicação da primeira gramática do português. Trata-se de um trabalho essencialmente descritivo e que alia os pressupostos teóricos da Teoria da Variação à arquitetura da gramática proposta pela Teoria da Otimidade a fim de refletir sobre a história das seqüências de obstruintes na língua.

ABSTRACT

Since a diachronic view, this study consists of an analysis of complex clusters in Portuguese and intends to analyze their behavior throughout the history of language by the examination of some grammars, in order to provide some contributions to the evolutionary studies of Language.

According to historical grammarians, complex clusters, that they call *grupos consonantais impróprios* (GCIs), would have undergone alterations in the transition between Latin and Ancient Portuguese: the first consonant would drop due to phonological processes, as in *nocte* > *noite* (vocalization), *dicto* > *ditto* (assimilation), and *pigmenta* > *pimento* (deletion). Sequences of obstruents would have been recovered from Renaissance onwards through borrowings from Latin to form a set of lexical items called *erudites*.

The aim of this research is to describe the history of such sequences of obstruents. The results of the investigation point out that words with complex clusters are found abundantly from the second half of the 16th Century onwards, and, since then, constant variation is found between the presence/absence of these clusters.

We joined theoretical assumptions of Variationist Theory to the architecture of the grammar proposed in the Optimality Theory in order to discuss about the transition, implementation, evaluation and the place of the alterations in the language system that the obstruents sequences underwent since the 16th Century, when the first grammar of Portuguese was published.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Formação do núcleo da sílaba (cf. Teoria Métrica).....	26
FIGURA 2: Formação do onset	26
FIGURA 3: Formação do onset complexo	26
FIGURA 4: Formação da coda	27
FIGURA 5: Condição da Coda	28
FIGURA 6: Formação de coda complexa	28
FIGURA 7: Representação do Princípio de Sonoridade Seqüencial aplicado à sílaba	30
FIGURA 8: Grupos consonantais próprios e SSP	31
FIGURA 9: Grupos consonantais impróprios e SSP	31
FIGURA 10: Representação da sílaba de acordo com a sonoridade dos segmentos	34
FIGURA 11: Representação de onset complexo de acordo com a sonoridade dos segmentos	35
FIGURA 12: Representação da violação de SSP em segmentos com mesma sonoridade	35
FIGURA 13: Grupos Consonantais Impróprios e SSP	104
FIGURA 14: Representação da estruturação silábica de um segmento geminado	113
FIGURA 15: Representação silábica da vocalização de <i>nocte</i> > <i>noite</i>	113

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Vocalização ou assimilação nos grupos <i>ct</i> e <i>pt</i> conforme a vogal anterior ao grupo	18
QUADRO 2: Modificações do grupo <i>ct</i> nas línguas românicas	19
QUADRO 3: Alterações em outros grupos complexos nas línguas românicas	19
QUADRO 4: GCIs que sofreram vocalização	19
QUADRO 5: GCIs que sofreram assimilação	20
QUADRO 6: Casos de queda da primeira consoante do GCI	20
QUADRO 7: Número de palavras dicionarizadas conforme o grupo	21
QUADRO 8: Resumo da evolução dos GCIs conforme as gramáticas históricas ..	22
QUADRO 9: Exemplos de silabação do PB para seqüências de consoantes	29
QUADRO 10: Padrões de mudança no indivíduo e na comunidade.....	50
QUADRO 11: Correções de erros de pronúncia conforme Feijó (1734)	81
QUADRO 12: Relação entre som e escrita de acordo com Ribeiro (1881)	88
QUADRO 13: Resumo geral das idéias encontradas nas gramáticas antigas	96
QUADRO 14: Palavras com GCIs a partir do século XII (cf. Nunes, 1970)	101
QUADRO 15: input com GCI e reordenamento de restrições de fidelidade.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS

ACC – Afrouxamento da Condição de Coda
AEE – Apagamento do Elemento Extraviado
C – Consoante
CON – Constraint
EVAL – Evaluator
F – Fidelidade
G – Glide
GCI – Grupo Consonantal Impróprio
GEN – Generator
GU – Gramática Universal
H – Hierarquia
L – Líquidas
LH – Lingüística Histórica
LP – Língua Portuguesa
M - Marcação
N – Nasal
Nu – Núcleo (sílabas)
O – Obstruente
PB – Português Brasileiro
PE – Português Europeu
SSP – Princípio de Sonoridade Seqüencial
TO – Teoria da Otimidade
V – Vogal
WLH – Weinreich, Labov & Herzog

LISTA DE TABLEAUX

TABLEAU 1: NOCOMPLEX _{ONSET} >>NOCODA	55
TABLEAU 2: Vocalização de <i>nocte</i> > <i>noite</i> (cf. Holt, 1997)	118
TABLEAU 3: Simplificação das geminadas (cf. Holt, 1997)	119
TABLEAU 4: Vocalização das velares (cf. Holt, 1997)	119
TABLEAU 5: <i>Reinserção</i> de GCI a partir de input sem o grupo e conforme ranking de Holt (1997)	120
TABLEAU 6: <i>Reinserção</i> de GCI a partir de input com o grupo e conforme ranking de Holt (1997)	121
TABLEAU 7: Input com GCI e ranking FIDELIDADE >> *Oμ	121
TABLEAU 8: FIDELIDADE >> *Oμ	122
TABLEAU 09: Output com GCI	124
TABLEAU 10: Output sem GCI	124
TABLEAU 11: Output com epêntese	124
TABLEAU 12: Output com vocalização	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 GRUPOS CONSONANTAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA: PERCURSO HISTÓRICO E ALGUNS QUESTIONAMENTOS	15
2.1 BREVE HISTÓRICO DA LP	15
2.2 GRUPOS CONSONANTAIS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA	16
2.2.1 Grupos Consonantais Próprios	17
2.2.2 Grupos Consonantais Impróprios	17
2.2.2.1 GCIs no Século XXI?	21
2.3 O PROBLEMA	21
2.4 COMO OCORREU A <i>REINSERÇÃO</i> DOS GCIs NA LÍNGUA?	23
2.4.1. A Questão da Sílabas	23
2.4.1.1 Formação da Sílabas conforme Bisol (1999)	25
2.4.2 A Questão do Segmento	30
2.5 LACUNAS NOS ESTUDOS DOS GCIs	32
3 A PESQUISA	34
3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO	34
3.1.1 Justificativa do Uso do Termo	34
3.1.2 Recortando o Objeto	36
3.2 OBJETIVOS	37
3.2.1 Objetivo Geral	37
3.2.2 Objetivos Específicos	38
3.3 HIPÓTESES	39
4 METODOLOGIA	40
4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ESTUDO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA ..	40
4.2 O PRINCIPAL DA TEORIA DA VARIAÇÃO	44
4.2.1 A Teoria da Variação e a Mudança	47
4.3 UM NOVO OLHAR SOBRE OS ESTUDOS HISTÓRICOS	51
4.4 A TEORIA DA OTIMIDADE (TO)	54
4.4.1 TO e Variação	56

4.4.2 TO e Mudança	57
4.5 AXIOMAS DESTA DISSERTAÇÃO	59
4.6 O CORPUS	61
5 DESCRIÇÃO DO CORPUS	64
5.1 FERNÃO DE OLIVEIRA (1536)	64
5.2 JOÃO DE BARROS (1540)	67
5.3 DUARTE NUNES DO LEÃO (1576)	69
5.4 ÁLVARO FERREIRA DE VÉRA (1631)	71
5.5 JERÔNIMO CONTADOR DE ARGOTE (1725)	75
5.6 MADUREIRA FEIJÓ (1734)	77
5.7 JERÔNIMO SOARES BARBOZA (1822)	83
5.8 JÚLIO RIBEIRO (1881)	87
5.9 ORTOGRAFIA DA LP	89
5.10 CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (1916)	92
5.11 CÂNDIDO JUCÁ FILHO (1940)	93
5.12 CELSO FERREIRA DA CUNHA (1972)	94
5.13 RESUMO DO CAPÍTULO	95
6 REFLEXÕES GERAIS SOBRE A HISTÓRIA DOS GCIs	98
6.1 SOBRE A TRANSIÇÃO	98
6.2 SOBRE A AVALIAÇÃO	107
6.3 SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO	109
6.4 SOBRE O ENCAIXAMENTO	116
6.4.1 O estudo de Holt (1997)	117
6.4.2 GCIs a partir do estudo de Holt	120
6.5 RESUMO DO CAPÍTULO	126
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga seqüências de obstruintes a partir da consulta de gramáticas da língua portuguesa. Trata-se de uma reflexão histórica sobre aspectos fonológicos da Língua Portuguesa e que mobiliza diferentes pontos de observação teórica, da Teoria da Variação à Teoria da Otimidade. Como todo trabalho que não encontra precedentes, apresenta inúmeras lacunas que análises futuras poderão preencher.

Nossa viagem pelo “túnel do tempo”, como diria Tarallo (1991), inicia-se pela consulta de algumas gramáticas históricas, que tratam da evolução da língua desde o latim. De acordo com gramáticos como Said Ali (1971) e Coutinho (1971), por exemplo, na passagem do latim para o português, seqüências de obstruintes, que chamam de *grupos consonantais impróprios*, foram eliminadas da língua por meio de três processos: vocalização (*nocte > noite*), assimilação (*dicto > ditto*) e apagamento (*pigmenta > pimenta*). No Renascimento, através de empréstimos do latim, essas seqüências teriam reaparecido na língua, fazendo parte de um conjunto de itens lexicais classificados como *eruditos*.

Nossa pesquisa busca analisar o comportamento dessas seqüências de obstruintes na história do português por meio do exame de algumas gramáticas. Analisamos onze gramáticas da língua portuguesa sob a ótica da Teoria da Variação e da Teoria da Otimidade. Acreditamos que a *reinserção* de seqüências de obstruintes na língua deve ser analisada em termos de estrutura gramatical, pois partimos do pressuposto que todo empréstimo deve ser adaptado ao padrão estrutural da língua que o recebeu.

Tomamos por base o trabalho de Holt (1997) que trata dos processos de vocalização de velares-coronais e desassimilação de geminadas pela ótica da Teoria da Otimidade. A partir das noções de Otimização Lexical e harmonia gramatical e de sua relação com a mudança, o autor defende que esses dois processos seriam consequência da perda da duração como traço vocálico distintivo, em que uma restrição que proíbe consoantes moraicais (*Cμ) passaria a exercer papel na língua. Com o tempo, de acordo com Holt, pelo mecanismo de Otimização Lexical, as formas de input deixaram de ter vogais longas e obstruintes que pudessem resultar em output com consoantes com mora (em coda). As formas vocalizadas e degeminadas (*lacte > leite*, *ditto > dito*) também são lexicalizadas, e isso pode ter feito com que restrições de marcação fossem demovidas no ranking, resultando na seguinte hierarquia: Fidelidade >> Marcação.

Defenderemos que, no momento em que são reinsertadas na língua, palavras com GCIs são necessariamente escolhidas por serem fiéis à forma subjacente. Assim, entendemos que o input tem papel importante na retomada dos grupos.

Esta dissertação organiza-se da seguinte forma. No capítulo 1 apresentamos um breve histórico dos grupos consonantais na LP, com ênfase para os GCIs, conforme gramáticas históricas da língua. Apontamos a ausência de estudos mais detalhados sobre a *reinsertão* desses grupos, que vai contra um período de mudança anterior que direcionou sua eliminação. Trazemos, ainda, estudos sincrônicos sobre a sílaba e que consideram o nível segmental a fim de levantar possibilidades de análise para o estudo da mudança em questão.

No capítulo 2 organizamos nosso percurso, apresentando nossos objetivos e hipóteses.

O capítulo 3 é dedicado à metodologia. Nele fazemos uma discussão sobre o estudo da mudança lingüística, e assumimos axiomas para este trabalho com base na Teoria da Variação e da TO.

O quarto capítulo é um resumo das obras consultadas, em que sinalizamos para algumas reflexões posteriores.

No quinto capítulo apresentamos uma reflexão sobre a mudança dos GCIs, a partir de gramáticas consultadas, analisando quatro aspectos: sua transição, sua avaliação, sua implementação e seu encaixamento, sempre dentro de uma perspectiva diacrônica que compreende cada gramática como representativa da língua de sua época.

No capítulo 6 fazemos as considerações finais avaliando em que medida os objetivos foram alcançados e as hipóteses confirmadas.

2 GRUPOS CONSONANTAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA: PERCURSO HISTÓRICO E ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Este capítulo dedica-se ao resumo da história dos grupos consonantais da língua portuguesa a partir de descrições de gramáticas históricas, ou seja, de obras que tratam da evolução da língua portuguesa a partir do latim. Iniciamos apresentando as mudanças ocorridas nos grupos consonantais formados por uma obstruente e um segmento líquido seguinte. Segue-se a isso uma seção sobre grupos consonantais impróprios, foco deste trabalho, em que expomos os problemas relacionados à mudança descrita pelos gramáticos históricos. Por fim, apresentamos alguns trabalhos relacionados ao assunto e que podem lançar luzes sobre a mudança em questão. Antes de iniciar propriamente o capítulo, trazemos algumas informações de cunho histórico a fim de situar as mudanças de que trataremos depois.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Em 218 a.C, os romanos chegaram à Península Ibérica e o latim que com eles desembarcou naturalmente foi-se modificando, seja pela ação de substratos lingüísticos ou pela de superestratos, posteriormente. Na região que hoje constitui Portugal, o povo celta agiu como força de substrato, pois absorveu a língua latina dando-lhe algumas características próprias de sua língua. Os suevos, por sua vez, que chegaram à Península no século V, não impuseram sua língua ao povo conquistado, passando a usar o latim, mas também o alteraram de alguma forma, o que caracteriza a língua dos suevos como força de superestrato. Há ainda a língua árabe, que exerceu influência sobre as línguas que existiam na Península.

A origem do português remonta à dialeção do latim em uma série de línguas românicas. Na Península Ibérica, as principais são o galego-português, o castelhano e o catalão. Teyssier (1997) afirma que entre os séculos IX e XII¹ o galego-português adquire características próprias que o distanciam do castelhano e das demais línguas românicas, que igualmente se originam do que ele chama “latim imperial”. Mas é somente no século XIII que teremos os primeiros textos escritos em galego-português². Aproximadamente a partir do

¹ Essa afirmação está baseada em textos que registram “erros” de copistas, que deveriam escrever em latim, embora (supostamente) falassem galego-português. Resultado dessa disparidade são textos escritos em um latim corrompido, dito *latim bárbaro*, que permite entrever formas do galego-português, já no século IX.

² Sobre a discussão de qual seria o primeiro texto em galego-português, consultar Teyssier (1997) e Cardeira (2006).

século XIV, inicia-se o processo de distanciamento entre o galego e o português, os quais adquirem características próprias, diferenciando-se em muitos aspectos.

Entre o século XIV e o XV, Portugal vê o dialeto do sul fortalecer-se. De acordo com Cardeira (2005), nesse momento de sua história, que muitos pesquisadores equivocadamente entendem como um simples período de transição entre o português arcaico (medieval) e o clássico (renascentista), a língua agitava-se em uma série de mudanças que, num período muito curto de tempo, acabaram por distanciar definitivamente o norte do sul. A transferência da corte para o sul, sua aliança com a burguesia emergente e a consciência de uma identidade nacional livre do domínio espanhol são alguns dos fatores que promoveram o distanciamento entre o galego e o português. O dialeto sulino passa a ser a língua de prestígio e, inversamente, os falares do norte tornam-se estigmatizados. Para tanto, a dinastia de Avis, segundo Cardeira (op.cit.), exerceu papel fundamental, bebendo diretamente da fonte, o latim, como base para a linguagem de suas obras.

Saraiva (1978) localiza a valorização do idioma nacional em período posterior ao proposto por Cardeira (op.cit.), no século XVI:

A preocupação de exaltar e cultivar o idioma acentua-se desde meados do século XVI (Barros, Camões, A. Ferreira, J. Ferreira de Vasconcelos, Fernão Álvares do Oriente, Rodrigues Lobo), numa reação de fundo popular contra a tendência de unificação dinástica castelhanizante, atingindo o auge sobre a dinastia filipina, no século XVII. (SARAIVA, 1978, p.25)

Tanto Cardeira (op. cit.) quanto Saraiva (op.cit.) concordam que o século XVI representa o momento de consolidação da língua portuguesa, que então se apresenta distante do galego e do espanhol e próxima ao latim, espelho de um Estado que vê suas fronteiras expandirem-se e fortalecerem-se através das grandes navegações.

2.2 GRUPOS CONSONANTAIS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA

No que diz respeito a grupos consonantais, as gramáticas históricas da língua nos mostram que alguns processos de mudança ocorreram ainda no latim vulgar, outros no galego-português, entre os séculos IX e XIV, e outros, ainda, teriam ocorrido posteriormente. Além disso, as gramáticas descrevem comportamentos distintos de acordo com o tipo de grupo, conforme poderemos ver nas seções que seguem.

2.2.1 Grupos Consonantais Próprios

De acordo com Coutinho (1971, p.118-120), os grupos consonantais formados por uma oclusiva ou constrictiva e uma líquida são chamados de **próprios** e sua evolução deu-se da seguinte forma:

1. Quando a líquida é *r*, esses grupos se conservam em português: *brachiu* > *braço*, *dracone* > *dragão*, *frigidu* > *frio*, *granu* > *grão*.

2. Quando a líquida é *l*, os grupos consonantais do português sofreram as seguintes alterações:

a) transformaram-se em *ch*: *clave* > *chave*, *flamma* > *chama*, *plenu* > *cheio*;

b) sofreram rotacismo: *clavu* > *cravo*, *flaccu* > *fraco*, *placere* > *prazer*, *blandu* > *brando*, *gloria* > *grória* (arc.)

Williams (1961, p.74) dá exemplos de palavras que mantiveram e/ou restauraram o grupo com a lateral, observando que são de origem erudita: *blasphemare* > *blasfemar*, *florem* > *flor*, *clima* > *clima*. Ele observa que o rotacismo (nos exemplos em *b*, acima) não é registrado no espanhol e seria um fenômeno típico do português que atingiu palavras menos populares e mais tardias e que “*eram talvez usadas por diferentes classes do povo*” (Williams, op.cit., p.75), e por isso provavelmente não seguiram a evolução de *Cl* > *ch*.

Interessante o comentário de Said Ali (1971, p.45) sobre o assunto: a mudança de *Cl* > *ch* seria um fenômeno de substrato, e a permuta de *r* por *l* teria ocorrido mais tardiamente. Embora em alguns casos a alteração tenha sido definitiva, como em *prazer*, *dobro*, *regra*, *nobre*, *igreja*, em outros se caracterizou como um fenômeno temporário, isto é, com permanente variação entre as duas formas com o passar do tempo: *praga* ~ *plaga* (Fernão Lopes), *frauta* ~ *flauta*, *sembrante* ~ *semblante*, *pubrico* ~ *público* (Camões). Essa variação ainda hoje é atestada na língua portuguesa³.

2.2.2 Grupos Consonantais Impróprios

Um outro tipo de grupo consonantal, que de fato nos interessa neste trabalho, é aquele que não é formado por uma obstruinte mais uma líquida, como *significar*, *aptidão*, *pacto*, *adjetivo*, classificado pelas gramáticas históricas como **grupo consonantal impróprio** (doravante GCI). Grupos dessa natureza eram comuns em latim e sofreram alterações na

³ Sobre o assunto, ver Costa (2006), que estudou a realização variável do fenômeno do rotacismo na fala de uma comunidade do RS.

passagem para o português no sentido de eliminação de uma das consoantes, normalmente a primeira.

Said Ali (1971, p.23), em capítulo intitulado *Alterações Fonéticas do Latim Vulgar*, faz uma série de constatações sobre esses grupos no latim vulgar. Conforme o autor, a assimilação já seria um fenômeno comum nessa época: *ruptu* > *ruttu* > *roto*. Em português, a vogal *u* resistiu ao abaixamento: *fructu* > *fruto*, *producto* > *produto* (em italiano, *prodotto*). A vocalização em grupos como *-pt-* e *-ct-* garantiu que as consoantes surdas não passassem a sonoras⁴:

Se nos grupos *ct* e *pt* a primeira consoante se resolvia em fonema que ia constituir ditongo com a vogal antecedente, esse novo fonema, tendo valor de subjuntiva ou consoante, não possuía sonoridade bastante para influir sobre a explosiva surda *t*: *oito* (de *octo*), *noute* ou *noite* (de *nocte-*), *peito* (de *pectu-*), *receita* (de *recepta*). (SAID ALI, 1971, p. 26)

Said Ali (op.cit, p.30) chama a atenção para o condicionamento da assimilação ou vocalização para os grupos *ct* e *pt*: em grupos cuja vogal anterior fosse *a* ou *e* houve vocalização; em grupos com vogal antecedente *i*, assimilação; vogal *o* seguida de *ct* ocasionou vocalização, e *o* seguida de *pt*, assimilação; e a vogal posterior *u* resultou em variação entre a forma vocalizada ou sem a consoante. O quadro a seguir ilustra a proposta:

QUADRO 1: Influência da vogal anterior ao grupo na vocalização ou na assimilação (cf. Said Ali)

Seqüência	Vocalização	Assimilação
<i>act</i>	<i>tractu-</i> > <i>trauto</i>	
<i>apt</i>	<i>baptismo</i> > <i>bautismo</i>	
<i>ect</i>	<i>directu-</i> > <i>direito</i>	
<i>ept</i>	<i>acceptu-</i> > <i>aceito</i>	Exceção: <i>septe</i> > <i>sette</i>
<i>ipt</i>		<i>scriptu-</i> > <i>scrittura</i>
<i>ict</i>		<i>dictu-</i> > <i>ditto</i>
<i>oct</i>	<i>nocte</i> > <i>noute</i>	
<i>opt</i>		<i>ruptu-</i> > <i>rotto</i>
<i>uct</i>	<i>fructu-</i> > <i>fruita</i>	<i>fructu-</i> > <i>fruta</i>

Teyssier (1997) também afirma que as alterações no grupo *ct* são bastante antigas – ocorrendo provavelmente ainda no latim que ele denomina *imperial* –, pois as línguas romance, no geral, apresentam alguma modificação nesse grupo:

⁴ A sonorização das consoantes intervocálicas é altamente atestada no português e no espanhol (cf. SAID ALI, 1971, p.25): *vita* > *vida*, *ficu* > *figo*, *rota* > *roda*.

QUADRO 2: Modificações do grupo *ct* nas línguas românicas

Latim	Galego-português	Castelhano	Italiano
noctem	noite	noche	notte
lactem	leite	leche	latte
factum	feito	hecho	fatto

Pelo Quadro 2, pode-se inferir que houve, em algum momento entre o latim e as línguas românicas, situação de instabilidade que operou em favor da eliminação do grupo *ct*. Em galego-português, essa instabilidade gerou ditongos; em castelhano, a palatalização da segunda consoante; e em italiano, a assimilação da primeira consoante à segunda, formando geminadas.

Essa instabilidade pode ter sido fruto da ação de substrato lingüístico. De acordo com Cardeira (2006), a eliminação das obstruintes da coda nas línguas românicas é oriunda da influência celta, o que explica o fato de o fenômeno não estar circunscrito ao português, visto que o povo celta não estava restrito à área hoje correspondente a Portugal.

Outros grupos foram também afetados:

QUADRO 3: Alterações em outros grupos complexos nas línguas românicas

Latim	Português	Castelhano	Italiano
septem	sete	siete	sette
insignare	ensinar	enseñar	insegnare
capsa	caixa	caja	cassa

Especificamente no galego-português, encontramos nas gramáticas históricas o apontamento de três tipos de fenômenos que afetaram os GCIs: vocalização, assimilação e queda. De acordo com Coutinho (1971, p.124)⁵, a **vocalização** aconteceu nos seguintes grupos:

QUADRO 4: GCIs que sofreram vocalização

<i>-ct-</i>	<i>lacte > leite</i>
<i>-lt-</i>	<i>multo > muito</i>
<i>-pt-</i>	<i>conceptu > conceito</i>
<i>-bs-</i>	<i>absentia > ausência</i>
<i>-lc-</i>	<i>falce > fouce</i>
<i>-lp-</i>	<i>palpare > poupar</i>
<i>-gn-</i>	<i>regnu > reino</i>
<i>-gd-</i>	<i>Magdalena > Maudalena (arc) > Madalena</i>

⁵ Note-se que o autor classifica como GCIs seqüências como *rs*, *lt*, *lc*, *lp*. Como veremos no capítulo 2, tais seqüências não serão consideradas grupos impróprios neste trabalho.

Ainda de acordo com este autor, seriam exemplos de **assimilação**:

QUADRO 5: GCIs que sofreram assimilação

-ps-	<i>gy^{psu}</i> > <i>gesso</i>
-rs-	<i>pers^{ona}</i> > <i>pessoa</i>
-dv-	<i>adventu</i> > <i>avento</i> (arc)
-mn-	<i>dom(i)nu</i> > <i>dono</i>
-mt-	<i>com(i)te</i> > <i>conde</i>

Por fim, a **queda** da primeira consoante do grupo seria verificada nos seguintes casos:

QUADRO 6: Casos de queda da primeira consoante do GCI

-gN-	<i>dignu</i> > <i>dino</i> (arc) <i>signale</i> > <i>sinal</i> <i>pigmenta</i> > <i>pimenta</i> <i>insignare</i> > <i>ensinar</i>
-bt- ⁶	<i>subterrare</i> > <i>soterrar</i> <i>subtu</i> > <i>soto</i>

Torrinha (1943), no entanto, afirma que não se pode em rigor chamar de vocalização casos como “*regnu* > *reino*, *conceptu* > *conceito*, porque o *i* e o *u*, como segundos elementos de ditongos, são na realidade consoantes” (TORRINHA, op.cit., p.51). Para ele, essa “vocalização” teria ocorrido em decorrência do atenuamento da implosão da primeira consoante do grupo. A falta de articulação teria sido compensada de três maneiras:

- pelo prolongamento compensatório ou alargamento da vogal que precedia a consoante que deixou de ser articulada. Ex: *fructu(m)* > *fruito*, *doctu(m)* > *douto*;
- pelo reforço na articulação da vogal que precede o grupo consonântico. Embora átona, ela se conserva aberta⁷, e só por este motivo é que ainda hoje em Portugal se escreve a consoante inicial do mesmo grupo. Ex: *objection(em)* > *objecção*; *adoption(em)* > *adopção*;
- pelo reforço na consoante que se segue a que deixou de ser articulada, assimilando-se a consoante inicial do grupo à seguinte e impedindo, deste modo, a sonorização desta última⁸. Ex: *scriptu(m)* > *escritto* > *escrito*; *captare* > *cattar* > *catar*.

⁶ O autor não inclui a transformação ocorrida com o grupo *-bt-* em nenhum dos processos. Optamos por classificar sua alteração como queda da primeira consoante por considerar improvável a assimilação de *b* a *t*.

⁷ Portugal segue o acordo ortográfico de 1945, em que alguns GCIs desempenham papel diacrítico na escrita, indicando que a vogal precedente ao grupo, como fala Torrinha, mesmo sendo átona, não se pronuncia fechada, conforme padrão da língua para esses casos, mas aberta, ao modo das vogais em posição tônica. A partir de 2008, deverá entrar em vigor um novo acordo de unificação ortográfica entre os países de língua portuguesa. Esse acordo prevê a eliminação de tais consoantes “diacríticas”.

⁸ Entre vogais, as surdas transformaram-se em sonoras: *focu* > *fogo*, *acuto* > *agudo*.

De tudo o que foi exposto, conclui-se que, do latim para o português, seqüências de obstruintes foram alvo de processos que operaram no sentido de sua eliminação.

2.2.2.1 GCIs no século XXI?

De acordo com Cagliari (1981), são seqüências consonantais possíveis no português atual: *subproduto*, *obter*, *subconsciente*, *submarino*, *abnegado*, *absoluto*, *obséquio*, *sub-repitição*, *objeto*, *óbvio*, *sublocação*, *captou*, *pacto*, *psicose*, *admirar*, *advogado*, *adjetivo*, *ritmo*, *compacto*, *fixe*, *técnica*, *pigmeu*, *ignorância*, *amnésia*, *afta*. Além disso, uma rápida consulta ao dicionário nos mostra que palavras que apresentam esses grupos chegam a contabilizar um total de mais ou menos cinco mil itens dicionarizados no século XXI (cf. Aurélio Eletrônico – Século XXI):

QUADRO 7: Número de palavras dicionarizadas conforme o grupo⁹

[kt]	[pt]	[ps]	[gn]	[bs]	[ks]	[gm]	[bZ]	[dZ]	[dv] ¹⁰	TOTAL
1.954	988	629	579	315	287	190	100	74	50	5.166

A comparação desse quadro com as informações das gramáticas históricas nos levam à seguinte observação: em algum momento da história da língua, o processo de eliminação dos grupos impróprios parece ter, pelo menos, enfraquecido, e seqüências de obstruintes como as que havia no latim (re)aparecem em português, chegando a contabilizar no século XXI mais de cinco mil entradas lexicais, conforme o dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI.

Os estudiosos da história da língua afirmam que essa **retomada dos GCIs** foi decorrente da revalorização da cultura clássica no Renascimento, o qual tomou a literatura latina como exemplo de linguagem a ser seguida. Como consequência, o léxico da língua teria sido ampliado com palavras emprestadas diretamente do latim e que hoje fazem parte de um conjunto de palavras classificadas como eruditas.

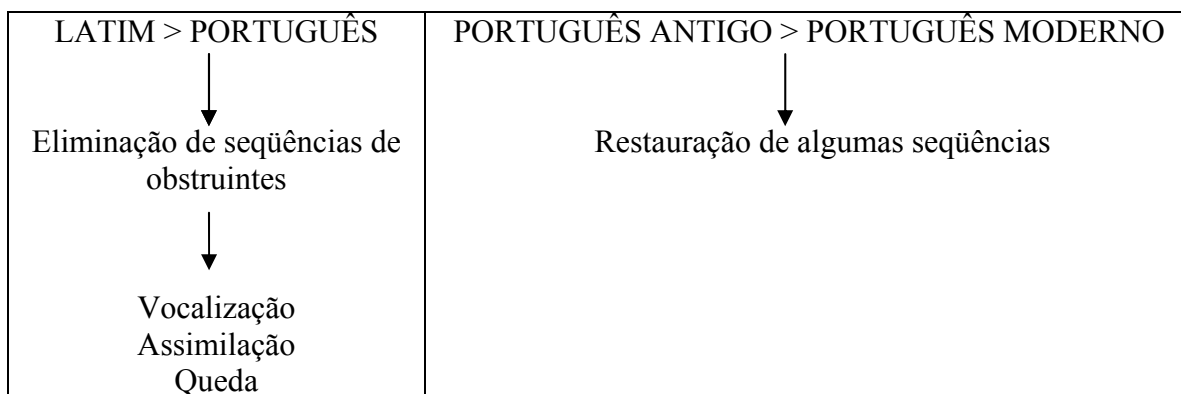
2.3 O PROBLEMA

De acordo com o que foi dito até aqui, gramáticas históricas da LP fornecem informações sobre os GCIs que podem ser resumidas no seguinte esquema:

⁹ Incluímos nessa lista apenas os grupos mais recorrentes.

¹⁰ Os grupos cuja 1ª consoante é *d* são todos oriundos do prefixo latino *ad*. Também *b*, dos grupos [bs] e [bZ] é quase sempre parte dos prefixos *ab* ou *sub*.

QUADRO 8: Resumo da evolução dos GCIs conforme as gramáticas históricas



Estamos, aparentemente, diante de dois movimentos contrários: o primeiro, ao que tudo indica, operaria em favor da eliminação de seqüências de obstruintes; o segundo restauraria tais seqüências.

De cunho muito mais descritivo que explicativo, gramáticas históricas tornam-se importantes fontes de registros ordenados de dados. Tais dados, no entanto, podem e devem ser avaliados a partir de modelos teóricos mais atuais que sejam capazes de iluminar o passado também quanto ao funcionamento da gramática, quanto ao encaixamento das alterações fonológicas em questão.

Said Ali (cf. quadro 1, p. 20) destaca-se entre os gramáticos ao propor um possível condicionamento para um ou outro processo: a vogal anterior ao grupo influenciaria na “escolha” pela vocalização ou assimilação. Contudo, assim como outros gramáticos, esse autor pouco nos informa sobre o lugar de tais alterações na gramática da língua.

Se por um lado as gramáticas dispensam atenção especial à eliminação das seqüências de obstruintes, por outro apresentam avaliação menos cuidadosa quanto à restauração de tais seqüências. Limitam-se a afirmar que GCIs foram restaurados no Renascimento por influência da cultura clássica. Segundo o que expõem, podemos inferir que, em termos gramaticais, o que houve foi simplesmente a ampliação do léxico. Seria, portanto, uma questão lexical que, aparentemente, não envolveria processos morfofonológicos: os grupos de obstruintes mantiveram-se conforme estavam no latim, em casos de empréstimos, e foram restaurados em uma série de palavras que já os havia eliminado, como em *dino* > *digno*, *malino* > *maligno*.

Contudo, acreditamos que a ampliação do léxico de uma língua por meio de palavras emprestadas envolve a adaptação das formas emprestadas à gramática da língua que as recebe. Isso nos guia à seguinte reflexão: o reaparecimento de GCIs na LP, através de empréstimos do latim, e a conseqüente restauração dos grupos em palavras que já os haviam

modificado podem até encontrar justificativa na influência da linguagem clássica no Renascimento, mas carece de uma investigação que observe *como* isso se deu. Em outras palavras, não há, nas gramáticas históricas consultadas, a discussão sobre a acomodação gramatical dos GCIs na língua.

Abre-se, então, espaço para uma questão importante: *como* ocorreu a *reinserção* dos GCIs na LP?

2.4 COMO OCORREU A REINSERÇÃO DOS GCIs NA LÍNGUA?

Essa pergunta diz respeito ao encaixamento dessa “novidade”. Por que a língua portuguesa foi capaz de recuperar uma estrutura anteriormente modificada? A gramática mudou? A estrutura silábica ou o nível segmental teriam papel nessa alteração?

A seguir, apresentamos alguns estudos que podem ser relevantes para o vislumbramento de uma possível resposta.

2.4.1 A questão da sílaba

Esta seção visa a revisar enfoques dados a seqüências consonânticas em Gramáticas Descritivas e na Teoria Fonológica, no sentido de refletir sobre a seguinte questão: qual o lugar das consoantes de um GCI na estrutura silábica. Dito de outra forma, as duas consoantes dividiriam o mesmo nó silábico em onset, ou a primeira estaria ligada à coda e a segunda ao onset da sílaba seguinte? Qual seu status fonológico?

Mattoso Camara (1975, p.59) fornece informações sobre a silabação de GCIs. Diz ele que em latim havia sílabas simples e livres, além de sílabas travadas por qualquer consoante, oclusiva, constrictiva, nasal ou líquida, seguida ou não de uma sibilante:

A sílaba pode se resumir no silábico (sílaba simples) ou conter fonemas consonânticos. (...) A ausência ou presença de fonemas pós-vocálicos decrescentes estabelece, respectivamente, os dois tipos de sílaba: livre (lat. *a-*, em *amare*, ou *da-*, em *dare*) e travada (lat. *est*, ou *dat*). (MATTOSO CAMARA, 1975, p. 59)

Na evolução da estrutura silábica latina à portuguesa, houve um processo de eliminação das consoantes finais oclusivas: *sub* > *so*¹¹ (port. arc.), *rosam*>*rosa*, *amat*>*ama*, *ad*>*a*. Essa eliminação não teria ocorrido apenas em final de palavra. O autor menciona o processo de vocalização que as sílabas travadas de interior de vocábulo sofreram, criando uma série de ditongos em português com /i/ ou /u/ (*lectum* > *leito*, *conceptum* > *conceito*). Como resultado, ficou estranho à fonologia portuguesa o travamento por oclusiva final. Assim, o quadro das consoantes portuguesas em posição posvocálica (cf. MATTOSO CAMARA 1976, p.42) passou a ser: /S/, /N/, /l/ e /r/.

Em oposição ao latim, quando reingressaram na língua portuguesa, essas seqüências teriam assumido outra configuração:

houve numerosos empréstimos, posteriores, com sílaba interior travada por oclusiva, mormente do latim literário a partir do séc. XVI. Deve-se observar, porém, que, introduzidos pela língua escrita, eles tiveram, logo de início, uma silabação diferente da latina: a oclusiva ligou-se à sílaba seguinte, como fonema crescente, e a sílaba, que ela travava, ficou sílaba livre. (MATTOSO CAMARA, 1976, p.62)

A proposta inicial de Mattoso Camara (op.cit.), portanto, é admitir como tautossilábicas as consoantes que foram inseridas na passagem do latim para o português. Isso responderia ao questionamento anterior sobre o que mudou na gramática: codas silábicas continuaram a ser preenchidas somente por alguns segmentos (N, S, l, r), mas onsets poderiam ser formados por duas consoantes sem que a segunda não fosse, necessariamente, uma líquida: *com-pa-cto*, *a-pto*, *ri-tmo*, *a-fta*. Em outras palavras, a gramática teria alterado seu padrão para o onset. O autor justifica sua posição pela existência de grupos iniciais cuja primeira consoante não poderia ocupar posição posvocálica: *pneu*, *psicologia*, *gnomo*.

Porém, alguns anos depois, o autor revê sua posição:

Hoje, entretanto, parece-me a correta outra solução, desenvolvida num artigo ainda inédito. Na realidade há entre uma e outra consoante a intercalação de uma vogal, que não parece poder ser fonemicamente desprezada, apesar da tendência a reduzir a sua emissão no registro formal da língua culta. Ela é /i/ na área do Rio de Janeiro e /e/ (/a/ neutro) em Portugal. (MATTOSO CAMARA, 1984, p.57)

Ou seja, a consoante passa a ser entendida como prevocálica, posto que entre ela e a consoante que a segue se insere uma vogal epentética, formando uma nova sílaba.

¹¹ “a forma *sob*, se pronuncia /sóbi/, só contrastando com *sobre* pela ausência de /r/, resultou de um artificialismo da língua escrita do séc. XVI, para aproximar a imagem gráfica das formas portuguesa e latina, com a consequência de que a letra *-b* acabou por valer como fonema” (MATTOSO CÂMARA, 1975, p. 61)

Foneticamente, a pronúncia da primeira consoante do grupo como posvocálica seria, portanto, um artificialismo da linguagem mais cuidada.

A heterossilabidade da seqüência de obstruintes é atestada também por Júlio Nogueira (1948) para o PB na primeira metade do século XX. Esse autor, no entanto, interpreta a primeira consoante do GCI como posvocálica e afirma que esses grupos consonantais seriam meramente gráficos:

Na emissão de certos grupos que só existem graficamente, um dos elementos consonantais ouve-se com a vogal anterior. Pronuncia-se af-ta e não: a-fta. O mesmo ocorre em apto, digno, amnésia, friccionar. (NOGUEIRA, 1948, p.256)

Ele ressalta, ainda, que se trata de grupos da língua erudita e que “*quando alguma dessas palavras tem de ser usada pelo povo, este recorre à inserção de um elemento vocálico, para fugir à dificuldade: peneu, adeogado, indemnizar, adiministrar*”. (id.ib., p.256).

Nascentes (1960) também reconhece a heterossilabidade, embora procure corrigir a pronúncia com epêntese:

Os grupos consonânticos disjuntos, isto é, com cada consoante em sílaba diferente, devem ser pronunciados sem intercalar e ou i: bc – obcecar, bd – obducto, bf – obfirmar, bg – Abgar, bj – abjurar, bn – abnegados, bs – absoluto, bt – obter, bv – óbvio, cç – convicção... (NASCENTES, 1960, p.29)

Apesar da divergência sobre a posição da primeira consoante do GCI na estrutura silábica, para Mattoso Camara, assim como para Nogueira e Nascentes, GCIs não dividiriam mesmo nó silábico tal qual grupos de oclusiva + líquida.

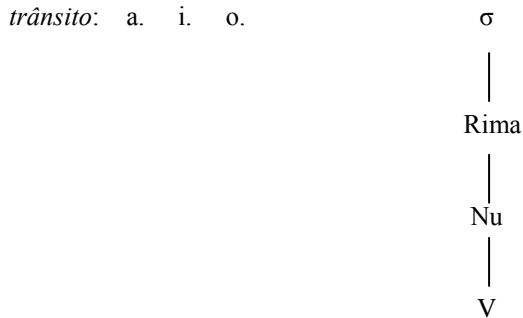
A estrutura silábica de uma língua é formada por princípios universais e regras de boa formação. Bisol (1999), por exemplo, ao estudar a formação silábica do português, com base na Teoria Métrica, prevê três possibilidades para a saída desses grupos decorrentes da estrutura da sílaba portuguesa: epêntese, apagamento da primeira consoante ou licenciamento para permanência da primeira consoante em coda. A seguir apresentamos a seqüência de formação da estrutura silábica conforme proposta de Bisol (op.cit.), para depois vermos o caso dos GCIs em discussão.

2.4.1.1 Formação da sílaba conforme Bisol (1999)

A seguir apresentamos a formação silábica, passo a passo, a partir da constituição do núcleo e demais nós silábicos até situações específicas que dizem respeito a estruturas marcadas e princípios, filtros e restrições a elas aplicados.

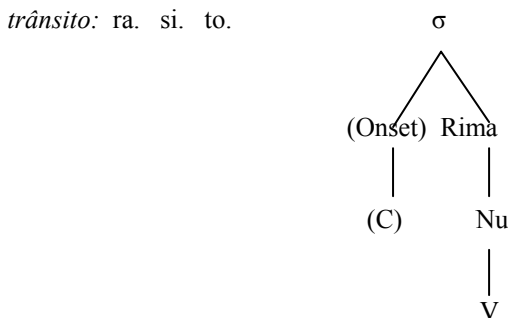
1. Núcleos são identificados de acordo com a escala de sonoridade¹²: os segmentos mais sonoros formam os picos silábicos. Em português, o núcleo será sempre uma vogal. A formação do núcleo implica necessariamente a projeção da rima, e esta, da sílaba:

FIGURA 1: Formação do núcleo da sílaba (cf. Teoria Métrica)



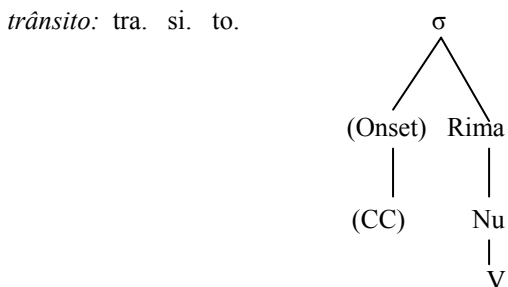
2. Onsets (ataques) são formados à esquerda a partir do núcleo:

FIGURA 2: Formação do onset



3. O terceiro passo diz respeito à aplicação do Princípio de Maximização do Ataque, responsável pela formação dos ataques complexos:

FIGURA 3: Formação do onset complexo



¹² Conforme Clements (1990), os segmentos são hierarquizados de acordo com sua sonoridade da seguinte forma:

Obstruintes > Nasais > Líquidas > Vogais. Os segmentos vocálicos são os mais sonoros.

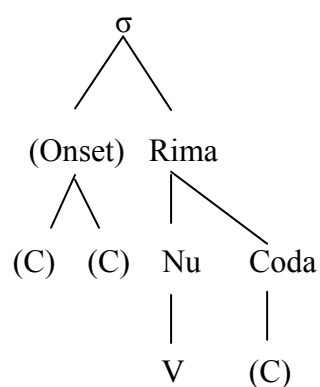
Aqui também atua o Princípio de Sonoridade Seqüencial (SSP¹³), que determina que a sonoridade dos segmentos deve ser crescente em direção ao núcleo. A escala de sonoridade proposta por Clements (1990) prevê que obstruintes são menos sonoras que nasais, estas são menos sonoras que as líquidas, que, por sua vez, são menos sonoras que as vogais. Dessa forma, fica proibida a seqüência *nsi* como sílaba de *trânsito*, já que a mesma feriria tal princípio. SSP também inibe platôs (seqüências de sonoridade plana), daí *Car.los.* e não *Ca.rlos.*

Em português, a segunda consoante de um ataque complexo é uma líquida. De acordo com Bisol, a primeira consoante será [-contínua] ou [+contínua, labial], sendo que *vl* e *dl* restringem-se a nomes próprios raros como *Adler* e *Vladimir*; a segunda consoante será uma soante não-nasal. Dessa forma, haveria sempre dois graus de distanciamento de sonoridade entre os segmentos que compõem o ataque complexo. Essa especificação dos traços das consoantes do ataque complexo é denominada Condição Positiva do Ataque Complexo, e ela inibe seqüências como *sr*, *zr*, *xl*, etc, além de platôs como *mnemônico*, *pneu*, que, de acordo com Bisol, são mantidos pela epêntese.

4. O próximo passo é a formação da coda, à direita do núcleo:

FIGURA 4: Formação da coda

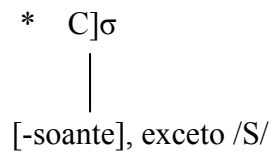
trânsito: tran. si. to.



Como já dito, existe em português uma restrição para os segmentos que podem figurar em coda e esse controle é feito pela Condição da Coda, assim formalizado por Bisol (p. 720):

¹³ Utilizaremos a sigla em inglês por estar bastante assentada nos estudos sobre a fonologia das línguas.

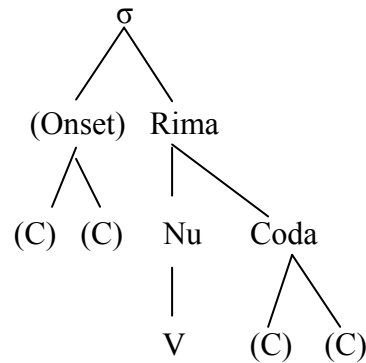
FIGURA 5: Condição da Coda



5. A coda pode ser ramificada em final de palavra, desde que o segundo segmento seja /S/:

FIGURA 6: Formação de coda complexa

tórax: to. raks.



Relacionados à formação da sílaba do português há mecanismos dos quais a língua lança mão para solucionar certos casos, como a epêntese. Nesse caso, um segmento que ainda não tenha sido ligado a um nó estrutural da sílaba, ou que, embora tenha sido ligado – como no caso de *tórax* acima – corresponde à formação de uma estrutura marcada na língua, pode ser reestruturado como onset silábico através da inserção de uma vogal epentética, respeitando, assim, o Princípio de Preservação de Estrutura. Ex: *tórax*: to. ra. k(i)s.

Há, contudo, situações em que segmentos não licenciados para a coda ocupam tal posição pelo *Afrouxamento da Condição de Coda* (ACC), interpretado pela autora como resquício de uma gramática antiga, que permite que segmentos não licenciados para a coda ocupem tal posição, como em *op.tar*, *af.ta*, *dig.no*.

Além da epêntese e do ACC, há um outro mecanismo trabalhando pelo Princípio de Preservação de Estrutura: o *Apagamento do Elemento Extraviado* (AEE). Essa regra apaga segmentos que não estiverem ligados a alguma linha de associação da estrutura silábica. Assim, o que não for salvo por epêntese ou ACC será atingido por AEE: *res. pe. ti. vo* e *i. no. rar* (variantes do PB, cf. Aurélio Eletrônico).

De acordo com a Teoria Métrica, portanto, a coda seria o último passo na formação da sílaba. Nem todas as línguas do mundo apresentam estrutura silábica CVC, sendo a estrutura mais comum, menos marcada, a CV. Mesmo em línguas como o português, que apresentam codas, essa posição é seletiva quanto ao tipo de segmentos que podem ali figurar.

Conforme a perspectiva assumida por Bisol (op.cit.) em seu trabalho, [-soantes], à exceção de /S/, são filtradas pela Condição da Coda. Mesmo assim, codas com obstruintes seriam permitidas em nossa língua por meio do Afrouxamento da Condição de Coda.

O quadro abaixo resume a formação das sílabas para palavras com grupos de obstruinte + líquida e de duas obstruintes (cf. BISOL,1999):

QUADRO 9: Exemplos de silabação do PB para seqüências de consoantes

	digno	atlas
1. formação dos núcleos Segmentos mais sonoros	i. o.	a. a.
2. formação do onset Primeira C à esquerda do núcleo	di. no.	a. la.
3. formação do onset complexo Se o onset formado pela regra anterior for / ou r	di. no.	a. tla.
4. formação da coda Segmentos [+soantes]	-	a. tlas.
5. processos variáveis atuantes em obstruintes em coda:		
a. Epêntese	di.gi.no.	-
b. Afrouxamento da Condição de Coda – ACC	dig. no.	-
c. Apagamento do Elemento Extraviado – AEE	di.no	-

Essa descrição da formação silábica do português feita por Bisol reforça o status indefinido da primeira consoante do grupo (ou coda de sílaba travada, ou onset de nova sílaba formada por epêntese). Daí Collischonn (2000) chamá-la de *consoante perdida*.

Dos três fenômenos acima (epêntese, ACC e AEE), o mais atestado no PB parece ser a epêntese. Em estudo sincrônico, Collischonn (2002) analisou este fenômeno, que transforma seqüências VC em V.C(V), em dados de fala do banco Varsul referentes às três capitais do Sul do Brasil, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Utilizando metodologia de análise laboviana, sua pesquisa mostrou que a realização da epêntese é variável e favorecida pelos seguintes fatores: a posição pretônica, a segunda consoante do grupo nasal ou fricativa não sibilante e a primeira consoante do grupo alveolar.

A epêntese e o Afrouxamento da Condição de Coda (ACC) são atestados no trabalho de Collischonn (op.cit.), mas não foram analisados os casos de AEE. O apagamento da consoante perdida é atestado pelo Aurélio Eletrônico - Século XXI, o qual aponta variação entre presença ou ausência da primeira consoante (*respectiva ~ respetiva, ignorar ~ inorar*).

Ou seja, no PB atual os três fenômenos existem, embora um possa ocorrer com mais frequência que o outro.

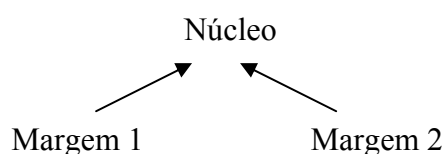
Os trabalhos apresentados nesta seção, que se referem a reflexões acerca do português brasileiro do século XX-XXI, orientam-nos na investigação da mudança dos GCIs na LP no que diz respeito à constituição silábica. De tudo o que foi dito, um ponto comum a todos os trabalhos merece destaque: GCIs caracterizam-se na língua por sua instabilidade estrutural, ou seja, são contexto para a aplicação de regras variáveis.

2.4.2. A questão do segmento

A recuperação dos GCIs teria sido influenciada pela estrutura interna dos sons? A língua do século XVI apresentaria condições sobre a coda silábica menos restritas que o português atual? Diferenças entre o número de itens lexicais com GCIs listados no dicionário corresponderiam a diferenças de marcação em relação aos segmentos? Perguntas como essas, importantes para a investigação dos GCIs, não parecem poder ser respondidas sem que se associe a questão segmental à silábica.

Como visto na seção anterior, a boa formação da sílaba, de acordo com a Teoria Métrica, está diretamente relacionada a seqüências de sonoridade possíveis. O Princípio de Seqüência de Sonoridade (SSP), tal qual formulado por Clements (1990), estabelece que a organização dos segmentos em uma sílaba deve crescer em sonoridade em direção ao núcleo:

FIGURA 7: Representação do Princípio de Sonoridade Seqüencial aplicado à sílaba



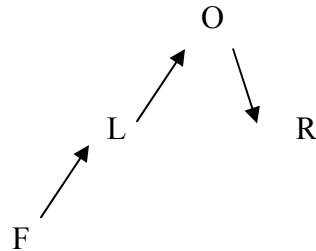
Conforme a ilustração 7, o núcleo ocupa uma posição de destaque, por exigir maior sonoridade. Em português, como na maioria das línguas, o núcleo será uma vogal, o segmento mais sonoro, conforme a escala de sonoridade. A esse núcleo poderá anteceder ou seguir uma ou mais consoantes, conforme vimos na seção anterior pelo estudo de Bisol, 1999.

A escala de sonoridade proposta por Clements (op.cit.) é a seguinte:

Obstruintes < Nasais < Líquidas < Glides < Vogais

No caso dos grupos consonantais *próprios*, a sílaba estaria adequadamente construída, pois haveria crescimento de sonoridade em direção ao núcleo. Como, por exemplo, em *flor*:

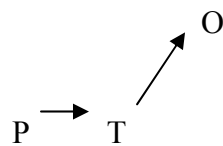
FIGURA 8: Grupos consonantais próprios e SSP



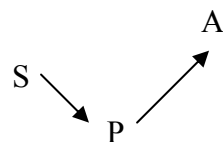
Porém, o mesmo não acontece com seqüências de obstruintes. Se considerarmos que os dois segmentos dividem o mesmo nó silábico, SSP será violado, como na palavra *apto* (*a.pto*), em que os segmentos *p* e *t* formam um *plateau* sonoro, isto é, uma seqüência de segmentos com a mesma sonoridade. Seqüências de sonoridade *reversa*, em que o primeiro segmento é mais sonoro que o segundo, como em *spa*, de acordo com Murray (1999) são menos comuns e restringem-se a seqüências iniciais /s + obstruinte/: *spa*, (*e*)*scola*, (*e*)*sfregar*, etc.

FIGURA 9: Grupos consonantais impróprios e SSP

Ex: *apto*



Ex: *spa*



O falante de português brasileiro reestrutura seqüências *plateau* preferencialmente pela epêntese (cf. COLLISCHONN, 2002). Tal processo coloca a consoante perdida em onset de uma nova sílaba. Morelli (1999) defende status diferenciado para seqüências reversas

formadas por /s + obstruinte/ nas línguas, e entende que essas seqüências seriam menos marcadas que as *plateaux*.

Disso conclui-se que a sonoridade exerce papel na estruturação dos GCIs e poderia ser investigada dentro de uma perspectiva histórica como favorecedora ou não da manutenção/eliminação de seqüências de obstruintes.

2.5 LACUNAS NOS ESTUDOS DOS GCIs

Estudiosos da LP, como Coutinho (1971), Said Ali (1971), Mattoso Câmara (1975), entre outros, nos mostram que, na passagem do latim para o português, GCIs sofreram alterações que ocasionaram o apagamento, a vocalização ou a assimilação da primeira consoante do grupo, e que, no Renascimento, os GCIs reingressam na língua por via erudita. Entendemos que alguns pontos desse histórico de mudanças que envolvem as seqüências de obstruintes, em especial a partir de sua *retomada*, merecem atenção por parte de pesquisadores no sentido de observá-los a partir de perspectivas teóricas modernas.

Os estudos apresentados nas seções anteriores fundamentam as questões que expomos a seguir a fim de definir os caminhos que esta dissertação deverá percorrer nos próximos capítulos.

Sincronicamente, GCIs caracterizam-se por apresentarem realização variável da primeira consoante do grupo como coda da sílaba anterior (ACC) ou como onset de uma nova sílaba constituída a partir da inserção de uma vogal (epêntese). Há ainda a possibilidade menos atestada de apagamento dessa consoante. No período em que os gramáticos determinam ter havido a recuperação da seqüência de obstruintes, tal variação poderia ser observada? Se a todo processo de mudança precede um período mais ou menos longo de variação, conforme a Teoria da Mudança de Labov (1994), parece provável a existência de um período de “adaptação” em que se verifiquem formas variantes. Essa questão parece ser ignorada pelas gramáticas, embora estas registrem variação quanto aos grupos próprios (rotacismo), e merece nossa atenção.

Além disso, estudos históricos carecem de reflexão mais minuciosa sobre a natureza da mudança, nesse caso:

- GCIs foram mantidos em todas as palavras novas inseridas a partir do Renascimento?
- foram recuperados naquelas que já os haviam eliminado?

- ou apenas algumas palavras mantiveram/recuperaram o étimo, espalhando-se lentamente pelo léxico da língua?

Outra questão, relacionada a esta última, é a seguinte: que mudança na gramática da LP teria ocorrido para garantir que seqüências de obstruintes fossem outputs possíveis?

Por fim, o número de palavras listadas no dicionário para cada grupo no século XXI refletiria diferenças históricas ocasionadas por restrições no nível segmental ou seria simplesmente consequência da característica do percurso da mudança?

Todas essas perguntas convergem para um ponto em comum: mostrar que o comportamento dos GCIs na história da língua merece atenção especial, principalmente no que diz respeito a sua *reinserção* no Renascimento. Acreditamos que há espaço para uma discussão que privilegie análises gramaticais mais acuradas. O léxico da língua ampliou-se? Não há problemas em se afirmar que sim, mas essa resposta nos parece ampla demais para o caso de grupos que se caracterizam na história por sua instabilidade.

No capítulo seguinte organizamos o percurso deste trabalho a partir das lacunas aqui apontadas. Delimitaremos o objeto a ser analisado, levantando hipóteses sobre a mudança em questão e traçando objetivos com base nas afirmações e questionamentos feitos neste capítulo inicial.

3 A PESQUISA

3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO

Esta pesquisa terá como objeto de análise os grupos consonantais impróprios (GCIs), assim definidos:

Grupos Consonantais Impróprios

Qualquer seqüência de duas obstruintes adjacentes numa mesma palavra, como: *advogado, pacto, corrupto, digno, advertir, objetivo* etc. Não serão considerados neste trabalho grupos com segmentos [+soantes] e com /s/, como em: *aspas, banda, deserto, pombo, palmas*.

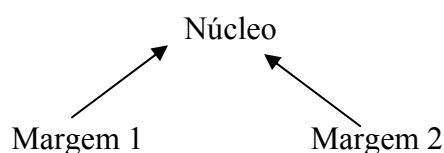
3.1.1 Justificativa do uso do termo

Essa terminologia é muito usada por gramáticos históricos tradicionais, que opunham grupos próprios a impróprios, definindo os primeiros como aqueles formados por uma obstruinte mais uma líquida, como em *claro, prova, frio, blusa*; os demais, que não se encaixassem nesse caso, seriam classificados como *impróprios*, como, por exemplo, *apto, significação, absurdo, advertência, digno* etc.

O uso dessa nomenclatura, no entanto, pede uma justificativa, visto que o termo *grupo impróprio* parece ser inadequado para nomear seqüências de obstruintes. Vejamos por que.

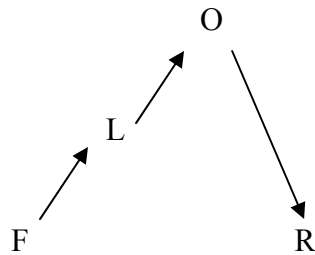
Conforme vimos no capítulo anterior, GCIs seriam heterossilábicos. Se consideramos que as duas obstruintes seqüenciais estão presas a nós silábicos adjacentes, isto é, são heterossilábicas, como chamar uma seqüência de duas obstruintes de *grupo*? A estruturação silábica está diretamente relacionada a um princípio bastante antigo nos estudos lingüísticos e que prediz que numa sílaba os segmentos devem estar em ordem crescente em direção ao núcleo:

FIGURA 10: Representação da sílaba de acordo com a sonoridade dos segmentos



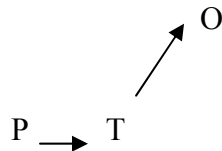
Clements (1990) propõe uma escala de sonoridade assim estruturada: Obstruintes < Nasais < Líquidas < Glides < Vogais. O núcleo de uma sílaba será sempre o segmento mais sonoro, no caso uma vogal, e as margens serão ocupadas por consoantes. No caso dos grupos próprios, a sílaba estaria adequadamente construída, pois haveria crescimento de sonoridade em direção ao núcleo. Por exemplo, *flor*:

FIGURA 11: Representação de onset complexo de acordo com a sonoridade dos segmentos



Porém, o mesmo não acontece com os clusters de obstruintes, se consideramos que os dois segmentos dividem o mesmo nó silábico, como na palavra *apto*:

FIGURA 12: representação da violação de SSP em segmentos com mesma sonoridade



De acordo com Bisol (1999), em português onsets complexos são formados por C (obstruinte) + C (necessariamente [+soante] e [-nasal]), como *prato*, *flauta*, *atlas*, *Gabriel*, etc. A regra de formação do onset complexo é inibida quando, pela aplicação da regra de formação do onset, a sílaba CV formada inicia por outra C que não seja [+soante] e [-nasal]. Dessa forma, palavras como *digno*, *afta* e *apto* não formariam um onset complexo, e a primeira consoante passaria a ocupar a coda da sílaba anterior, pela aplicação da regra de formação de coda: *dig.no*, *af.ta*, *ap.to*. Como obstruintes, à exceção de /S/, são marcadas na coda em PB, um dos processos mencionados no capítulo anterior – epêntese, ACC ou AEE – entrará em ação a fim de tornar uma estrutura “mal-formada” possível de realização. Em qualquer um dos casos, a estrutura resultante não se caracterizará como tautossilábica, mas como duas consoantes adjacentes ligadas a nós silábicos vizinhos. Daí a inadequação do termo *grupo*.

Por sua vez, o termo *impróprio* poderia ser interpretado de duas formas: (i) grupos impróprios são aqueles que não são próprios da LP; (ii) grupos impróprios são seqüências de obstruintes que não dividem mesmo nó silábico, e o termo *impróprio* teria a função de indicar que se trata de um “falso” grupo.

Entendemos que *impróprio*, tal como *grupo*, não é o nome mais adequado para nos referirmos às seqüências de obstruintes que analisaremos neste trabalho. Contudo, optaremos por manter o termo *grupo consonantal impróprio*, principalmente em razão do caráter histórico da investigação. Fica a ressalva de que também poderemos usar as expressões *clusters complexos*, *grupos complexos*, *seqüências de obstruintes*, para nos referirmos aos GCIs.

3.1.2 Recortando o objeto

O caráter heterossilábico dos GCIs é questionado principalmente quando se trata de um grupo inicial, como em *psicologia*, *gnomo*, *pneu*. Como seqüências iniciais não dispõem de uma coda a qual possam ligar a primeira consoante, o que impede que a C₁ seja apagada?

Mattoso Camara (1984) propõe que entre as duas consoantes de uma seqüência de oclusivas existe um vogal epentética que parece não poder ser fonemicamente desprezada, embora possa ser suprimida na fala cuidada no PB. Ou seja, no nível fonêmico, a estrutura é CV.CVV, para *pneu*, o que garantiria que as três palavras acima não tivessem C₁ apagada. Bisol (1999) defende o mesmo posicionamento.

Morelli (1999) assume que, no geral, seqüências de obstruintes iniciais formam um grupo complexo, dentre as quais as seqüências de /s + obstruinte/ são as mais comuns, menos marcadas. Seqüências mediais apresentam, de acordo com a autora, variação entre hetero e tautossilábicas. Além disso, sob a ótica da TO, a estrutura silábica de grupos iniciais e mediais poderia não ser consequência do mesmo conjunto de “exigências” gramaticais, como o é para a Teoria Métrica, por exemplo. De acordo com Morelli (op.cit.) grupos iniciais resultam do conflito da restrição SSP com *Plateaux e *Reversals, e grupos mediais seriam controlados por SYLL-CONTACT-LAW, *Complex e NoCoda. Os primeiros poderiam caracterizar-se como tautossilábicos, mas os grupos mediais, se forem seqüências de duas oclusivas, por exemplo, resultarão em seqüências heterossilábicas.

A partir disso, podemos concluir que seqüências de obstruintes têm comportamentos distintos conforme sejam mediais ou iniciais, tanto no eixo sincrônico de análise lingüística quanto no diacrônico. A história da língua mostra isso: grupos mediais foram alvo de

assimilação, vocalização e queda, enquanto grupos iniciais parecem ter permanecido inalterados em português.

Este estudo se limitará a investigar os GCIs mediais, excluindo aqueles grupos que aparecem no início da palavra, como *psicólogo*, *pneu*, *gnomo*, *Ptolomeu*, etc. Justificamos esse corte pelas razões que seguem:

- (i) Pelo caráter instável do grupo medial na história da LP;
- (ii) Pela flexibilidade do primeiro elemento do grupo de ocupar diferentes posições na sílaba: onset, se houver epêntese (*i.gi.no.rar*); coda, se não houver epêntese e C₁ não for apagada (*ig.no.rar*);
- (iii) Pelo caráter variável da presença *versus* ausência da primeira consoante do GCI, atestada em dicionário: *ignorar* ~ *inorar*, *respectiva* ~ *respetiva*, *facciosos* ~ *faciosos*, *amígdala* ~ *amídala*;
- (iv) Pela diferença gráfica verificada entre PE e PB nesta posição:

PB	PE
atual	actual
adjetivo	adjectivo
adotar	adoptar

3.2 OBJETIVOS

3.2.1 Objetivo Geral

De forma ampla, este trabalho pretende contribuir para a história do português por meio da descrição da evolução dos GCIs. Desde o final da década de 90, do século passado, pesquisadores brasileiros têm-se dedicado ao estudo histórico da língua no intuito de (i) rever muitas das afirmações feitas pelas gramáticas antigas e (ii) traçar o percurso de mudanças que caracterizaram o português brasileiro, afastando-o em certos aspectos do europeu. Esses estudos centram-se sobretudo em mudanças sintáticas. Aspectos morfológicos ainda são pouco estudados, menos ainda os fonológicos. Assim, esperamos contribuir, de alguma forma, para o enriquecimento deste grande projeto nacional de reconstrução da história da língua.

3.2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, este trabalho propõe-se a discutir o comportamento dos GCIs na história da língua portuguesa a partir do exame de gramáticas antigas. No capítulo 2 levantamos algumas questões sobre o estudo desses grupos em termos diacrônicos. As lacunas apontadas foram transformadas em objetivos específicos, conforme enumeramos abaixo:

- (i) Descrever o comportamento dos GCIs na história da língua a partir das gramáticas antigas. Essa descrição toma como ponto de partida as seguintes questões:
 - que alterações são registradas nas gramáticas?
 - existem indícios que mostrem a instabilidade desses grupos, observada no presente, também no passado?
 - a presença ou a ausência de GCIs podem ser verificadas nas sobras consultadas?

- (ii) Refletir sobre a importância de aspectos gramaticais na história dos GCIs:
 - qual o papel da estrutura silábica?
 - existem restrições segmentais que favoreçam determinadas classes de segmentos na formação desses grupos?
 - a gramática de 1500 é a mesma do século XXI no que diz respeito aos GCIs?

Gramáticas antigas, como as de Oliveira (1536) e Leão (1576), formarão o corpus sobre o qual centraremos nossas reflexões. A primeira gramática de nossa língua é por muitos denominada de certidão de nascimento do português, pois naquele momento o português se consolidaria como idioma, tanto no aspecto social como no lingüístico, uma vez que estaria definitivamente afastado do galego e do espanhol e que pouco se teria alterado desde então. No capítulo 4 justificamos a opção por esse tipo de fonte histórica. Para o momento, ressalte-se a coincidência de datas entre o período em que teria havido a *reinserção* dos GCIs, de acordo com as gramáticas históricas, ou seja, o Renascimento, e a data de publicação da primeira gramática portuguesa (1536).

Isso observado, fica claro que nos debruçaremos sobre um momento da história da língua no qual GCIs provavelmente estariam sendo *reinseridos*. A análise dos processos de dissolução dos grupos (vocalização, assimilação, queda) não será, dessa forma, foco deste

trabalho. O que nos interessa é analisar a história das seqüências de obstruintes na língua portuguesa, e não sua transformação do latim para o português.

3.3 HIPÓTESES

Nossas hipóteses são as que seguem:

- (i) Se toda mudança pressupõe variação, acreditamos que à recuperação dos grupos precedem e seguem-se períodos em que formas variantes podem ser observadas;
- (ii) A mudança ocorrida do latim para o português, na qual houve vocalização, assimilação ou queda da primeira consoante do grupo, e as alterações ocorridas em decorrência da *reinserção* dos GCIs no português dito *clássico*, com o reaparecimento desses grupos, seriam de natureza diferente;
- (iii) Visto que os gramáticos históricos afirmam que do latim para o português os GCIs sofreram processos que os eliminaram, retornando depois por via erudita no Renascimento, esperamos encontrar registros desse reingresso já nas primeiras gramáticas da língua;
- (iv) Fatores extralingüísticos, como a revalorização da cultura clássica no Renascimento, poderiam ser responsáveis pela *reinserção* dos GCIs, mas sua manutenção na língua também teria sido favorecida pela própria configuração da gramática;
- (v) Posto que a epêntese caracteriza-se na sincronia como um fenômeno variável (cf. COLLISCHONN, 2002), esperamos encontrar instabilidade semelhante na história da mudança dos GCIs.

4 METODOLOGIA

4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ESTUDO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Quando uma forma lingüística X passa a uma forma Y estamos diante de uma mudança. Um exemplo claro desse processo pode ser verificado na sonorização das oclusivas interdentais latinas na passagem para o português: *lupus* > *lobo*, *vita* > *vida*, *focu* > *fogo*.

Na história da Lingüística, a mudança foi tratada por perspectivas diferentes, sucessivas e que questionavam e/ou buscavam aperfeiçoar os pressupostos e métodos da(s) teoria(s) precedente(s).

A primeira grande questão referente à mudança lingüística não focava, essencialmente, o processo de mudança, mas seu produto. Os **comparatistas** do século XVIII, preocupados em verificar o parentesco entre as línguas, buscavam o *elo*, isto é, a língua-mãe de um conjunto de línguas através da comparação entre formas lingüísticas assemelhadas entre essas línguas. Ao desenvolverem método próprio, os comparatistas garantiram à Lingüística o estatuto de ciência. Suas pesquisas resultaram no agrupamento das línguas em famílias, na elaboração de leis (como as de Grimm) e no estímulo ao estudo das línguas vivas no final do século XIX.

Os **neogramáticos**, críticos dos estudos comparatistas apoiados em textos e não nas línguas vivas, preocuparam-se com o processo, ou seja, com o mecanismo responsável pela transformação de X em Y. Construíram, assim, uma tese sobre a mudança lingüística: as línguas mudam de acordo com leis fonéticas que não admitem exceção e que se aplicam a todos os itens lexicais em que haja contexto para serem aplicadas (cf. Lei de Verner). Resíduos eram explicados pela analogia ou pelo empréstimo.

No início do século XX, Ferdinand de **Saussure** redirecionou o foco dos estudos lingüísticos, definindo como objeto da Lingüística a *langue*, entendida como um sistema fechado e abstrato de regras no qual os elementos encontram-se em oposição funcional, e que é socialmente herdada. À *langue* se opunha a *parole*, entendida como o uso individual desse sistema.

O sistema só poderia ser observado e descrito sincronicamente, ou seja, dentro de um recorte de tempo tal em que as oposições pudessem ser observadas. A noção de mudança para Saussure estava presa à noção dos neogramáticos, com os quais estudou inicialmente. Seus sucessores, entre eles Martinet (1975), adotaram a idéia de que a mudança deveria ser observada pela comparação de recortes sincrônicos sucessivos. A *inobservância* da mudança

sugerida pelo “pai da Lingüística” decorre diretamente de sua concepção de língua como um sistema fechado de oposições: como descrever tais oposições no momento em que há alguma alteração, isto é, no momento em que oposições deixam de existir momentaneamente? Essa impossibilidade de observação da mudança foi duramente criticada por Weinreich, Labov & Herzog (1968), que então perguntavam:

Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menos sistematicidade? (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006, p.35)

Para Saussure, as mudanças partem do indivíduo: “*tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala*” (Curso, p.115). Somente quando a coletividade acolhe a inovação é que esta se torna um fato de língua. O que interessa para os estudos lingüísticos é a descrição do funcionamento sincrônico da *langue*, ou, aproveitando o esquema geral apresentado no início desta seção, o lugar de Y dentro da estrutura da língua em oposição à X, Z, W, etc.

Embora seguidores do mestre genebrino, os gramáticos da Escola de Praga (Trubetzkoy e Jakobson, por exemplo) revisaram a noção de mudança de Saussure propondo que a diacronia também é sistemática. Dessa forma, a mudança não deve ser analisada isoladamente, mas sistemicamente, em relação aos outros elementos da língua: se X passou a Y, qual a relação de X com outros elementos do sistema e qual a relação de Y com esses elementos? O que mudou?

Preocupado com o porquê da mudança, Martinet (1975) propõe que a mudança é decorrente da busca de equilíbrio pelo sistema, no qual oposições devem ser garantidas para seu bom funcionamento; além disso, essas oposições devem ser mínimas. É o próprio mecanismo da linguagem que exige isso, para garantir comunicabilidade e, ao mesmo tempo, economia. Interessante em seu trabalho é a definição de rendimento funcional forte e fraco. Se uma dada oposição é capaz de distinguir um grande número de palavras na língua, então essa oposição tende a ser preservada na língua, diferentemente das oposições fracas que tendem a desaparecer.

Contudo, seu posicionamento suscitou uma série de críticas. Primeiro, porque estudos mostraram que muitos dialetos preferem a variante “fraca”, por razões que não são necessariamente lingüísticas. Segundo, porque a homonímia é uma realidade nas línguas. Terceiro, porque, assim como estruturalistas e gerativistas, Martinet encarava a língua como um objeto autônomo e, conseqüentemente, a mudança como uma questão imanente.

Com o advento do **Gerativismo** na década de 1950, o estudo da mudança é ainda mais relegado a um segundo plano. O que interessa inicialmente para Chomsky, o fundador do modelo¹⁴ lingüístico teórico-dedutivo, é a explicação para o seguinte fato: por que uma criança, embora exposta a poucos estímulos (número finito de sentenças), adquire uma língua em pouco tempo sendo capaz de produzir e interpretar um número infinito de frases nessa língua? Apoiado em hipótese fortemente inatista, ele propõe que o ser humano nasce com a capacidade de aprender uma língua rapidamente. A essa capacidade associa a noção de Gramática Universal (GU), mecanismo relacionado à atividade cerebral humana capaz de gerar as diferentes línguas do mundo a partir de combinações específicas.

A questão é, portanto, verificar o mecanismo pelo qual um falante produz Y, o que para Chomsky não poderia ser simplesmente a herança social de uma estrutura lingüística. A mudança, embora fora de foco, pode ser analisada pelos diferentes modelos gerativos propostos. Num primeiro momento, em que uma língua particular é entendida como um conjunto ordenado de regras, a mudança era caracterizada como a alteração, o apagamento ou a inserção de regra(s). Para Faraco (2005, p.166), em clara discordância com Bynon (1978), *“no fundo, o que vemos aí são as velhas leis fonéticas dos neogramáticos reaparecendo numa forma notacional diferente”*.

Mais tarde, no final da década de 1970, a GU passa a ser entendida como um pequeno conjunto de princípios universais e invariáveis e um conjunto maior de parâmetros variáveis. Neste momento, o olhar de Chomsky está voltado para as representações gramaticais possíveis. A marcação dos parâmetros é o que diferencia as línguas entre si, e a alteração na marcação de um parâmetro é o que está na origem da mudança. A parametrização permitiu agrupar as línguas tipologicamente e entender a mudança como regida por princípios gerais, pois as estruturas em qualquer língua devem ser (tipologicamente) permitidas pela GU. Em outras palavras, X passou a Y porque a gramática permite que tal alteração ocorra, é tipologicamente possível e, em certa medida, previsível. A noção de princípios universais será a base fundamental para o desenvolvimento da Teoria da Otimidade no final do século XX.

A crítica principal ao Gerativismo é a mesma feita ao Estruturalismo: ambos localizam a origem da mudança no sistema da língua. Esta é caracterizada como autônoma, isto é, tem seu funcionamento garantido pelo mecanismo lingüístico, não sendo socialmente afetada.

¹⁴ Borges (2004) entende que toda a teoria gerativa é, acima de tudo, um PIC (Programa de Investigação Científica) constituído pela sucessão de diferentes modelos (Teoria Padrão, Teoria Gerativa Transformacional, Princípios e Parâmetros, Programa Minimalista).

Convencidos de que a variação faz parte da competência do falante e não deve ser considerada como resultado da performance individual e de que a língua é constituída de heterogeneidade sistemática que pode e deve ser analisada, **Weinreich, Labov & Herzog** (1968) lançam os fundamentos para uma teoria da mudança que leva em conta a heterogeneidade inerente de todo e qualquer sistema lingüístico:

Argumentaremos que o modelo gerativo para a descrição de uma língua como um objeto homogêneo é em si mesmo desnecessariamente irrealista e representa um retrocesso em relação às teorias estruturais, capazes de acomodar os fatos da heterogeneidade ordenada. Nos parece bastante inútil construir uma teoria da mudança que aceite como seu *input* descrições desnecessariamente idealizadas e inautênticas dos estados de língua. Muito antes de se poder esboçar teorias preditivas de mudança lingüística, será necessário aprender a ver a língua – seja de um ponto de vista diacrônico *ou* sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada. (WLH, 2006, p.35)

O grande problema dos estudos estruturalistas é a identificação da estruturalidade com a homogeneidade:

A chave para uma concepção racional da mudança lingüística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade. Argumentaremos que o domínio de um falante nativo de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetismo nem com o “mero” desempenho, mas é parte da competência lingüística monolíngue. Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional. (WLH, 2006, p.36)

A partir dessa concepção de língua que se caracteriza por ser sistematicamente heterogênea, de acordo com os autores, é preciso analisar quatro aspectos centrais na mudança lingüística: o problema da transição, quando e como X passou a Y; o encaixamento na estrutura da língua, qual o lugar de Y no sistema; a avaliação das variantes em questão, qual o valor de Y para os falantes; e a questão da implementação da mudança, ou seja, seu direcionamento. Na verdade, esses quatro pontos estão intimamente relacionados e acabam se confundindo e se sobrepondo em alguma medida.

A relação entre sincronia e diacronia e entre performance e competência não é vista, dessa forma, como dicotômica: a heterogeneidade faz parte do mecanismo da língua e é sistematizada, ou seja, faz parte da competência do falante; e o sistema não se caracteriza como estático (sistema fechado de oposições), mas como em permanente estado de variação e conseqüente possível mudança. A variação está ligada ao próprio mecanismo lingüístico, em

que um conjunto de subsistemas constitui um sistema maior (cf. WLH, op.cit, p.108), e à relação língua/sociedade.

A obra de Weinreich, Labov & Herzog (1968) conduziu Labov à elaboração da Teoria da Variação, ou **Sociolingüística** (Variacionista ou Quantitativa). A seção seguinte resume os principais aspectos dessa teoria.

4.2 O PRINCIPAL DA TEORIA DA VARIAÇÃO

A Sociolingüística Variacionista é um modelo teórico-metodológico que assume o “caos” lingüístico como objeto de estudo, buscando descrever a sistematização da diversidade da língua. Apresenta-se como uma reação à “esterilização” da língua pelos modelos anteriores, como o Estruturalismo e, em especial, o Gerativismo, que determinavam a variação como individual e sem real interesse para a Lingüística, a qual deveria ocupar-se da *langue* ou *competence*, sistema de regras abstrato e homogêneo.

De acordo com Labov (1972), a Sociolingüística é muito mais um método de análise que uma teoria formal, e seu interesse está na descrição e análise da língua a partir de sua realidade empírica.

A verificação da atuação de fatores lingüísticos e extralingüísticos na variação é feita através de método quantitativo que envolve gravações de fala de indivíduos pertencentes à comunidade investigada¹⁵. Os dados recebem tratamento estatístico e podem revelar que um dado fenômeno se encontra em variação, em que variantes ocupam o mesmo lugar no sistema, ou em processo de mudança, com uma das variantes sobrepondo-se às demais. Assim, toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação resultará em mudança. Contudo, mesmo que uma das variantes sobreponha-se às demais, resíduos das formas preteridas podem permanecer na língua por algum motivo e no futuro emergirem novamente como variantes em competição, o que pode resultar na vitória de uma outra variante.

Labov (1972, cap.8) desmistifica um a um os problemas levantados por seus predecessores para não estudarem a fala. Baseado em resultados de alguns trabalhos da época, ele defende que:

- a agramaticalidade da fala é um mito, pois estudos revelam que a variação presente na fala é sistemática;

¹⁵ Sobre coleta de dados consultar Mollica & Braga (2003). Sobre tratamento estatístico dos dados, ver Brescancini (2002).

- a variação e as estruturas heterogêneas nas comunidades são uma realidade: a situação normal é a heterogeneidade, o disfuncional é a ausência de permutações estilísticas e de sistemas de comunicação multiestratificados;
- a gravação de dados em situação natural não é obstáculo definitivo, apenas problema técnico e, portanto, resolvido com tecnologia.
- dados pouco comuns podem ser obtidos induzindo o entrevistado de forma natural e perspicaz.

Esse último ponto diz respeito ao *paradoxo do observador*: o pesquisador tem por objetivo buscar detectar como as pessoas falam quando elas não estão sendo sistematicamente observadas, mas só o pode fazer por meio de observação sistemática. Para resolvê-lo, Labov (op.cit.) sugere o uso de “táticas” minimizadoras de interferências na fala, como perguntas que levem o entrevistado a um maior/menor controle estilístico sobre a linguagem: leitura de textos (menos formais), testes de percepção, de repetição, de extração familiar, de reação subjetiva, de autoavaliação, de correção escolar, de correção vernácula, de insegurança lingüística.

A crença de que a heterogeneidade faz parte do sistema de qualquer língua levou a entender a “opcionalidade”, antes considerada pertencente à performance/fala individual, como pertencente ao sistema, isto é, como parte da competência lingüística do falante. Se o falante percebe diferenças entre dialetos e apresenta padrão de variação sistemático, então a variação é sistematicamente inerente. Daí a noção de regras variáveis, em substituição às regras categóricas do Gerativismo. Contudo, ressalta Labov, o falante não tem consciência da variação:

A capacidade do ser humano para aceitar, conservar e para interpretar regras com restrições variáveis é um importante aspecto de sua competência lingüística ou *langue*. Mas ninguém é consciente disso, nem existe juízo intuitivo algum que possa nos revelar isso. Pelo contrário, a percepção ingênua do comportamento, nosso ou de outro, é normalmente categórica, e unicamente o estudo preciso da língua tal como é utilizada poderá demonstrar tal capacidade de operar com regras variáveis. (LABOV, 1972, p. 226, tradução nossa)

De acordo com Sankoff (1988), estamos diante de uma regra variável quando percebermos a existência de algum tipo de escolha entre dois ou mais itens lingüísticos. Porém, sua análise só é justificada se essa escolha, pelo menos algumas vezes, não for previsível por informações contextuais. Nas palavras de Scherre (em tradução “caseira” do texto de Sankoff, 1988), “a essência desse tipo de análise está na avaliação de como o

processo de escolha é influenciado por diferentes fatores cujas combinações específicas definem os contextos.”

O que o estudo variacionista defende é que, para descrever um determinado sistema lingüístico, precisamos inevitavelmente descrever sua variação. Enquanto para o gerativista a melhor análise é aquela que encontra dentro do sistema a explicitação mais simples, para o sociolingüista a melhor análise é aquela que avalia o papel do lingüístico e também do social na descrição do sistema.

O objetivo final da pesquisa sociolingüística é a formulação de regras variáveis, não mais universais (cf. Gerativismo), não mais invariáveis (cf. Estruturalismo), e a verificação de quais fatores lingüísticos e/ou extralingüísticos influenciam sua (não-)aplicação.

Entretanto, como dito anteriormente, a Teoria da Variação é muito mais um método que uma teoria de análise formal. O próprio Labov (1972) afirma isso, propondo que as teorias formais existentes sirvam à análise dos dados de fala:

se queremos apreender a língua temos que examinar os dados da fala cotidiana o mais detalhada e diretamente possível, e caracterizar sua relação com nossas teorias gramaticais com a maior precisão possível, corrigindo e ajustando a teoria com o fim de que se adeque ao objeto de estudo. (LABOV, 1972, p.201, tradução e grifo nossos)

Portanto, é a teoria lingüística que deve se conformar aos dados e não o contrário. Labov defende que o estudo da língua no contexto social oferece meios para definir qual é a melhor análise; para Chomsky, a melhor análise dentre as possíveis é obtida por uma avaliação interna, e não através dos dados como para Labov. Antes de analisar um fenômeno, o lingüista deverá ter um panorama geral do funcionamento da língua, sendo as principais possibilidades já conhecidas, e, então, buscar a análise mais simples e confirmar se está correta ou não através da análise social e quantitativa.

A partir disso, surge a seguinte questão: posto que a regra variável implica assimetria entre percepção e produção, qual o status de uma regra variável na gramática? De acordo com Labov (1972, p.225) *“regras variáveis são regras de produção”*, o problema entre produção e percepção é que pode não estar relacionado à estrutura lingüística, mas mais a uma meta alcançável para a construção teórica. Então, por que não deixar de lado as regras variáveis, que são de atuação? Porque (i) *“a grande maioria das regras fonológicas e transformacionais podem ser também caracterizadas como regras de ‘atuação’”*; (ii) *“a capacidade do ser humano para aceitar, conservar e para interpretar regras com restrições*

variáveis é um importante aspecto de sua competência lingüística ou langue” (id.ibdem, p.226).

4.2.1 A Teoria da Variação e a mudança

Quanto à **mudança**, a Teoria da Variação apresenta em especial dois pontos inovadores: primeiro, a mudança é entendida também como uma possibilidade do sistema, inerentemente heterogêneo, mas é, igualmente, resultado da atuação de forças extralingüísticas; segundo, Labov apresenta a hipótese forte de que a mudança pode ser estudada pelo presente. Esse último ponto, a idéia de que o presente espelha o passado e vice-versa (LABOV, 1972 e 1994), está baseado no **Princípio do Uniformitarismo**:

(...) o conhecimento de processos que operaram no passado podem ser inferidos pela observação de processos contínuos no presente (CHRISTY, apud LABOV, 1994, p.21).

Quando Labov (1994) propõe *The use of the Present to Explain de Past*¹⁶, ele está defendendo que estudos sincrônicos são capazes de indicar se um dado fenômeno lingüístico encontra-se em variação estável ou caracteriza-se como mudança em progresso, não sendo necessário ao pesquisador recorrer a períodos anteriores para constatar o que dados do presente podem mostrar. Essa proposta tenta solucionar alguns problemas do estudo da mudança, especialmente aqueles relacionados à interpretação dos dados:

- os documentos históricos de que podemos dispor podem não ser representativos de uma época; além disso, só há evidências positivas (o que é agramatical só pode ser inferido por lacunas de distribuição);
- a escrita é um sistema artificial e pode conter hipercorreções, misturas dialetais, erros de escribas; ela não representa a fala, não há como avaliar a fonética por instrumentos;
 - há pouco conhecimento sobre a posição social do escritor;
 - há pouco conhecimento sobre a estrutura social da comunidade;
 - há compreensão do texto poderia ser diferente na época em que foi escrito;
 - há dificuldade de avaliar o que era variante distintiva e não-distintiva.

Esses problemas estão na base do *Paradoxo Fundamental da Lingüística Histórica*, tão importante para a Lingüística Histórica quanto o *Paradoxo do Observador* para os estudos

¹⁶ Capítulo inicial do livro *Principle of Language Change* (1994)

sincrônicos: os registros históricos, sendo incompletos e com problemas, levam o pesquisador a completá-los por inferência, reconstruindo estágios não atestados. Essa reconstrução, segundo Labov, implica que as diferenças entre o passado e o presente são bem conhecidas, o que não é verdade. Assim, o pesquisador pode apenas supor quão diferente o passado foi do presente.

Esses argumentos são usados por Labov em defesa de um novo método de análise da mudança, que se apóia em um novo tipo de dados (do presente) e no Princípio do Uniformitarismo.

O primeiro passo para um pesquisador que deseje observar a mudança em uma comunidade de fala é analisar cuidadosamente os dados coletados no presente e verificar quais fatores lingüísticos e extralingüísticos são atuantes. A sincronia fornece evidências para suposições de estágios do passado: restrições tipológicas seriam as mesmas no passado, daí nenhuma pesquisa em Lingüística Histórica poder afirmar que havia mais V_{nasal} que V_{oral} ou mais estrutura CVC ou CCV que CV em épocas distintas. Assim, mudanças lingüísticas naturais podem ser comparadas a traços não-marcados da gramática. Por sua vez, fatores extralingüísticos, como os abaixo relacionados, podem indicar se um dado fenômeno se encontra em variação estável ou em mudança em progresso:

a) Gênero/sexo

Segundo Paiva (2003, p.36), “*Não raro, as mulheres tendem a liderar processos de mudança lingüística, estando muitas vezes, uma geração à frente dos homens*”. Contudo, é preciso observar o valor social da variante inovadora:

“Quando se trata de implementar na língua uma forma socialmente prestigiada, como no caso da pronúncia retroflexa em Nova York [Labov, 1966], as mulheres tendem a assumir a liderança da mudança. Ao contrário, quando se trata de implementar uma forma socialmente desprestigiada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens tomam a liderança do processo”. (PAIVA, 2003, p.36)

Contudo, ressalta a autora, nem sempre a polarização entre variante estigmatizada ou de prestígio é evidente. A generalização que pode ser feita é que a mulher é mais sensível ao prestígio social das variantes lingüísticas.

b) Escolaridade

A escola exerce sobre a língua efeitos aparentemente contraditórios, podendo ser responsável por mudanças e, por outro lado, preservadora de formas de prestígio. De acordo com Votre (2003, p.51), “*as formas socialmente prestigiadas são semente e fruto da literatura oficial, que as transforma em língua padrão*”. Dessa forma, a tendência é de que indivíduos mais escolarizados produzam mais variantes de prestígio, e os menos escolarizados, mais variantes estigmatizadas, estando menos presos à *norma*, portanto, mais *livres* para inovar. Embora aparentemente sejam os falantes com menos escolaridade os propulsores da mudança, é preciso notar que esse fator está intimamente relacionado com a classe social, pois falantes de classes mais baixas tendem a estudar menos. Mas não somente os menos escolarizados e de classes sociais mais baixas podem promover mudanças. Guy (1990, p.48) chama a atenção para três tipos principais de mudança lingüística: *spontaneous*, *borrowing*, *imposition*¹⁷:

- o primeiro tipo é também conhecido como *mudança de baixo* ou *natural*, pois inicia nas classes sociais mais baixas, em indivíduos com menos escolaridade, mais jovens, motivado pela solidariedade ou identidade local (cf. Labov). Caracteriza-se por ser lingüisticamente sistemático (cf. concepção neogramática), atingindo todos os domínios estruturais e, inicialmente, as formas menos salientes;
- o segundo tipo, *borrowing*, é também chamado *mudança de cima*. Envolve contato entre línguas; inicia nas classes sociais mais altas, entre os falantes adultos, de forma consciente; é motivado pelo prestígio social; atinge inicialmente as formas mais salientes e domínios instáveis, como palavras e morfemas; e sua sistematicidade é casual;
- a *imposition* é um tipo de mudança relacionada ao *substratum*, envolvendo, portanto, contato entre línguas e tendo como agentes da mudança falantes não-nativos. Não atinge nenhuma classe social específica e é socialmente motivado pela necessidade de comunicação, atingindo principalmente os falantes adultos. Guy o classifica hesitantemente como psicologicamente inconsciente e favorecido pelas formas menos salientes. Atinge domínios estáveis, como a fonologia e a sintaxe, sendo sistemático como a mudança do tipo *spontaneous*.

¹⁷ A caracterização dos tipos de mudança apresentada aqui não é exaustiva, se focando sobre os aspectos mais interessantes a nossa pesquisa. Para mais detalhes, consultar Guy (1990).

c) Idade

O que indica, no presente, que uma mudança está em curso é, principalmente, a diferença entre as faixas etárias: se os mais novos realizam mais X que os mais velhos, então podemos estar diante de uma mudança em progresso. Porém, às vezes, diferenças entre faixas etárias podem não significar que uma mudança está em progresso, mas simplesmente caracterizar *age-grading*, isto é, padrões característicos de uma faixa etária e que se repetem a cada geração. Para confirmar se estamos diante de um ou outro caso, o estudo em tempo real pode ser um instrumento. De acordo com Labov, observação em tempo real é “*observar uma comunidade de fala em dois pontos discretos de tempo*” (LABOV, 1994, p.73) e diferenças entre esses dois períodos “*são o que nós entendemos por mudança lingüística, no sentido mais simples e amplo do termo*” (id.ibd.). Ele destaca dois modos de fazer observações em tempo real: o primeiro, é pesquisar qualquer estudo prévio que tenha a ver com o objeto sob investigação, este é o procedimento normal dos linguistas históricos; o segundo é retornar à comunidade de fala investigada e repetir o mesmo estudo algum tempo depois.

Esses dois tipos de estudos longitudinais são conhecidos respectivamente como *estudo de tendência* e *estudo em painel*. Em um estudo de tendência, o linguista faz a comparação entre dois estudos de tempo aparente, um recente e outro mais antigo; os dois trabalhos deverão controlar as mesmas variáveis sociais e valer-se dos mesmos métodos. Para que os resultados sejam confiáveis, a comunidade precisa estar em um estado mais ou menos estável entre os períodos. Alterações drásticas na comunidade motivam mudanças drásticas que não são resultado de desenvolvimentos internos, dificultando a caracterização da mudança em progresso. Por sua vez, o estudo em painel localiza os mesmos indivíduos de um estudo anterior e monitora qualquer mudança em seu comportamento. Esse é um estudo caro e longo.

De acordo com Labov (op. cit., cap.4), existem pelo menos quatro padrões de mudança, relacionando indivíduo e sociedade:

QUADRO 10: Padrões de mudança no indivíduo e na comunidade

	Indivíduo	Comunidade	Observação
1. ESTABILIDADE	<i>Estável</i>	<i>Estável</i>	Não há variação
2. AGE-GRADING	<i>Instável</i>	<i>Estável</i>	Varição típica de faixa etária
3. MUDANÇA CF. GERAÇÃO	<i>Estável</i>	<i>Instável</i>	Típica de mudança sonora ou morfológica
4. MUDANÇA NA COMUNIDADE	<i>Instável</i>	<i>Instável</i>	Típica de mudança lexical e sintática

O estudo de tendência detecta instabilidade no comportamento dos indivíduos e distingue comunidades estáveis de instáveis, diferenciando os quatro padrões do quadro

acima. Por isso, esse é o melhor método para coletar dados sobre mudança lingüística, com uma limitação: não produz informação sobre o comportamento individual através do tempo, o que pode/deve ser verificado por meio do estudo em painel. Dessa forma, entendemos que a análise de gramáticas antigas, sob as quais esta pesquisa se apóia, encontra respaldo na própria teoria variacionista, pois compara estudos semelhantes, de diferentes épocas.

Com tudo o que foi dito, resta sublinhar o fato de que o estudo em tempo real, aquele que envolve aproximação entre dados do presente e do passado, é visto por Labov como simples possibilidade de confirmação daquilo que o estudo do presente mostra. Retornar ao passado pode ajudar a confirmar se um dado fenômeno encontra-se estável ou se está se encaminhando para a mudança. A mudança corresponde a um estágio em que uma dada variante se sobrepõe às demais variantes concorrentes. Essa sobreposição, no entanto, não é entendida como permanente, pois por algum motivo, em algum momento, nova fase instável poderá resultar no confronto das mesmas variantes e na vitória de outra.

Embora o método quantitativo seja bastante respeitado nos estudos variacionistas do presente, o estudo do passado encontra, no final do século XX, um novo influxo de pesquisas que voltam a fontes antigas (textos escritos) para analisar as mudanças ocorridas nas línguas. A seção seguinte, apoiada especialmente nos trabalhos de Lass (1997) e Schneider (2000), aponta possibilidades e vantagens do estudo da língua por meio do exame de textos antigos. Isso, como veremos, não significa abandonar a idéia do uniformitarismo proposta por Labov, mas tão somente olhar do passado para o presente, e vice-versa, explicando diferenças a partir de semelhanças, buscando minimizar os problemas referentes aos dados por meio de táticas interpretativas apoiadas na enorme herança teórica produzida em mais de um século de Lingüística.

4.3 UM NOVO OLHAR SOBRE OS ESTUDOS HISTÓRICOS

De acordo com Lass (1997), para interpretar um fato lingüístico do passado ou, em outras palavras, para saber alguma coisa sobre a gramática de uma língua sem falantes, podemos e devemos nos valer de três fontes principais de informação:

- evidência descritiva direta (gramáticas representativas do(s) período(s) analisado(s));
- nosso conhecimento de tradições escritas particulares e de suas relações;

- estratégias inferenciais complexas baseadas em vários tipos de considerações históricas (por exemplo, influência de outra cultura, grandes mudanças sociais e políticas, etc) ;

Essas fontes são estratégias de aproximação ao texto escrito (corpus da lingüística histórica) e têm por objetivo orientar as inferências necessárias ao “preenchimento” de estágios não-atestados, as quais, como vimos, eram apontadas por Labov como um grande problema dos estudos históricos.

Lass (op.cit.) afirma que existem alguns princípios gerais que devem ser seguidos pelo pesquisador da mudança no passado. Primeiro, a tradição gramatical sempre deve ser considerada como fonte de informação e, segundo, é preciso atentar para a diferença entre *evidência* e *lapsus calami*, ou seja, entre o que é dado e o que é simplesmente um erro do escriba. Esses “erros” são facilmente identificados, pois caracterizam-se como exceção dentro do texto e representam estruturas não-atestadas ou incomuns dentro da língua ou em qualquer língua. Por exemplo, *lbusa* por *blusa*, *aspetco* por *aspecto*.

A evidência também pode se caracterizar como exceção, mas uma exceção com significado gramatical, isto é, que reflete algum fenômeno da língua. Ela pode ser descrita como um erro ortográfico indicativo da estrutura gramatical do escritor. Por exemplo, a escrita de *adevertindo*¹⁸ em lugar de *advertindo*, *dino*¹⁹ em lugar de *digno*.

Outro fato importante a se ressaltar em relação ao trabalho histórico é a defasagem entre mudança fonológica e sistemas ortográficos: como a escrita é mais conservadora, o primeiro registro de uma inovação ortográfica, conforme Lass, indica um longo período de mudança que a precedeu. Por isso, o olhar diacrônico sobre a língua tende a ser muito mais qualitativo que quantitativo, pois um único registro pode ser indicativo do início de um processo que mais tarde poderá aparecer com frequência na escrita, indicando que a mudança já ocorreu.

Schneider (2000, p.67) afirma que sistemas ortográficos fornecem pistas e funcionam como um caminho para se chegar à verificação da variação e da mudança do sistema lingüístico em si. Além disso, a escrita funcionaria como filtro que representa a fala. Por isso, a questão crucial que se coloca é: em que medida os dados de escrita são predizíveis ou recuperáveis de fenômenos que de fato ocorreram no período em que o texto foi escrito? Schneider diz que é preciso remover esse filtro, isto é:

¹⁸ Dado encontrado em jornal do século XIX, escrito no RS (cf. DONADEL, 2004).

¹⁹ As gramáticas históricas sempre citam esta palavra como exemplo de eliminação de GCI, presente em “Os Lusíadas” (CAMÕES, 1572).

(...) to assess the nature of the recording process in all possible and relevant ways and to evaluate and take into account its likely impact on the relationship between the speech event and the record, to construct the speech event itself, as accurately as possible. (SCHNEIDER, 2000, p.68)

Ele ressalta que, mesmo quanto ao aspecto fonético/fonológico, que é o mais difícil de ser abordado, é possível minimizar o caráter aparentemente especulativo da pesquisa histórica, pois “*existem conjuntos de correspondência entre fonema e grafema bem estabelecidos e que devem ser aplicados na escrita*” (idem ibidem, p. 88, tradução nossa).

Pesquisas que investigam o passado lingüístico lidam, ainda, com a questão do tipo de abordagem. Schneider defende um trabalho mais qualitativo que quantitativo, sem deixar de ser um trabalho de cunho variacionista:

(...) if it is not possible to ask and analyze how often a variant occurs, frequently it still makes sense to ask if it occurs at all, wích variants are found, and, possibly, who its users are.(SCHNEIDER, 2000, p.89)

Além disso, a idéia de que o presente espelha o passado e vice-versa (Labov, 1972 e 1994), definida como Princípio do Uniformitarismo, também aproxima a Lingüística Histórica da Sociolingüística.

Assim como a Sociolingüística, a LH não é uma teoria representacional ou de análise formal. Ambas pretendem unicamente descrever a variação ou a mudança: aquela com base no presente e com metodologia bem definida; esta com o olhar voltado para o passado, examinando textos antigos. Podem, para tanto, valer-se de outras teorias formais capazes de tratar lingüisticamente os dados.

De forma generalizada, o uso de teorias de base gerativa está bastante assentado tanto entre sociolingüistas como entre pesquisadores da LH. Nesse sentido, de acordo com Lee & Oliveira (2006), a Teoria da Otimidade representa um grande avanço entre as teorias de base gerativa, pois é capaz de aliar à concepção inatista da linguagem problemas de natureza fonética e fonológica, de produção e percepção. Nas palavras de Cagliari (2002):

(...) a TO é um modelo que está profundamente comprometido com os processos neurolingüísticos, de aquisição da linguagem, de evolução histórica das línguas, de ensino e aprendizagem e com todo tipo de variação lingüística, motivada internamente pela própria natureza da linguagem (CAGLIARI, 2002, p.140)

Entendemos que a TO reúne de forma positiva a produção intelectual dos principais teóricos do século XX, revendo-a a partir de um lugar que não exclui componentes, mas que avalia igualmente a interação entre fonética, fonologia, morfologia e, um pouco menos,

sintaxe. A seção seguinte resume os principais aspectos dessa teoria, em especial o tratamento dado à variação e à mudança.

4.4 A TEORIA DA OTIMIDADE (TO)

A **Teoria da Otimidade** (PRINCE & SMOLENSKY, 1993 e MCCARTHY & PRINCE, 1993) é uma teoria originalmente de base gerativa que propõe uma gramática universal em que restrições universais e violáveis são hierarquizadas de forma específica, originando as diferentes línguas. É uma teoria que visa a responder a mesma pergunta feita por Chomsky: por que um falante fala o que fala? Em outras palavras, por que um falante produz determinada forma de output em detrimento de outras lingüisticamente possíveis? Embora a pergunta seja a mesma, o ponto de partida é inverso: parte-se das formas atestadas, isto é, outputs efetivamente realizados pelo falante para verificar qual é a estrutura da gramática que permitiu que essa realização ocorresse. Estudos gerativos clássicos realizam um percurso chamado *top down*, isto é, partem da gramática, tal qual proposta por Chomsky (1965), para descrever o “caminho” feito pelo falante do input até o output.

Teorias baseadas em regras definem o input como uma forma subjacente que é submetida a processos morfofonológicos que geram formas perfeitas de output. O foco do modelo gerativo é o processo. E para que o processo, a regra, possa ser corretamente aplicado, o input deve estar correto, isto é, deve de fato ser o input da língua para que aquele output seja o produto final da operação e não outro.

Já para a TO, o foco é o output. A relação deste com o input se dá especialmente via restrições de fidelidade, que militam a favor da correspondência entre as formas subjacente e de superfície. No entanto, entende-se que outputs não são o resultado de um processo de aplicação de regras sobre um input, mas formas escolhidas como ótimas, isto é, melhores que outras, a partir de um ranking de restrições universais, violáveis e hierarquizadas.

O modelo otimalista toma por base os seguintes mecanismos na construção de sua arquitetura:

GEN: gera candidatos a output.

CON: conjunto de restrições universais

EVAL: avalia, a partir de CON, os candidatos gerados por GEN

A formalização desse desenho de gramática se dá via tableaux, conforme exemplo abaixo (SCHWINDT, 2006):

TABLEAU 1: NOCOMPLEX_{ONSET}>>NOCODA

/pasta/	NOCOMPLEX _{ONSET}	NOCODA
a. pa.sta	*!	
☞ b . pas. ta		*

O tableau acima fornece as seguintes informações: a forma de output atestada é a *b*, conforme indica ☞. Schwindt (op.cit.) propõe que essa escolha seja resultado do conflito de duas restrições, ranqueadas nessa seqüência: NOCOMPLEX_{ONSET} >> NOCODA. O sinal >> indica a dominância da primeira em relação à segunda. Assim, *b* é escolhido como candidato ótimo em detrimento à *a* porque viola uma restrição que está ranqueada mais abaixo no ranking, menos importante que a violação feita pelo candidato *a*. O conflito entre essas duas restrições garante que o output escolhido seja aquele cujo onset não é complexo, embora viole a restrição que proíbe codas.

Uma dada língua nada mais é, portanto, que um ranqueamento específico de restrições em conflito, as quais são universais e violáveis. Daí resulta uma das principais diferenças entre a TO e outras teorias gerativas: um candidato ótimo não é aquele que não viola nenhuma restrição, mas aquele que viola as menos importantes em comparação a outros candidatos.

Para uma visão geral da teoria remetemos à leitura de Prince & Smolensky (1993), McCarthy & Prince (1993) ou Kager (1999). Em português, Schwindt (2005) faz um bom resumo dessa perspectiva.

Para o momento o que nos interessa é pensar a TO como uma teoria lingüística capaz de capturar generalidades nas línguas como resultado de restrições altamente ranqueadas em todas elas. Parece haver uma lógica implicacional no mecanismo lingüístico relacionada à tipologia: algumas restrições de marcação, como ONSET (sílabas devem ter onsets) atuam de forma bastante geral nas línguas do mundo, resultando no padrão de sílaba “não-marcado” CV, predominantemente presente em todas as línguas. Outra restrição estrutural, NOCODA (codas são proibidas) também é um bom exemplo disso, pois as línguas em geral parecem evitar segmentos posvocálicos, e as que os apresentam tendem a limitá-los a classes específicas de segmentos.

4.4.1 TO e Variação

No que diz respeito à **variação**, ainda que a TO clássica se preocupasse essencialmente com a escolha do candidato ótimo, muitas propostas posteriores procuraram analisar a disputa entre variantes através do quadro teórico otimalista.

Para **Hammond (1994)**, apud Holt, (1997), a variação decorre de um “empate técnico”: quando mais de um candidato satisfaz todas as restrições específicas, esses candidatos podem se apresentar como variantes possíveis de uma dada forma de input. Em outras palavras, a gramática não limita as formas de output que se encontram em variação.

A maioria dos trabalhos, no entanto, entende a variação como um “problema” de ranking. **Zubritzkaya (1997)**, por exemplo, entende-a como o resultado da competição entre uma restrição e uma família de restrições. **Antilla (1997)** propõe que, quando n restrições não estão em relação de dominância, e estas restrições poderiam definir a escolha por um candidato, ranqueamentos possíveis entre elas reproduzem sub-gramáticas. Essas sub-gramáticas podem escolher candidatos diferentes, mas também podem escolher o mesmo candidato. Assim, a forma “preferida” – aquela que provavelmente seria indicada por uma pesquisa variacionista – é aquela escolhida como ótima pelo maior número de sub-gramáticas. A variação é, portanto, resultado do ranqueamento parcial de restrições.

A proposta de **Kager (1999)** é semelhante à de Antilla (op.cit.). Este autor acredita que a pluralidade de candidatos ótimos resulta de sub-hierarquias, isto é, de gramáticas em competição. Assim, poderíamos ter uma hierarquia em que $R_1 \gg R_2$ e outra hierarquia em que $R_2 \gg R_1$.

Por fim, a **TO Estocástica** (Boersma, 1997), baseada na percepção do ouvinte, desenvolve a idéia de Ranqueamento Contínuo, propondo que a variação resulta da natureza das restrições, que não ocupam ponto fixo no ranking, mas interagem de acordo com seu escopo de aplicação, pois têm valores diferentes.

Existem, ainda, propostas que não localizam a variação no ranking de restrições, mas em outros componentes da gramática. **Coetze (2004)**, por exemplo, amplia a função de EVAL, que, além de definir o candidato ótimo, ordena todos os candidatos no ranqueamento. Na proposta de **Bakovic & Keer (1997)**, que analisam formas sintáticas em competição, a variação é entendida como competição entre inputs, ou seja, é atribuída a mais de uma entrada (forma subjacente), desde que Fidelidade \gg Marcação.

4.4.2 TO e Mudança

Quanto ao estudo da **mudança**, pode-se dizer que a TO permite, a partir de sua arquitetura, uma série de abordagens, a começar por **Zubritskaya (1994)**. Essa autora propõe que a mudança é orientada pelo ranqueamento universal de restrições de marcação e formalmente descrita como uma reestruturação no ranking da língua. As restrições funcionalmente parecidas fazem parte de uma *família*, e a mudança é resultado do fortalecimento ou enfraquecimento dessa família. Sua análise da perda da assimilação do traço palatal em clusters consonantais no russo moderno propõe uma restrição que exige assimilação (MAXIMIZE LICENCING) ranqueada abaixo do conjunto de restrições segmentais universalmente ranqueadas (*DORSAL >> *LABIAL >> *CORONAL), as quais regulam a direcionalidade da mudança. Dessa forma, a mudança é entendida como natural, isto é, do mais para o menos marcado, e esta é a única direção possível.

Holt (1997) diz que o trabalho mais antigo de estudo da mudança via TO é o de **Jacobs (1994)** que estuda o francês antigo. Jacobs descreve a mudança como reordenamento, rerranqueamento de restrições. Holt (op.cit.) aponta também a importância do trabalho de **Hutton (1996)** para o estudo da mudança lingüística, o qual propõe a Hipótese de Base Sincrônica:

Synchronic Base Hypothesis:

All input candidates produced by GEN are based on the current output form. Earlier forms of the language are no longer available as underlying representations on which GEN operates. (cf. HOLT, 1997, p.32)

De acordo com Holt (op.cit.), isso significa que formas históricas não são herdadas geneticamente, mas eliminadas do léxico, pois a mudança resultaria na substituição de um input por outro. Essa proposta parece estar na base da tese defendida por Holt.

O trabalho de **Holt (1997)** procura analisar mudanças ocorridas do latim para o português e o espanhol a partir dos pressupostos otimalistas. Seu trabalho defende que a percepção do falante é ponto de partida da mudança lingüística para os casos que analisa. É a partir da fonética que a criança aprende uma língua, pois são as formas de output que fornecem evidências da gramática do adulto. A mudança assemelha-se à aquisição: *“I assume that newer speakers are not aware of a change in the ranking of constraints; instead, they learn what the final ranking of constraints should be based on the phonetic evidence”* (HOLT, op.cit., p.24).

O autor propõe, grosso modo, a seguinte análise para a eliminação de vogais longas do português. Quando os romanos chegaram à Península Ibérica, o povo que ali habitava não

teria percebido as vogais longas latinas, como em *hi:c* (aqui) e *ue:nit* (ele/ela veio), e as substituiu por vogais breves. Assim, para os ibéricos, vogais longas não existiam, e as formas de input continham apenas formas com vogais breves. Os candidatos ótimos também só apresentavam vogais breves e, conseqüentemente, estas eram interpretadas como formas de input pelos filhos dos romanos nascidos na Península.

A mudança, assim, estaria focada na percepção do falante e no papel de GEN. Alteração no ranking da gramática, se houve, ocorreu na gramática dos latinos que ali chegaram, os quais inicialmente preservariam as vogais longas de seu idioma.

Como conseqüência do desaparecimento de vogais longas, codas com obstruintes também teriam sofrido alterações, porque seriam mais marcadas que as vogais nessa posição. Trata-se, nesse caso, da atuação de uma lógica implicacional universal.

A tese defendida por Holt (op.cit., p.iii) é a de que “*historical sound change is driven by the incorporation of phonetic factors into phonology for reasons of lexicon and grammar optimization*”. Para tanto, a percepção e (re)interpretação do falante teria papel fundamental. A mudança seria resultado do próprio mecanismo lingüístico, o qual objetiva harmonia na gramática. A Otimização Lexical é um mecanismo que operaria em favor dessa harmonia:

Under lexicon optimization in OT, however, underlying forms (inputs) may be fully specified; only alternating structure is unspecified, as EVAL will consider optimal those candidate output forms with fewer violations of faithfulness constraints like MAX and IDENT. This has the effect of maximizing the harmony of the grammar, roughly defined as the minimization of constraint violations. In nontechnical terms, this means that a speaker mentally stores that which he or she hears produced; positing of a more abstract underlying form will only occur when there are phonologically or morphologically related groups of words whose shared segments vary only in certain features. Though this places a higher burden on lexical representation, it reduces that placed on the grammar. (HOLT, 1997, p.19)

De acordo com Prince & Smolensky (1993), a otimização lexical é responsável pela escolha do melhor “par” input/output. Costuma-se dizer que a otimização lexical escolhe para a forma de input aquela mais parecida com a forma de output, o que é normalmente associado a violações mínimas do ranking. Assim, enquanto no modelo gerativo clássico redundâncias eram eliminadas do input, sendo este o menos especificado possível, já que a gramática daria conta de gerar o output esperado, na TO o input pode ser plenamente especificado em virtude da otimização lexical, o que, segundo Holt (cf. citação acima), tem o efeito de maximizar a harmonia da gramática.

O autor chama a atenção para muitos trabalhos em aquisição (Kiparsky, 1977; Menn, 1977; Jaeger, 1986) que defendem a *full specification* do input: “*nearly all studies of speech*

production and perception indicate that something close to surface forms exist in memory and that words are stored with much redundancy, enabling access from a number of paths” (HOLT, op.cit., p.21).

A relevância da otimização lexical para a mudança é óbvia:

When the listener hears an output form that differs from its underlying representation, it will consider storing that phonetic output in mental representation. This will occur if the output in question always occurs with the same phonetic form; lexicalizing it reduces faithfulness violations (MAX, IDENT or DEP) because whatever change might happen in fact always happens. Therefore, making that information part of underlying representation maximizes the harmony of the grammar by eliminating these faithfulness constraint violations. (HOLT, 1997, p.21-22)

Isso se aproxima do processo de lexicalização da lingüística histórica tradicional, pois novas gerações de falantes poderiam não ter evidência de que um dado traço fonético, por exemplo, se deve a um processo fonológico e, conseqüentemente, armazenariam a forma de superfície como um item lexical.

Contudo, a lexicalização não age sozinha na mudança, o ranking de restrições também é significativo nesse sentido, pois a otimização pode resultar na demção de restrições, reduzindo redundâncias. No capítulo 5, quando discutiremos a análise de Holt para mudanças ocorridas do latim para o português e o espanhol, isso ficará mais claro.

4.5 AXIOMAS DESTA DISSERTAÇÃO

Neste trabalho tomaremos por base, principalmente, aspectos teóricos da Sociolingüística e da Teoria da Otimidade. A razão para tal postura é justificada nos parágrafos seguintes.

A proposta central de Labov é estudar a mudança pelo presente, e nisso nos distanciamos da metodologia laboviana. Mas nos aproximamos dela por três razões. Em primeiro lugar, quanto à concepção de língua, vista como um sistema imanentemente heterogêneo, cuja ‘aptidão natural para mudar’ está refletida nas diferenças entre os diversos dialetos, camadas sociais, faixas etárias, circunstâncias de fala, sexo, etc. Em segundo lugar, acreditamos que o presente pode explicar o passado e que os fatores lingüísticos favorecedores da variação no presente poderiam ser os mesmos que atuaram no passado. Por exemplo, o fato de obstruintes serem muito marcadas em coda ocasional, e teria ocasionado no passado, uma série de fenômenos no sentido de eliminação de uma estrutura que seria muito

marcada na língua. Os recursos de que a língua lançou mão nas diferentes épocas poderiam não ser os mesmos, mas todos refletiriam tentativas de tornar mais natural a estrutura em questão. Do latim para o português, temos, principalmente, a vocalização, a assimilação ou o apagamento. Hoje, no que diz respeito ao PB, o trabalho de Collischonn (2002) nos mostra a realização variável da epêntese, e no Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI encontramos o apontamento de variação entre manutenção e apagamento da primeira consoante do grupo (*ignorar* ~ *inorar*).

Por outro lado, o passado pode também explicar o presente. Gramáticos antigos já se valiam desse pensamento, chegando muitos a afirmar que para entender bem seu idioma, o falante deveria conhecer o passado da língua, o que soa como um exagero injustificado depois da concepção saussureana de *langue*, ou do conceito chomskiano de *competência lingüística*. Quando falamos que o passado pode explicar o presente, ainda que acreditemos que este se explique por si mesmo, queremos dizer que a variação do presente pode encontrar no passado justificativas para seu status atual. Por exemplo, se um pesquisador constatou que um determinado fenômeno encontra-se em variação estável no presente, isto é, se todas as faixas etárias ou as comunidades consultadas mostram o mesmo padrão de realização, ele pode perguntar-se se isso foi e será sempre assim ou se é apenas a convergência natural de uma série de fatores (extra)lingüísticos que caracterizam o momento como “estável”. Um estudo diacrônico desse fenômeno poderá confirmar uma ou outra hipótese.

Além de confirmar estudos de fala sincrônicos, o estudo do passado poderiam auxiliar na elucidação do encaixamento do fenômeno, isto é, sua relação com outros fenômenos gramaticais e uma possível origem comum. É difícil encontrar a causa de uma mudança, lingüisticamente falando, mas podemos identificar seu início aproximado e estabelecer, com base em princípios gerais, seu provável direcionamento.

Em terceiro lugar, como vimos anteriormente, a variação relevante para os estudos sociolingüísticos é a da comunidade. Nesse sentido, podemos pensar numa aproximação entre aquela perspectiva teórica e este trabalho: analisaremos a variação/mudança comparando registros gramaticais entendidos como caracterização da língua dos falantes de um dado país ou região, em um dado período. Estaremos buscando nessas obras descrições que apontem para variação inter e intradiletal, conforme detalharemos na próxima seção.

Quanto à TO, acreditamos que, dentre as teorias formais de que dispomos hoje, ela é a que mais satisfatoriamente permite descrever tanto a aquisição da linguagem como seu funcionamento e mudança. De forma simples, tal como desejavam os modelos gerativos anteriores, todos os fatos relacionados à linguagem humana recebem tratamento unificado a

partir de uma arquitetura de gramática que parte do universal para o particular, primando pela análise do dado empírico, como desejava Labov.

Entendemos que a arquitetura da gramática otimalista, especialmente a concepção de restrições universais violáveis, sua implicatura relacional, sua relação de dominância, permite-nos aproximá-la, ainda que de forma ousada, ao Princípio do Uniformitarismo. Se as mesmas forças que atuam no presente atuaram no passado da língua, isso pode ser entendido como resultado de forças universais fortemente ligadas à noção de marcação. E a TO justamente lida com a questão da universalidade: as restrições são as mesmas em todas as línguas, em todas as épocas, não existem regras “criadas” pela língua, e por isso as “forças” de que fala Labov podem ser entendidas como o conflito entre as restrições. Esse conflito, sim, pode alterar-se com o tempo, reorganizando a gramática. Mas esse movimento de restrições não é gratuito, alterações na gramática são consequência direta de um jogo de implicaturas lingüísticas, em que um movimento pode originar *n* novos conflitos. Esta é a mesma idéia do jogo de xadrez de Saussure. E é nesse ponto que a concepção de língua do mestre genebrino, de Labov e da TO se encontram: o sistema é instável por natureza. Por isso, Saussure privilegiou a sincronia, porque alegava não conseguir observar o movimento. Por isso, Labov propôs-se a verificar justamente a variação e o que estaria na base do movimento da língua. Por isso, os otimalistas procuraram olhar “mais de cima”, buscando aquilo que é universal, portanto, mais simples e natural, nas línguas humanas, abolindo o excessivo formalismo causado pelo desenvolvimento das pesquisas gerativistas. E, por isso tudo, não é nenhum absurdo aproximar uniformitarismo e restrições universais violáveis.

Além disso, a TO conseguiu unir o que de melhor se produziu em estudos lingüísticos, valorizando aspectos fonéticos e fonológicos, observando principalmente a produção, mas podendo também (cf. proposta de BOERSMA, 1997, e HOLT, 1997) incluir o papel da percepção na gramática de uma língua.

Neste trabalho, focaremos principalmente o estudo de Holt (op.cit.) sobre mudanças ocorridas do latim para o português, que poderá nos auxiliar na análise do encaixamento da *reinscrição* dos GCIs, isto é, em seu lugar na gramática.

4.6 O CORPUS

De acordo com Teyssier (1997) e outros, o português caracteriza-se como tal entre o séculos XIV e XVI. Antes desse período temos o que esse autor denomina galego-português, no qual já haveria ocorrido a eliminação dos GCIs, conforme apresentado no capítulo 1. A

reinserção desses grupos deu-se, de acordo com as gramáticas históricas, na época do Renascimento, portanto, quando o português já havia se “desmembrado” do galego-português. Desse modo, este estudo se centrará no português dito *clássico* (cf. periodização de CARDEIRA, 2006), cujo marco inicial seria a primeira gramática da língua portuguesa e a última peça escrita por Gil Vicente, em 1536.

Para alcançar os objetivos propostos, sistematizando a história dos GCIs, optamos por examinar descrições gramaticais, iniciando por Fernão de Oliveira (1536), cuja obra constitui a primeira reflexão metalingüística sobre a LP. Examinamos um conjunto de gramáticas antigas a fim de agrupar informações sobre o comportamento dos GCIs na história da língua portuguesa. A gramática de Oliveira (op.cit.) é a primeira da língua e foi publicada na época renascentista e, por isso, poderia conter informações sobre os grupos consonantais impróprios.

Entendemos que o exame de textos antigos poderia fornecer dados preciosos a este estudo. Porém, dadas as dificuldades encontradas para a constituição de um *corpora* de tal natureza (como dificuldades de acesso a textos representativos de cada século, desde o XVI até o XX, datados e localizados confiavelmente e que tivessem as mesmas características, isto é, fossem escritos por indivíduos de mesmo nível social, tratassem dos mesmos temas, de mesmo gênero textual), optamos por avaliar as informações disponíveis nas gramáticas da língua portuguesa. O exame de textos antigos poderá ser realizado em etapa posterior, confirmando os resultados deste trabalho.

Para o momento, tomaremos os relatos gramaticais como verdadeiros, tendo o cuidado de selecioná-los conforme os seguintes critérios:

- disponibilidade das obras ;
- registro do assunto (menção a aspectos relevantes para o estudo dos GCIs);
- duas gramáticas por século (Séc. XVI a XX);
- um exemplar português e outro brasileiro;

Recorreremos a gramáticas antigas a fim de registrar aspectos nelas mencionados que tenham relação com os GCIs. Esses aspectos referem-se especialmente a descrições silábicas e às normas ortográficas apresentadas pelas gramáticas. Esperamos encontrar nas obras consultadas referências a, pelo menos, duas variantes: uma culta, cuja norma a gramática defenderá, e outra estigmatizada, que deverá aparecer como “erro”, a forma rejeitada pela gramática. Quanto à ortografia, acreditamos que propostas de normatização da escrita podem revelar aspectos da fala, uma vez que aquela toma por base esta, e que essa relação aparecerá de forma explícita nas gramáticas, oportunizando descrições mais completas além de ampliar as possibilidades de volumes consultados, posto que poucas são as fontes

anteriores ao século XIX disponíveis, e, dentre os textos disponíveis, muitos referem-se à ortografia.

As gramáticas antigas que consultamos são as que seguem:

1. **Fernão de Oliveira (1536)**, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*
2. **João de Barros (1540)**, *Grammatica da Lingua Portuguesa*
3. **Duarte Nunes do Leão (1576)**, *Orthographia da Lingoa Portuguesa*
4. **Álvaro Ferreira de Véra (1631)**, *Ortografia ou Modo para Escrever Certo na língua Portuguesa*
5. **Jerônimo Contador de Argote (1725)**, *Regras da lingua Portugueza, espelho da lingua latina*
6. **Madureira Feijó (1734)**, *Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*
7. **Jerônimo Soares Barboza (1822)**, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*
8. **Júlio Ribeiro (1881)**, *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*
9. **Cândido de Figueiredo (1916)**, *Gramática Sintética*
10. **Cândido Jucá (Filho) (1940)**, *Idioma Nacional*
11. **Celso Cunha (1971)**, *Gramática da Língua Portuguesa*

Tivemos acesso a essas obras através do site da Biblioteca Nacional de Lisboa (www.bn.pt/) e da Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanas (BSCSH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em razão do número de obras consultadas e, em alguns casos, de sua estrita divulgação, optamos por resumir as informações encontradas no capítulo que segue. Os capítulos seguintes serão dedicados à análise dos GCIs, sua permanência e seu comportamento na história da língua.

5 DESCRIÇÃO DO CORPUS

Este capítulo resume os principais aspectos encontrados nas gramáticas consultadas que fazem referência ou estão relacionados aos GCIs. Dentro do possível, limitamo-nos a parafrasear o texto original; porém, em alguns momentos entendemos que a interpretação da informação poderia elucidar a análise posterior, e assim o fizemos. As gramáticas estão ordenadas cronologicamente, iniciando por Fernão de Oliveira (1536) e terminando em Cunha (1972).

5.1 FERNÃO DE OLIVEIRA (1536)

O primeiro estudo publicado sobre a língua portuguesa é a *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira em 1536. Essa gramática reflete a consolidação do idioma de um povo que está no auge do desenvolvimento de sua prosperidade através da conquista de novas terras com as descobertas de além-mar. Embora de caráter essencialmente descritivo, essa obra pode também ser considerada normativa na medida em que descreve o que nunca antes havia sido descrito, no intuito de fixar o conjunto de normas em que se assentaria o português da época, permitindo que fosse ensinado e aprendido em todo o território:

(...) quero q̃ minhas obras se pubriquem so o titolo de seu nome: e dellas seja a primeyra esta como prologo das outras a notação em algũhas cousas do falar: Portugues: na qual: ou nas quaes eu não presumo ensinar aos q̃ mays sabem: mas notarey o seu bo costume para q̃ outros muitos aprendão e saybão quanto prima e a natureza dos nossos homes... (OLIVEIRA, In: SILVEIRA, 1954, p.34)²⁰

Para ele, descrever a língua é, antes de tudo, descrever seu sistema fonético, ao qual dá ênfase, e a associação dos sons em sílabas e destas em palavras. A sintaxe (“cõstruição”), embora sujeita a “certas leis e regras”, acreditava ser determinada com o uso em razão de suas “desproporções ou dessemelhanças”, e ela deveria ser aprendida por intermédio da leitura de bons escritores.

Oliveira não menciona grupos complexos em sua gramática, mas sua reflexão sobre a constituição da sílaba em português nos é de grande valia. Abaixo segue recorte do texto em que o autor trata do assunto, e a seguir o transcrevemos para facilitar a leitura:

²⁰ Em todas as citações deste capítulo, os grifos são nossos.

escreuamos til. **Capitolo. xx.**
Qys ja começamos a falar das letras em que as nossas syllabas podem acabar vamos por diante coellas. Das consoantes digo: porque das vogaes qualquer dellas pode dar cabo as syllabas. As nossas vozes acabão sempre em voz perfeita e desempedida o q̃ não cõsintẽ as letras mudas: mas ao contrario atão a boca e cortão as dições que he proprio de mudos e grosseiros como vemos quasi nas gentes de terras frias: os quaes Didovirgiliana responde) do a ilioneu: quer entender e) pela pouca participação do sol são menos perfeytas e assi vemos que os latinos poucas vezes e os Gregos mais poucas eu nunca fazem o fim das suas dições em letra muda: seja logo esta hũa condição da nossa lingua e não de pouco primor

que os vocabulos nem syllabas delles antre nos nunca acabẽ em letra alghũa das q̃ por essa e nã outra rezão chamamos mudas as letras cõsoãtes em q̃ as nossas dições ou suas syllabas podem acabar são estas .l. r. s. e .z. as q̃es ja chamamos semiuogaes ou quasi vogaes: porq̃ nisto sã soltas como vogaes e gozão d' seu offiço em dar fim a dições ou sylbas como vogaes: pode acabar dição ou syllaba nesta letra. l. como peytoal/papel/barril/caraçol/azul e .r. como lagar/comer/dormir/senoz/artur. ã .s. como entras/reues/dormis/retros. us não temos em cabo de dição: mas temolo em cabo de sylba. Como buscar e custar. Em .z. tambe acabão dições ou syllabas. Como cabaz pez. iuz. arros. alcatruz. Os ditongos recebem despoys de si til. ou .f. ou ábas: como tabalião. escreueys. cidadões capitães lições. **Capitolo. xxj.**

Poys começamos a falar das letras em que as nossas syllabas podem acabar vamos por diante coellas. Das consoantes digo: porque das vogaes qualquer dellas pode dar cabo as syllabas. As nossas vozes acabão sempre em voz perfeita desempedida o q̃ não cõsintẽ as letras mudas²¹: mas ao contrario atão a boca e cortão as dições que he proprio de mudos e grosseiros como vemos quase nas gentes de terras frias: os quaes Didovirgiliana responde) do a ilioneu: quer entender e) pela pouca participação do sol são menos perfeytas e assi vemos que os latinos poucas vezes e os Gregos mais poucas ou nunca fazem o fim das suas dições em letra muda: seja logo esta hũa condição da nossa lingua e não de pouco primor que os vocabulos nem syllabas delles antre nos nunca acabẽ em letra alghũa das q̃ por essa e nã outra rezão chamamos mudas as letras cõsoãtes em q̃ as nossas dições ou suas syllabas podem acabar são estas .l. r. s. e .z. as quaes já chamamos semiuogaes ou quase vogaes: porq) nisto sã soltas como vogaes e gozão d' seu offiço em dar fim a dições ou sylbas como vogaes: pode acabar dição ou syllaba nesta letra

²¹ “As letras mudas são estas .b. c. d. f. g. m. n. p. q. t. x. chamãose mudas: porq̃ em si não tem voz alghu → a nem offiço ou lugar q̃ lha de...” (OLIVEIRA, op.cit, p.43)

.l. como peytoral/papel/barril/caracol/azul e .r. como lagar/comer/dormir/señor/Artur. e .s. como entras/reues/ dormis/retros. U s não temos em cabo de dição: mas temolo em cabo de sylba. Como buscar e custar. Em .z. também acabão dições ou syllabas. Como cabaz pez. juyz. arroz. alcatruz. (OLIVEIRA, 1536, cap.XX)

Antes disso, no capítulo IX, ele já afirma que “*as mudas cujo nome e bẽ claro não podem dar cabo as vozes*”.

Como se vê, as consoantes licenciadas em coda no português de 1500 seriam as mesmas do sistema atual listadas por Mattoso Camara quatro séculos depois de Fernão, excetuando-se a nasal. Porém, ao contrário do português atual em que, segundo Mattoso Câmara (1984), obstruintes “aparentemente” podem ocupar posição de coda, em 1500 as oclusivas deveriam estar ausentes desta posição. Encontra-se no texto de Fernão: *manífico, sinificados, diçã, averbios*. Além disso, palavras que em latim apresentavam os grupos de consoantes já teriam sofrido os respectivos processos no sentido de eliminar a primeira consoante: *tratos, reyno, sogeyta, autoridade, feyto, doutrinas, respeito, escritura*. O capítulo XXIV trata dessa questão:

As dições que trazemos doutras linguas escrevelas emos co as nossas letras q̃ nellas soõ como ditõgo filosofo. Gramatica: porq̃ todo o mais e empedimento aos q̃ não sabẽ essas lingoas donde ellas vierão:se não q̃ndo ainda forem tão nouas antre nos que seja neçessareo pronunçialas co a melodia de seu naçimento:mas nos trabalhemos q̃nto poderemos de as amãsar e cõnformar co a nossa . autor. rector. e outras comestas não nas escreueremos cõ .c. âtes de .t. como os latinos faze): porq̃ a nossa lingua não cõsinte acabar as nossas syllabas em .c. nem em outra algu)ha letra muda: como .ac. ab. e ad. e mays poys nos taes lugares soa antre nos .u. ou .i. mesturado em ditongo coa vogal q̃ antes estaua assi o escreuamos. (OLIVEIRA, 1536, cap. XXIV)

Neste trecho Fernão sinaliza para processos sofridos pelos GCIs na passagem para o português, sugerindo que empréstimos devam ser “amansados”, conformados à gramática portuguesa da mesma forma que outras palavras na história da língua o foram. Isso poderia ser indicativo da *artificialidade* dos GCIs, exceções ao padrão da língua (vocalização do GCI).

Nossa primeira gramática, ao que tudo indica, revela um sistema silábico em que oclusivas, ditas “consoantes mudas” por Fernão, não apareceriam em coda. Atestam isso as afirmações do autor sobre esse aspecto e também a sua própria escrita, conforme exemplos apresentados acima. Contudo, encontram-se, também, algumas palavras, embora poucas, escritas com GCI, como *sancto, escriptura* (em variação com *escritura*), *Egipto, adversidade*,

Cadmo, caracteres. No geral, porém, GCIs não aparecem. Pelo contrário, muitas palavras que hoje apresentam esses grupos aparecem grafadas sem a primeira consoante correspondente ao étimo latino: *averbio, sustantivo, ajetivo, etc.*

O fato de algumas palavras com GCIs aparecerem na obra pode ser justificado por duas razões: Fernão realmente escreveu assim, e isso indicaria que alguns GCIs já se faziam presentes na língua, ou trata-se de alteração posterior feita por copistas. Como o texto analisado é uma reprodução do original e prima pela manutenção dos caracteres originais, a conclusão é de que provavelmente Fernão as escreveu. Agora, por que as escreveu, embora defendesse que estruturas como essas fossem adaptadas à língua, é questão que discutiremos depois. Uma explicação para isso seria o fato de algumas serem empréstimos (*Egipto, Cadmo, caractere*) e outras serem influência da tradição escrita de textos religiosos redigidos em latim (*sancto, escriptura*), podendo, portanto, serem acomodadas como exceção.

É preciso observar que dizer que as palavras devem ser “amansadas” conforme a gramática da língua portuguesa soa como predição normativa, o que sugere que GCIs existiriam na língua, ainda que não fossem comuns, e deveriam ser evitados, pois não eram estruturas próprias da língua. Assim, podemos entender a obra de Oliveira como refreadora dessas formas. O fato de Oliveira condenar/negar a presença de GCIs na língua pode ser indicativo de que esses grupos estavam retornando à estrutura da língua e que sua ocorrência restringia-se à linguagem daqueles que conheciam o latim, por exemplo, mas era “*empedimento aos q) não sabe) essas lingoas*”. GCIs seriam, dessa forma, *artificiais*, no sentido de que não seriam próprios à LP e dependeriam do conhecimento da língua emprestada.

5.2 JOÃO DE BARROS (1540)

Muito antes de Saussure, Barros (1540) compara as peças de um jogo de xadrez às “peças” da gramática: nomes e verbos são os dois reis, e cada um tem “*suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com leyes do que cada hu)la deue fazer*” (Barros, 1540, p.2). A “dama” do nome é o pronome, a do verbo é o advérbio. O particípio, o artigo, a conjunção e a interjeição são “capitães principais”. A linguagem, para ele, é formada de nove partes, as oito já citadas mais a preposição.

Sua gramática inicia apresentando as letras e os sons da língua portuguesa. A seguir, fala de como se organizam as sílabas. O tópico seguinte diz respeito à “diçam”, isto é, à origem dos vocábulos e sua classificação (nomes, verbos, pronomes, advérbios, etc). Segue-se

a isso um capítulo sobre “construíçam”, em que trata de alguns aspectos que dizem respeito à junção dos vocábulos. O penúltimo capítulo é intitulado “Das figuras” e trata dos “barbarismos” e “solicismos”. Por fim, Barros apresenta um capítulo chamado “Da Orthografia”, que seria a primeira proposta de normatização da escrita portuguesa.

As regras ortográficas enumeradas por Barros vão ao encontro da descrição feita por Fernão de Oliveira. Ele propõe uma regra principal (a regra 1 transcrita abaixo) e quatro regras que esclarecem o uso de letras duplas e o plural de palavras terminadas em nasal. Segue a isso um conjunto de regras particulares em que o autor trata de possíveis dúvidas geradas por “acidentes” relacionados aos sons da língua: por exemplo, o uso de *m* antes de *b*, quando usar *v* ou *u*, etc.

Disso, o que nos interessa para o estudo dos GCIs são a primeira e segunda regras:

Regra 1: “*escrever todalas dições com tantas leteras com quantas as pronunçiamos, sem poer consoantes oçiósas: como uemos na escritura italiana e francesa*”. (BARROS, op.cit, p.42).

Regra 2: “*nehu)ã diçam ou syllaba podemos escrever acabáda em muda, ainda que seiam hebreas ou bárbaras: como Iacob, Ioseph, por que toda as nóssas dições e syllabas se terminam nestas semiuogáes, l, m, n, r, s, z, e assi se pôdem terminár em todalas uogáes: e com ellas formamos todalas peregrinas dições em nóssa linguagem*”. (id.ibid.)

Mesmo palavras emprestadas devem, conforme a regra 2, serem adaptadas ao português, que não prevê sílabas travadas por letras “mudas”. De fato, o texto não apresenta GCIs. Palavras em que hoje eles aparecem não os registram: *averbio*, *dições*, *sustantivo*, *ajetivo*, *sustancia*²². Nossa busca, não exaustiva, encontrou apenas quatro casos em que a primeira consoante do grupo aparece escrita: *significa*, *significaçam* ~ *significaça* e *aduerbio*.

Esses poucos casos de GCI podem indicar que o texto, embora edição fac-símile, tenha passado por alguma reedição em que poderia ter sofrido algumas alterações. Lindley Cintra, em nota prévia à edição da gramática consultada, diz que João de Barros é um autor com uma doutrina ortográfica própria, nem sempre respeitada pelos seus impressores, o que explicaria as exceções encontradas. Entretanto, a questão levantada sobre a presença de GCIs em Oliveira também se encaixa aqui: palavras escritas por Barros com GCIs não poderiam caracterizar exceções oriundas de empréstimos e da influência eclesiástica?

²² Um levantamento que inclui palavras cujo processo de assimilação ou vocalização dos GCIs tivesse ocorrido também foi feito: *autoridade*, *doutos*, *escritura*, *doutrina*, *tratár*, *ditos*, *respeito*, *doutissimos*, *distinça*, *fruta*, *leite*, *pimenta*, etc.

Como se vê, João de Barros e Fernão de Oliveira descrevem as mesmas características para a posição final de sílaba. Barros acrescenta as nasais em posição posvocálica. Além disso, seu padrão de escrita é o mesmo, sem apresentar GCIs, mesmo em palavras que hoje os registram, à exceção dos casos citados.

5.3 DUARTE NUNEZ DO LEÃO (1576)

Duarte Nunez do Leão publicou sua *Orthographia da Lingoa Portvgvesa* em 1576, mas ela pode ser considerada como representativa do século XVII por ter sido mais amplamente divulgada quando da publicação da *Origem da Lingoa Portvgvesa*, pelo mesmo autor, em 1606. Essa obra, como veremos, pode ser considerada uma linha divisória na história dos GCIs, pois diverge das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros quanto à existência e (des)necessária adaptação ao padrão desses grupos na LP.

Leão exercia funções políticas e teve por tarefa organizar as leis de Portugal em um único volume, que fosse acessível à leitura e uniforme, pois essas leis estavam dispersas em vários documentos que divergiam muito quanto ao padrão de escrita. Assim, a *Orthographia* é uma obra escrita com fins pedagógicos e que intenciona a unificação ortográfica através de um conjunto de normas. Antes de apresentá-las, o autor descreve as letras do sistema ortográfico da língua e, a seguir, o sistema silábico.

Quanto à sílaba, no que pode ser relevante para o estudo dos GCIs, Leão (op.cit, p.35) afirma que as palavras em português podem terminar em vogal ou em *l, m, r, s* ou *z*: *cardeal, tambem, senhor, Paris, voz*. Mas adverte que existem “dições peregrinas”, isto é, empréstimos de outras línguas, que acabam em outras consoantes: *Dauid, Sion, Agag, Iob, Lamech, Ioseph, Nazareth*.

Antes disso (páginas 33 e 34), o autor diz que *b, c, d, f, g, p, e t* só podem ocupar o final de uma sílaba medial se a sílaba que as seguir começar por consoante idêntica: *abbade, vacca, addição, affeição, agravar, ceppo, gotta*. Porém, ressalta que, em palavras compostas com as preposições *ab, ob, sub*, a sílaba pode acabar em *b*, mesmo não havendo outra consoante idêntica posterior: *ob-edeço, ab-orriuo, ab-ominavel, ab-undantes, ab-orreço*. Essa divisão, claramente morfológica, parece ser meramente o caso de convenção ortográfica para a divisão silábica, embora o autor não deixe isso claro. Também quanto a *ad*, além de *ob* e *sob* (~*sub*), afirma que pode ocorrer assimilação da consoante final pela seguinte, quando a palavra a qual se junta iniciar por consoante: *abbreviar, affecto, attentar, approvar, assinar, offender, oppoer, soccorrer, supprir, sufficiente*.

Somente na página de número cinquenta²³ Leão apresenta as *Regras Geeraes da orthographia da lingoa Portuguesa*, definindo como primeira norma “*que assi hemos de screver, como pronunciamos, & assi hemos de pronunciar como screvemos*”. Posto isso, o leitor da *Orthographia* é levado à conclusão de que os GCIs, à época de Leão, tinham a primeira consoante pronunciada, pois desde o início aparecem palavras grafadas conforme a origem latina: *directo, dictas, tractando, perfectamente, scripta*, etc. No entanto, essa é uma conclusão equivocada que se dilui com a segunda norma ortográfica. Nesta o autor defende que “na scriptura sigamos a corrupção dos vocabulos corruptos, & não a origem, & digamos *pe)tem*, não *pectem*, feito e não *fecto*, contar e não *comptar*, pois já são corruptos” (LEÃO, op.cit., p.50). Em outras palavras, o que passou por processos do latim ao português deve manter-se como é em português, e não como era em latim, embora depois advirta:

(...) q algu)us vocabulos há, q) descendendo todos de hu) primitiuo, em hu)us seguimos a scriptura Latina, & ã outros a corrupta: porq) na verdade os pronu)ciamos assi differe)temente. Porq) hu)us vocabulos corrôpemos, & outros deixamos incorruptos, q pola maior parte são os de q) a ge)te vulgar não vsa tâto. Porq) escrevemos insigne, significar, & significação cõ .g. porq) stão incorruptos: mas sinal, sinette, assinar, sem .g. por starẽ corruptos, sendo certo q) todos descende) de signum (LEÃO, 1756, p.50).

Leão observa também que pode haver variação de escrita e pronúncia nesses casos:

E screveremos docto, doctor, doctrina, precepto, preceptor, pecto, pectoral, perfecto, cõtracto, usufructo, & outros taes. E se algu)us de orelhas mais mimosas dixerem, que lhe soa melhor, pronunciar-se estes como corruptos, & dizer douto, doutor, doutrina, noute, ou noite, peito, perfeito, não lho estranharia. Porque na verdade, a pronu)ciação d’aqueles vocabulos, & de outros semelhantes, algu)us a fazem sem .c. Mas por starem tam inteiros na forma Latina, eu os não screveria senão per .c. que o uso tudo vem amolle)tar, & fazer corre)te. Polo que a cada hum fique, screuelos como os pronuncia. Mas os versificadores, cujo trabalho he buscar consoantes poderão screver de hu)a maneira, ou d’outra. (LEÃO, 1756, p.52)

As demais regras tratarão de outros casos em que a etimologia ortográfica é aceitável e como usá-la sem abuso. Poder-se-ia dizer que a primeira regra, que diz que a escrita deve guiar-se pela pronúncia da palavra, acaba soando como meramente teórica, já que na prática o que Leão faz é travestir as palavras de acordo com seu étimo latino.

Essa obra é bastante importante para o estudo sobre os GCIs. Em primeiro lugar, por apresentar diferenças em relação às gramáticas de Oliveira e Barros. E, segundo, porque

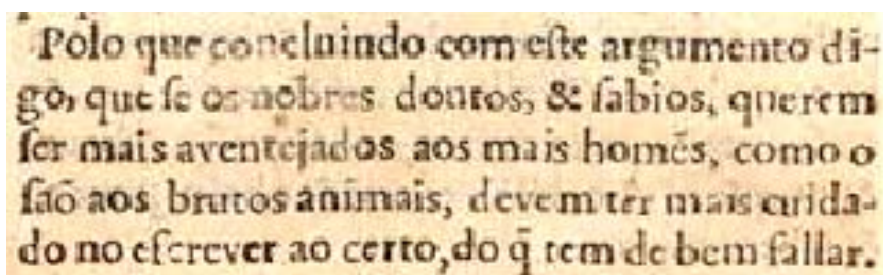
²³ Note-se que a numeração de páginas é feita aos pares, assim, cada número corresponde a duas páginas do livro. À página 50 corresponderia, na verdade, a página 100.

aponta para casos em que haveria variação na pronúncia das palavras em que esses grupos apareciam. Por exemplo, ao falar sobre a letra *b*, Leão (op.cit, p.4) afirma que *Teem outro si esta letra .b. algu)a semelhãça com o .u. consoante*, porque desde o latim se confunde: *ab + fero = aufero*, *ab+ fugio = aufugio*. Segue afirmando que *nos dizemos absente & ausente, abano & auano, aljaba & aljaua, etc*, o que se deveria a uma variação dialetal: *o que nos pronunciamos .b. os galegos pronunciam .u.*

Sumarizando, Leão nos revela que GCIs estavam presentes na língua no final do século XVI, provavelmente por influência latina, e de forma variável. A variação, que se constata pela norma proposta, em que Leão autoriza uma escrita variável, conforme a pronúncia de cada um (*docto* ou *douto*, por exemplo), não se verifica em seu próprio texto: ele parece seguir um padrão de escrita em que algumas palavras são escritas com GCI e outras não, sem que um mesmo item lexical apresente variação. Embora aceite a variação, Leão parece atribuir às palavras com GCIs status de prestígio quando diz que (i) não seriam usadas pelo “vulgo” e (ii) que “alguns de orelhas mais mimosas” prefeririam a forma sem o grupo.

5.4 ÁLVARO FERREIRA DE VÉRA (1631)

No prólogo de sua *Ortografia ou Modo para Escrever Certo na língua Portuguesa*, Véra ressalta a importância social da escrita²⁴:



(VÉRA, 1631, Prólogo)

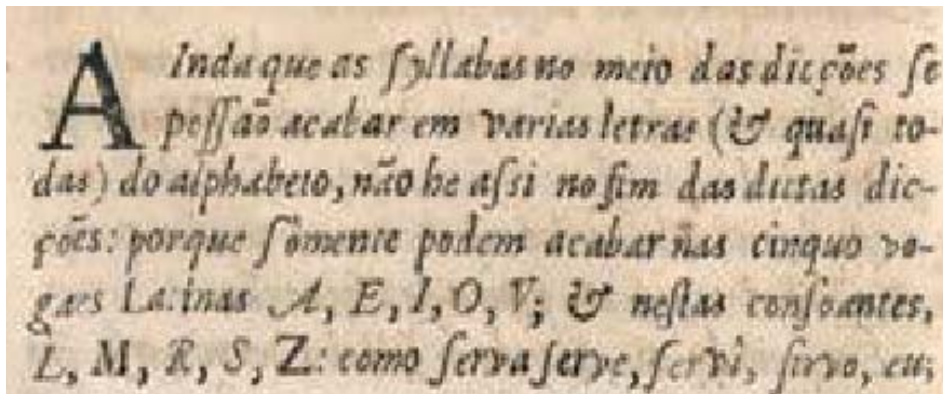
Para o autor, ortografia “*é a arte de escrever as vozes com as letras devidas à direita pronúnciação e segundo sua origem, porque Orthos (em grego) quer dizer direito, e graphos, escrevo; como se disséssemos, escrevo como pronuncio*” (VÉRA, op.cit., p. 1). Ele apresenta, então, o que é pronúnciação: “*é uma voz de uma ou muitas sílabas, a qual se chama voz*

²⁴ “Pelo que concluindo com este argumento digo que se os nobres doutos e sábios querem ser mais avantajados aos demais homens, como o são aos brutos animais, devem ter mais cuidado no escrever certo do que tem de bem falar.” (VÉRA, 1631, Prólogo)

articulada” (id.ibid.). Partindo disso, ele apresenta o conjunto de “letras” da língua portuguesa, alertando que fará um acréscimo de três caracteres, *nh*, *lh* e *ch*, e excluirá a letra grega *k*.

Quanto à estrutura silábica, Véra afirma que, havendo entre duas vogais duas consoantes, uma ficará com a vogal antecedente e outra com a vogal seguinte (id.ibid., p. 27): *el-le*, *oc-cupa*, *pas-so*, *ter-ra*. Excetuam-se casos como *cre-scer*, *pa-stor*, *cre-spo*, *e-squadra* e, ainda, os grupos de “letra muda” + líquida: *a-plauso*, *a-brir*, *a-fligir*.

No que diz respeito à coda silábica, ele diz que no meio da palavra as sílabas podem acabar em *b*, *c*, *d*, *f*, *g*, *p*, *s*, *t* (*ab-bade*, *ac-celerar*, *ad-dição*, *af-feiçoar*, *pas-so*, *got-ta*) ou em *l*, *r*, *m* (*al-ma*, *pom-ba*, *ar-te*). No entanto, observa que, em final de palavra, as consoantes possíveis são *l*, *m*, *r*, *s* e *z*:



(VÉRA, 1631, p. 27)

Contudo, nomes próprios que são “dicções peregrinas” (empréstimos) devem se escrever com as letras de sua origem, podendo então acabar em *b*, *d*, *g*, *c*, *h*, *n*, *t*: *Iob*, *David*, *Agag*, *Lamech*, *Nazareth*, *Nemrot*.

Ao tratar das razões para se dobrarem as letras, o que consome 18 fólhos da gramática, Véra diz que algumas se dobram:

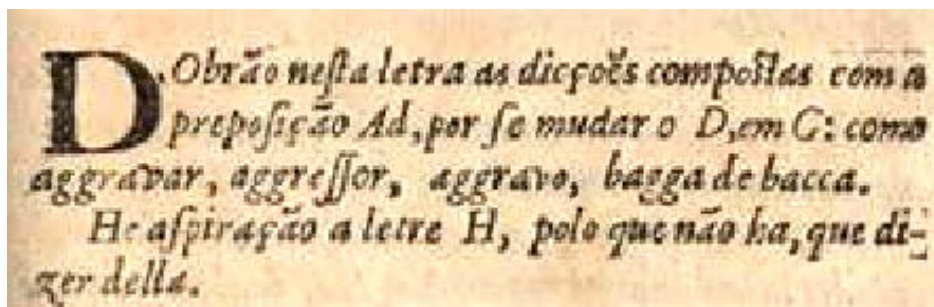
- porque seguem a natureza das palavras (*gotta*, de *gutta*);
- por derivação (*esgottar*, *gotteira*);
- por significação (diminutivo *tte*: *livrette*, *pequenette*);
- por “variação” (flexão: *amasse*, *mao* masc. versus *maa* fem., *barril* sing. versus *barrüis* plural);
- por composição, em que há assimilação da consoante final da preposição compositiva (*oppor*, *affirmar*).

- e por “corrução”²⁵ (de *ipsum* dizemos *esse*, de *persona* dizemos *pessoa*, de *dictio*, *dicção*, e de *dictium*, *ditto*).

Note-se, quanto aos últimos exemplos, que *dicção* equipara-se a *esse*, *pessoa* e *ditto*, do que se infere que o *c* de *dicção* poderia não ser pronunciado, mas apenas uma marca etimológica do passado, como nos demais exemplos.

Quanto à “composição”, em que trata da formação de palavras por prefixo + base, o autor traz inúmeros exemplos em que se devem dobrar as consoantes de preposições, como *ad*, *ob*, *sob* (*sub*), etc. Analisando a lista de exemplos que ele traz, pode-se concluir que em casos de preposição latina + base, a consoante final da preposição só permanece se for uma líquida ou S, como em *desfazer*, *perferir*, ou se o que a segue for uma vogal, líquida ou S, *sobrepujar*, *substabelecer*, *obstar*, *absolver*. Restam, no entanto, exemplos como *advertir*, que representariam exceções.

Fique claro, porém, que Véra não faz qualquer constatação dessa ordem, limitando-se a listar os ambientes ou simplesmente as palavras em que se deveriam dobrar as letras, por exemplo:

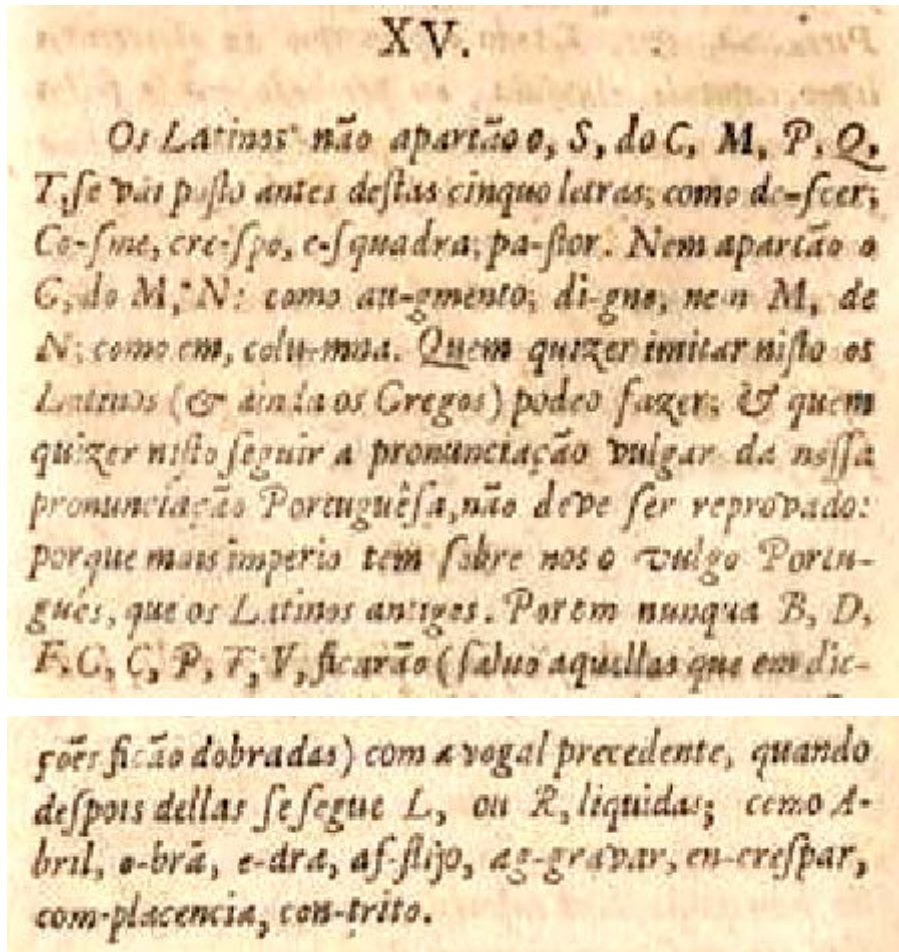


(VÉRA, 1631, p.33)

De modo generalizado, para clusters de obstruintes latinos em que se espera que tenha havido assimilação (cf. gramáticas históricas), Véra marca esse processo com o “dobramento” da segunda consoante do grupo latino: *escritta* (*escriptura*), *trattado* (*tractado*), *ditto* (*dictum*), *frutto* (*fructum*), etc.

Talvez a afirmação mais importante para este trabalho seja a que transcrevemos abaixo, em que Véra busca resumir em tópicos o conjunto de regras ortográficas da língua:

²⁵ “Outras dobram per corrução, que são as que estão na língua Latina de hũa maneira, & pronunciação, as mudamos, & fazemos nossas, corrompendo hũa das consoantes em outra semelhante”... (VÉRA, 1631, p. 28)



(VÉRA, 1631, p.46)

Como se observa, Véra, tal qual Leão, contrasta a pronúncia latina com a “do vulgo”, nisso apontando para uma possível omissão das oclusivas em *digno* e *augmento* por este último grupo de falantes. Além disso, afirma que as obstruintes nunca ficarão com a vogal precedente, isto é, nunca ficarão em coda silábica, somente em casos em que possam formar um grupo próprio, com uma líquida (*a-bril*, e não *ab-ril*). Os exemplos *ag-gravar* e *af-flijo*, presentes na citação acima, podem parecer contraditórios a essa afirmação, mas são casos de letras duplas originadas de escrita etimológica e que, de acordo com o que vimos acima, marcam um processo de assimilação da última consoante da preposição (no caso *ad* ou *ab*) pela consoante da sílaba seguinte.

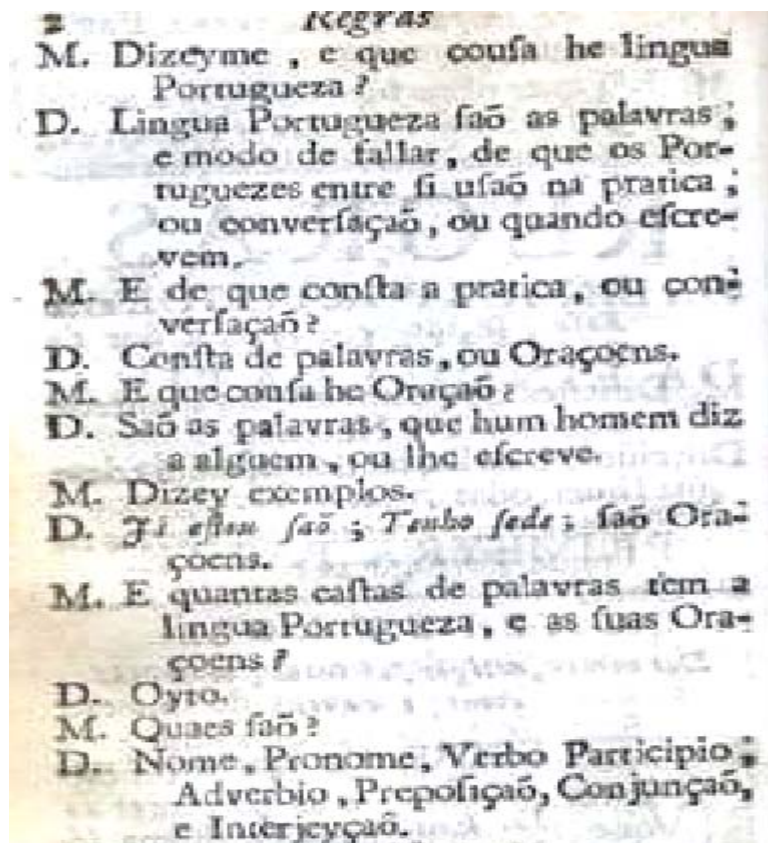
O padrão de escrita de Véra é bastante próximo ao nosso atual: *insigne*, *significação*, *advertindo*, *admitte*, *admiro*, etc. Encontramos apenas um caso de não correspondência, *lector*, e três casos em que hoje escrevemos o GCI e no texto de Véra aparecem grafados sem: *corrução*, *corruções* e *corruta*. Também não encontramos variação de escrita para um

mesmo item lexical. as palavras que registram GCIs são sempre grafadas da mesma forma, assim como as que não registram são sempre grafadas sem o grupo.

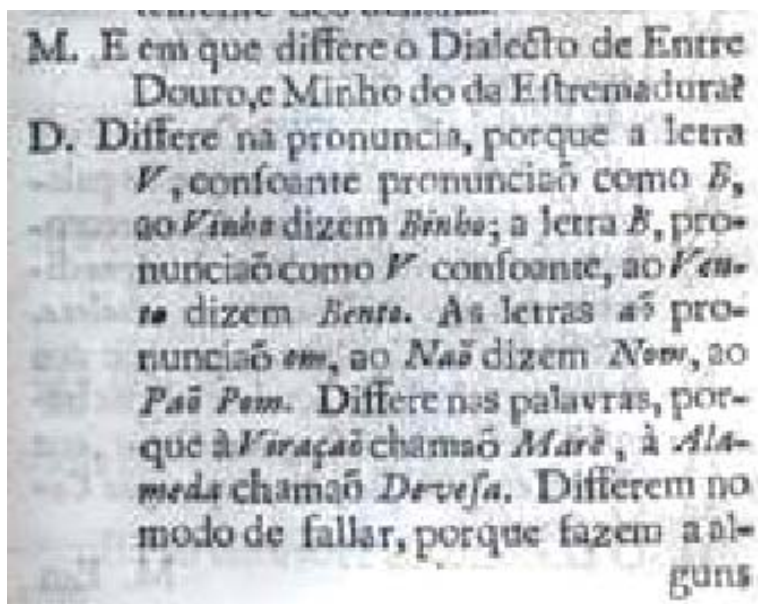
5.5 JERÔNIMO CONTADOR DE ARGOTE (1725)

Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina é a gramática escrita por Argote em defesa do ensino da língua portuguesa antes da latina, pois ele entendia que seria mais fácil para os alunos aprenderem o latim se estudassem antes as regras do português. Logo no início o autor diz seguir a doutrina da Gramática de “Portroial” (Port Royal), de onde advém sua teoria de ensino: o latim e o português teriam regras em comum, uma vez que a gramática de Port Royal prediz a existência de uma gramática geral comum e de gramáticas de línguas particulares.

O texto de Argote é completamente voltado para o ensino da língua, tanto é que sua estrutura não é a habitual para uma gramática: do início ao fim o texto é escrito em forma de diálogo, seguindo uma seqüência quase ininterrupta de perguntas e respostas em que o “Mestre” (M) questiona seu “Discípulo” (D), claramente seguindo o método de ensino platônico:



O recorte acima corresponde ao início do “diálogo” e nele vê-se a enumeração de oito classes de palavras que no decorrer do capítulo são apresentadas e analisadas, com longa seção para o estudo dos verbos. A segunda parte da gramática trata *da Syntaxe e suas castas*, entendida como “*boa ordem, e disposiçã das palavras*” (ARGOTE, op.cit, p.184). A terceira parte fala da *syntaxe figurada*, isto é, das “*regras de dispor bem as palavras fora da ordem natural*” (id.ib., p.241). Esta “*ordem natural*” seria “*o modo defallar contra as regras da syntaxe simples, porèm admittido do uso*”. A quarta parte da gramática fala sobre os dialetos da língua portuguesa, e o autor cita algumas marcas dialetais de diferentes regiões de Portugal, mas não faz menção aos GCIs. O recorte abaixo exemplifica isso:



(ARGOTE, 1725, p. 293)

Depois dessa quarta parte, há ainda dois capítulos: um chamado *Pratica da regencia da grammatica portugueza conforme com a latina*, em que analisa uma carta de Antônio Vieira (não publicada até aquele momento, garante o autor); outro é intitulado *Tratado breve da orthografia da lingua portugueza*, sobre o qual nos deteremos agora.

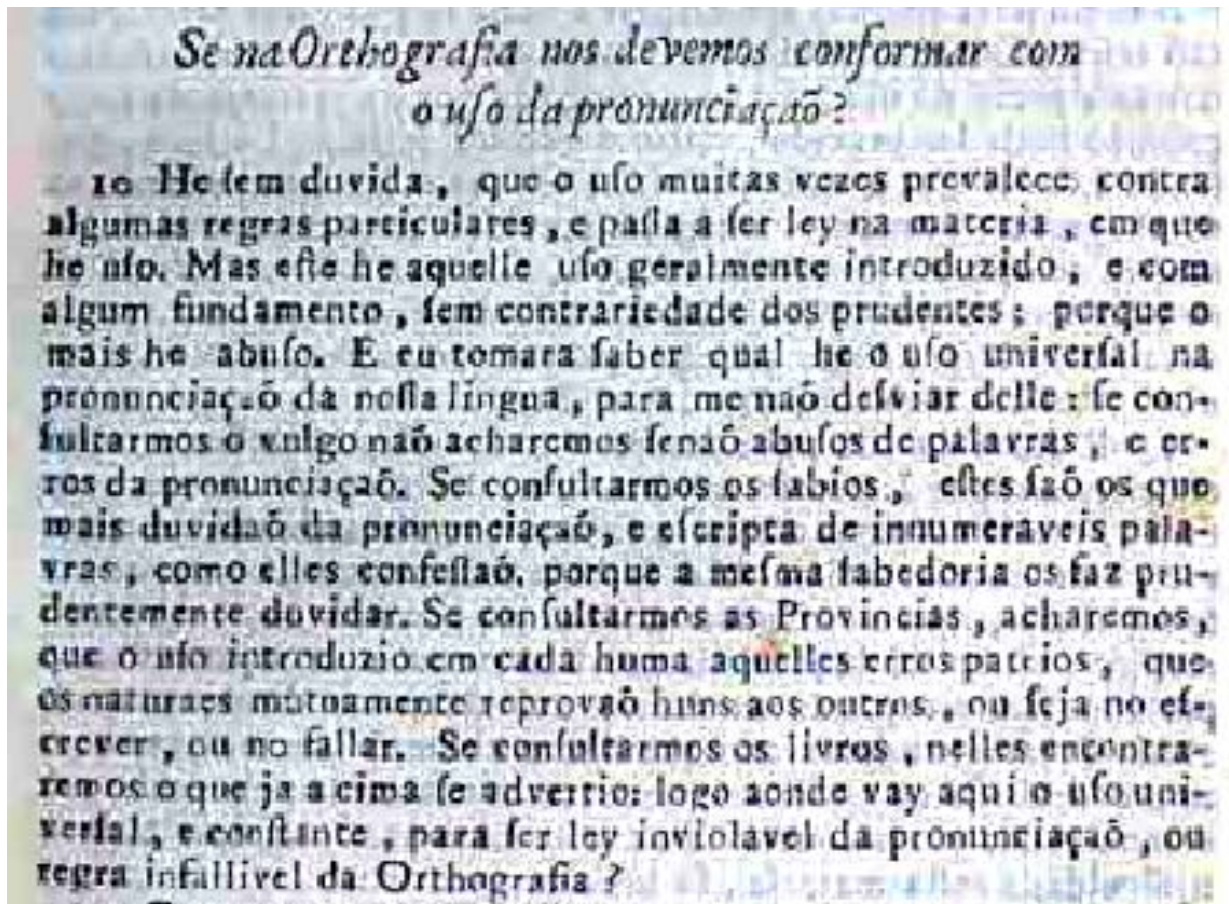
De acordo com Argote, para escrever certo é preciso não aumentar (**metter* por *meter*), diminuir (**eclise* por *eclipse*), mudar (**cazo* por *caso*) ou transpor (**frol* por *flor*) a palavra. O princípio geral em que assenta as regras ortográficas é o de escrever as palavras “*sem mais, nem menos letras do que lhe competem, e no lugar, que lhe convem*” (ARGOTE, op.cit., p.349). Isso, diz o Mestre ao Discípulo, sabe-se pelos livros da ortografia portuguesa e também pelo uso, além das lições do livro, atentando para como se escrevem as palavras.

Diferentemente das outras gramáticas analisadas, esta não apresenta ressalvas ou faz qualquer observação quanto aos GCIs. Mas no corpo do texto encontramos muitas palavras escritas com os grupos de obstruintes, a maioria, aliás, ainda presente no português atual: *absolutamente, advérbio, significar, observar, substantivo*, etc. Porém, encontramos muito mais palavras que não têm correspondência no presente do que no texto de Véra: *acção, activo, augmento, collectivos, dialecto, correctá*, etc. Argote também não escreve nenhuma palavra sem GCI que hoje o apresente, como o fez Véra nas palavras *corruta* e *corrução*. Além disso, encontramos mais palavras com GCI, ainda hoje mantidos, do que no autor anterior.

5.6 MADUREIRA FEIJÓ (1734)

A *Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa* é um verdadeiro tratado sobre a ortografia portuguesa. Em cerca de duzentas e oitenta páginas, Feijó discute qual o melhor método para se escrever corretamente, se por analogia ao latim ou de acordo com a pronúncia. Ele considera que as propostas ortográficas elaboradas até então são antiquadas para o momento, século XVIII, e defende uma escrita “mista” que evite os “abusos” de ambos os métodos.

Para julgar se uma palavra deve ou não ser escrita conforme a etimologia, ele recorre aos “doutos” – autores clássicos –, mas, se considerar que estão equivocados, recorre ao uso mais comum entre eles da escrita fonética.



(FEIJÓ, 1734, p.5)

A priori, Feijó diz que o melhor seria escrever conforme a *pronunciação*. Porém, adverte, é preciso saber pronunciar corretamente as palavras. Além disso, isso pressupõe uma fala universal, o que dificulta a escrita dita fonética em razão da variação entre as Províncias. Por sua vez, a escrita etimológica também apresenta problemas (i) no caso de palavras genuinamente portuguesas, como *pintassilgo*, que dificultam o acerto da escrita conforme a origem latina, pois não há étimo para ser recuperado, e (ii) porque algumas palavras que já passaram por processos de apagamento de consoantes não deveriam ser escritas conforme o étimo nos casos em que o “uso universal” atesta a mudança. Daí a opção pelo método misto:

dizei em seu lugar.
 27 Nem me digaõ, que daqui se segue, que devemos tambem
 escrever *Dallo*, *Doctrina*, e *Pallo* &c. Porque no latim se diz *Do-*
ctus, *Doctrina*, *Pallus*. Respondo, que nestas, e outras semelhantes
 prevaleceo o uso universal, e com fundamento, porque a mudan-
 ça de huma letra nas traduções, muitas vezes he necessaria, ou
 para facilitar a pronunciaçãõ, ou para a fazer mais suave, ou
 mais natural. E isto usaraõ tambem os latinos acada passo na tra-

(FEIJÓ, 1734, p.10)

Ainda que o trecho acima seja indicativo de que Feijó é contrário à posição de Leão, defendendo uma escrita mista, preponderando entre o étimo e o “uso universal”, a balança de Feijó pende muito mais para o aspecto etimológico, chegando o autor a acusar os que, por exemplo, não escrevem *ct* nas palavras *acto*, *affecto*, *convicto*, *dicto*, *victoria*, o que, a seu ver, é contraditório: se reconhecemos que as palavras da língua portuguesa são herdadas do latim, por que permitir que a ortografia seja “bastarda”, isto é, não esteja também relacionada à origem latina, pergunta o autor.

Para defender a escrita de alguns GCIs ele chega a afirmar que, em palavras como as citadas acima, o *c* soa levemente:

modo--*Victoria*, que faz este som--*Viq-toria*: mas pronuncie
 com o *c* tão unido, com o *r*, que lenão dá espaço no som entre hum,
 e outro, como se disseramos--*Vi-ctoria*. O mesmo he em todas as
 mais que se escrevem com *ct*. E quem diz o contrario he porque
 só sabe pronunciar material, e rusticamente sem arte, nem sciencia.
 E por isso não deixa de escrever como pronuncia, quem sabe
 pronunciar para escrever.

(FEIJÓ, 1734, p.8)

Feijó entende que, se o indivíduo falasse corretamente, aprenderia a escrever corretamente. Portanto, antes de ensinar a escrever, é preciso ensinar a pronunciar corretamente os vocábulos. Abaixo selecionamos trechos de seu conjunto de normas relacionados aos GCIs que dizem respeito, respectivamente, às “palavras compostas” – na verdade, prefixo + base – em que há a formação de um GCI, e as palavras que devem ser escritas com os grupos *ct*, *gn*, *gm* e *pt*.

a) *Ab, ad, ob, sub*

Compreendidos como parte de palavras compostas, esses prefixos, diz Feijó, costumam mudar sua consoante final de acordo com a consoante inicial da palavra que os seguem. Em termos mais atuais, há assimilação do *b*, e isso é marcado na escrita com a dupla grafia da consoante a que *b* ou *d* é assimilado:

ad+facio = afficio daí *affeição, affecto, affeioar*

ad+ludo = alludo daí *alludir, allusão*

ad+gero = aggero daí *exaggero*

ob+facio = officio

sub+facio = sufficio daí *sufficiente*

sub+gero = suggero daí *suggerir, suggestão*

Em outros casos, *b* pode ser simplesmente apagado:

ob+mitto = omitto

ob+pario = operio

sub+jectio = sujeito

Ou, ainda, manter-se:

oblater

obrepção

subrepção (~ surrepção)

subsidio

subsano

Exemplos como esses ilustram a concepção de ortografia de Feijó: “*o certo he, que quem souber observar as analogias das palavras, escreverá com fundamento, e acerto*”... (p.39). Palavras como *suggestão, sufficiente, affeição, allusão*, etc, cujo prefixo poderia não ser mais tão transparente, encontram justificativa para a dupla grafia de *g, f e l* na etimologia do paradigma ao qual pertencem, mesmo que muitas vezes o prefixo seja de difícil recuperação.

b) *Grupos ct, gn, gm, pt*

Feijó apresenta listas de palavras que devem ser escritas com esses grupos, justificando sua ortografia por tê-las assim encontrado no uso dos autores. Essa lista traz palavras que ainda hoje apresentam esses grupos, como *aspecto, caracteres, benigno, dignidade, segmento, enigma, aptidão, corrupto*, etc, porém, em outros casos não há correspondência com o português atual (cf. Aurélio Eletrônico): *sancto, tecto, assignar, signal, augmento, optimo, captivo*, etc.

A seguir, selecionamos algumas palavras listadas no final da gramática de Feijó, em que ele apresenta a pronúncia incorreta do “vulgo” e a corrige. Essa parte é intitulada *Erros communs da pronunciaçam do vulgo, com as suas emendas em cada letra* (FEIJÓ, op.cit, p.163)

QUADRO 11: Correções de erros de pronúncia conforme Feijó (1734)

Escreve-se e pronuncia-se	E não
absurdo	ausurdo
accepção	accessão
adjectivar	agetivar
administrar	adeministrar
advento	avento
abcesso	acesso
abnegar	anegar
absolver	assolver
absoluto	aussoluto
abster	auster
abstinente	austinente
concepção	conceição
cantacto	contato
corrupto	corruto
corrupção	corrução
electriz (a mulher do eleitor)	eleutriz
Egypto	Egyto
significar	sinificar
submissão	sumissão
victoria	vitória

Feijó registra casos em que a variação é permitida:

adquirir ~ acquirir (mais comum)

conceptuar ~ conceituar (*conceptuar* é melhor)

subtil ~ sutil

Ele também registra a existência de pares mínimos:

- a) *dição* (de DITIO, o mesmo que domínio)
dicção (de DICTIO, o mesmo que palavra)

- b) *facto* (acontecimento)
fato (roupa)²⁶

Há, ainda, palavras com GCIs cujo registro “incorreto” não é mencionado e que são apenas listadas, algumas com o significado, outras não, sem correção de pronúncia. Entre essas palavras estão: *apta*, *convicto*, *correcto*, *actividade*, *actos*, *actor*, *actuação*, *auctor*, *actual*, *conceito*, *soterrar* (mas *subterrâneo*, e não *suterrâneo*). Poderíamos levantar três hipóteses sobre esses casos: (i) por não haver o apontamento do “erro”, a escrita dos GCIs nessas palavras seria mero registro ortográfico conforme a etimologia, sem que haja necessidade de se pronunciar como se escreve; (ii) a correção não seria necessária, pois na fala a primeira consoante do grupo seria sempre pronunciada quando escrita (*convicto*), e não registrada oralmente quando não escrita (*soterrar*); ou (iii) Feijó teria simplesmente “esquecido” de fazer anotações sobre essas palavras ou achado desnecessário. Ficaremos com a terceira hipótese, pois não temos como avaliar as outras duas como verdadeiras.

A obra de Feijó talvez seja a mais interessante para este trabalho. Nela encontramos indicações do uso variável de algumas palavras: algumas palavras poderiam ser escritas (pronunciadas) de forma variável, como *adquirir* ~ *acquirir*; outras não deveriam apresentar variação e formas sem o grupo, no geral, deveriam ser corrigidas, pois demonstravam desconhecimento da língua culta. Também encontramos atitude normativa frente à pronúncia de alguns grupos (como *ct*) que deveriam soar levemente. Destacamos que isso tudo pode ser indício de alteração do status dos GCIs na língua: realidade inegável, embora, talvez, ainda artificial, pois sua ocorrência precisa ser “controlada” normativamente para que “erros” sejam evitados.

Além disso, Feijó nos mostra exemplos de vocalização (*aussurdo*), apagamento (*corruto*) e epêntese (*adeministrar*) como processos possíveis na época.

²⁶ Esse par mínimo existe no PE, mas não no PB.

5.7 JERÔNIMO SOARES BARBOZA (1822)

A *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*, como o próprio nome revela, situa-se dentro de um conjunto de gramáticas ditas filosóficas que estudam a linguagem com uma base lógico-metafísica. Pode-se dizer que segue a mesma linha geral de pensamento que Argote (1725):

Toda a Grammatica Particular e Rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes; deve ter por fundamento a Grammatica geral e razoada. Porque, subindo esta ás razões e principios geraes da Linguagem, he quem melhor póde dar noções dos signaes das ideas, descobrir todas as analogias de huma Lingua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias, que os ignorantes contão por taes, não o sendo realmente.

(BARBOZA, 1734, p. ix,x)

Ainda na introdução, o autor ressalta a preocupação normativa com a escrita e a pronúncia:

tas, não são capazes de corrigir. Em hum homeni bem criado releva-se mais, e he menos vergonhoso hum erro de Syntaxe, que hum erro de pronunciação ou de Orthographia; porque aquelle póde nascer da inadvertencia; estes são sempre effeitos da má educação.

(BARBOZA, 1734, p. xiv)

Entendendo que “*Grammatica he a Arte de falar e escrever correctamente a propria lingua*” (BARBOZA, op.cit., p.1), ele dedica as cinquenta e cinco primeiras páginas de seu livro à *Ortoepia* e outras trinta páginas a questões de ortografia. Há ainda um capítulo sobre etimologia (morfologia) e outro sobre sintaxe. A seguir, apresentamos um resumo das

principais idéias dos capítulos sobre pronúncia e ortografia, selecionando trechos relevantes ao estudo dos GCIs.

Barboza inicia sua gramática apresentando os sons da língua sob a alegação de que “*para bem pronunciar he preciso distinguir, e conhecer os sons articulados*” (id.ib., p.2). Ele procede uma exaustiva classificação dos sons vocálicos e das consonâncias, para então tecer comentários sobre particularidades da pronúncia. Interessante sua observação sobre diferenças dialetais, em que comenta o status social do dialeto da Corte (Lisboa) e as diferenças entre ela e as províncias e/ou colônias. Entre essas diferenças está a pronúncia das vogais no Brasil, que diferencia-se da de Portugal:

põem os vocabulios da Língua.
 Assim, *trocando o a Grande em pequeno, dizem os Brasileiros vadio, sadio, ativo em lugar de vadio, sadio, activo; e ás avessas, pondo o a Grande pelo pequeno, pronúnciao aqui em lugar de aqui. O mesmo fazem com o e; ja pronunciando-o como e pequeno breve em lugar do Grande e Aberto em Prègar por Prègar ja mudando o e pequeno e breve em i, dizendo Minino, Filiz, Binigno, Mi deo, Ti deo, Si firio, Lbi deo.*

(BARBOZA, 1734, p.51)

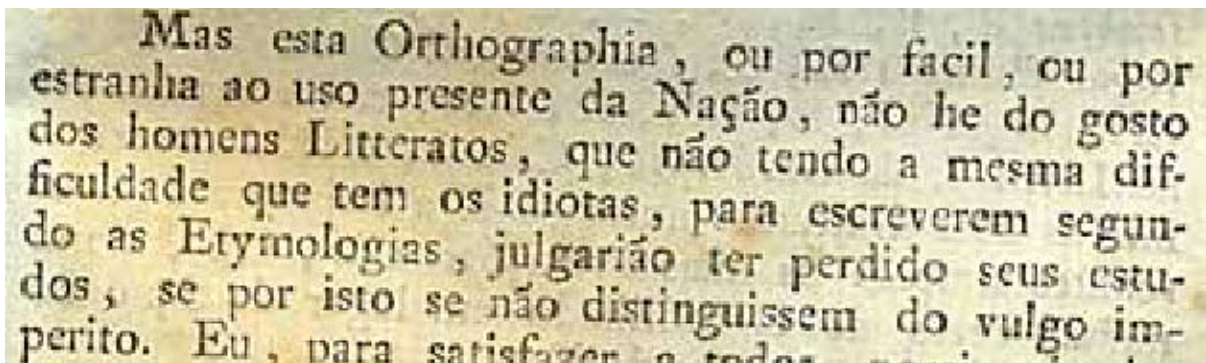
O trecho acima nos traz um exemplo precioso: enquanto o registro brasileiro é dado como *ativo*, o português é *activo*. A presença da obstruinte *c* ainda hoje se faz presente na escrita portuguesa, indicando que a vogal pretônica deve ser aberta, isto é, não deve sofrer o processo esperado nessa posição, que é seu enfraquecimento, normalmente resultando um [{}].

Barboza propõe a correção desses “vícios de linguagem” por meio do ensino da pronúncia e da leitura nas escolas públicas de primeiras letras. Por isso, o conhecimento de normas ortográficas é igualmente importante.

De acordo com o autor, existem três normas ortográficas: a da Pronúncia, a Etimológica e a Usual. A primeira “*não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Língua*” (id.ib., p.57); a segunda “*admitte letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras*” (id.ib.); e entre essas duas há a Usual, que

(...) não tem outra auctoridade se não a do uso presente e dominante; já para seguir as Etymologias, a introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunciação presente; já para não fazer caso da dirivação mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex.: He, Huma com H, que não há na origem Latina; e Filosofia, e Fyzica com F e Z, que não há nas palavras Gregas. (BARBOZA, 1734, p 57).

Barboza adverte que as ortografias Etimológica e Usual estão fora do alcance do povo iletrado, que pode muito bem valer-se da Ortografia da Pronunciação. Porém, ressalta que



Mas esta Orthographia, ou por facil, ou por estranha ao uso presente da Nação, não he do gosto dos homens Litteratos, que não tendo a mesma difficuldade que tem os idiotas, para escreverem segundo as Etymologias, julgarião ter perdido seus estudos, se por isto se não distinguissem do vulgo imperito. Eu, para satisfazer a todos...

(BARBOZA, 1734, p.57)

Essa foi a única justificativa que encontramos em gramáticas antigas para o fato de a escrita de base etimológica ser a dominante, chegando ao século XX, e, em alguns casos resistindo à regulamentação datada de 1931, a qual tomou por base a pronúncia, condenando a escrita etimológica.

Segue-se a esse comentário as regras comuns a todas as três ortografias e, após, as regras particulares de cada uma. Voltaremos nosso olhar sobre as regras próprias da Ortografia da Pronunciação, pois, por serem menos artificiais, são indicativas do sistema gramatical da língua mais que as outras duas. A regra geral desse sistema é a seguinte:

Qualquer palavra, que se queira escrever, pronuncie-se primeiro bem, e distinguidos todos os sons, de que he composta, estes se escrevãõ pela mesma ordem com os caracteres, que lhes competem nos Abecedarios completos, e exactos, que ficão lançados nos Capitulos I. e II. da Orthoepia, e no Cap. I. Regra I. da Orthographia, e a palavra assim escripta ficará sem erro de Orthographia.

(BARBOZA, 1734, p.77)

O autor afirma que só as líquidas, pelas quais entende L, R e S, podem travar sílabas ou formar sílabas complexas com outras consoantes, ditas “fixas”: *flor, cravo, stado*.

Todas as mais combinações de consoantes são estranhas ao noso orgão e pronunsiasão, como estas: PT, PS, CS, CT, GM, GN, MN v. g. em *Scripto, Psalmo, Acção, Acto, Augmento, Digno, Damno*, O noso orgão bem mostra a violensia, que tem na eispresão destas Silabas. Pois na pronunsiasão corrente as costuma adosar, tirando-lhes uma das duas consoantes, e dizendo: *Scrito, Salmo, Asão, Ato, Aumento, Dino, Dano*. Se alguém assim as escrever, como as pronunsia, creio não cometerá grande crime. A respeito da divizão das Silabas...

(BARBOZA, 1734, p. 84)

O parágrafo acima revela que GCIs mantidos pela escrita etimológica não seriam pronunciados pela “pronunsiasão corrente” e, conseqüentemente, não seriam escritos, conforme a Ortografia da Pronunçiação. Chama a atenção o fato de Barboza citar a palavra *dino* como exemplo, pois hoje o GCI é mantido nesta palavra, *digno*.

A observação de variação na pronúncia de palavras com GCIs é imensamente importante para o nosso trabalho, pois registra a dissolução do GCI como algo possível no século XIX, momento em que se verifica uma enorme quantidade desses grupos na escrita (cf. DONADEL, 2004).

Vale mencionar que Barboza adota, desde o início do livro, a escrita Usual, cuja regra geral é escrever conforme se pronuncia atentando para palavras cuja origem grega ou latina exija caracteres etimológicos. No momento em que passa a descrever a Ortografia da Pronúncia, ele adapta sua escrita a esse sistema, deixando de escrever muitos dos GCIs que até então escrevia: *carateres*, *scritura*, mas mantém muitos outros, como: *ignoransia*, *substituidas*, *significasões*, *dezinterseptasão*, *observasões*. Isso posto, seria plausível admitir que no século XIX alguns GCIs eram pronunciados, outros não, pois, se Barboza adota a escrita da pronúncia e escreve as palavras acima com GCI, elas deveriam ser pronunciadas.

Essa obra é importante para nosso trabalho justamente por indicar que algumas palavras, que poderiam anteriormente não ser pronunciadas com o GCI, passaram a apresentar o grupo também na fala, além da escrita. Contudo, esses grupos seriam estranhos à pronúncia portuguesa, que “*as costuma adosar, tirando-lhes uma das duas consoantes*”. Aparentemente, GCIs eram considerados estruturas marcadas na LP do século XIX.

5.8 JÚLIO RIBEIRO (1881)

Em sua *Grammatica Portugueza*, Júlio Ribeiro, primeiro gramático brasileiro consultado, declara que tentativas de basear a ortografia portuguesa na pronúncia não passam de utopia defendida por aqueles que “*procuravam a linguagem natural*” (Ribeiro, 1900, p. 26).

A terceira seção de sua gramática é dedicada a questões de escrita. Ele é o primeiro gramático que consultamos a tratar da relação arbitrária entre som e letra tão detalhadamente. Afirma que existem *letras simples*, compostas de um só símbolo, como *a* e *t*, e *letras compostas*, formadas por mais de um símbolo, como “*phth* que vale *t* simples” (id.ib, p. 27). Porém, as letras compostas diferenciam-se dos *grupos de letras*, em que cada símbolo mantém seu valor próprio, como *cl* e *pr*. No que concerne aos GCIs, mostra que muitos não passam de “*letra composta*”, representando um único som, que ele chama de “*modificação*”. O quadro a seguir resume sua apresentação:

QUADRO 12: Relação entre som e escrita de acordo com Ribeiro (1881)

Modificação (som)	Representação – exemplo
[d] ²⁷	d – dar, Dido dd – adição, reddito ²⁸ dh – adesão, adhortar cd – anecdotia bd – subdito gd – Magdalena
[m]	m – Allemanha, amar mm – grammatica, immortal gm – augmento
[n]	n – cano, tenaz, annunciar mn – alumno, columna gn – assignar, malignar, signal, Igeuz
[s]	c – vicio, conhecer, confidencia cc – acelerar, fraccionar ç – roçava, reconheço, açude, locução s – presentir, prosequir sc – rescindir, sciencia ss – amasse, professor x – proximo, auxilio, apoplexia cç – acção, satisfacção pç – descripção, subscripção
[t]	t – cantar, propheta th – Athenas, thio tt – attenção, lettra, setta bt – subtil, subtilizar ct – conjectura, dactylo phth – apophthema, diphthongo pt – proscripto, symptoma
[ks]	cc – acceder, accepção, acceso, accional cç – convicção, facção, ficção, fracção x – axilla, crucifixo, influxo, nexo, flexível

A proposta ortográfica de Ribeiro estabelece que se siga a etimologia quando não houver oposição em relação à pronúncia, como *atheu* e não *ateu*, *sciencia* e não *ciencia*. Entretanto, o rigor etimológico deve ser deixado de lado quando houver essa oposição. Assim, escreve-se: *esse*, *estatuá*, *olhos*, *princesa* e não *epse*, *statua*, *oclhos* e *princepsa*.

Ribeiro reforça o fato de muitos GCIs não serem pronunciados (i) quando observa seu papel distintivo na escrita: *catarata* (doença de olho) *versus* *cataracta* (catadupa, queda

²⁷ Ribeiro usa *de*, *me*, *ne*, *c*, *te* e *cs* para transcrever os fonemas. Tomamos a liberdade de transcrevê-los conforme normalização atual a fim de garantir que não se confundam letra e som.

²⁸ As geminadas normalmente são justificadas pela morfologia: trata-se de prefixos como *ad*, *ob*, *sub*, *com*, *in*, *en* e *an*, que, adjungidos a palavras iniciadas por consoante, a esta têm sua consoante final assimilada. A grafia dupla indica, portanto, uma assimilação que é representada na escrita como uma geminada, embora represente um som simples.

d'água); (ii) quando fala em divisão das palavras em fim de linha: “*letras alternantes que parecem independentes ou que não sôam acompanham a syllaba subsequente, ex.: affli-cto, prom-pto.*” (id.ib., p.56); e (iii) quando observa que “*as palavras portuguezas genuinas terminam ou, por voz livre, ou por alguma destas 7 modificações – l, m, n, r, s, x, z.*”(id.ib., p. 55).

O trabalho de Ribeiro é bastante interessante para a construção da história dos GCIs, pois mostra que muitos deles não passavam de escrita etimológica, sem que a primeira consoante do grupo fosse pronunciada. Por outro lado, também traz o exemplo de [ks], cuja representação ortográfica pode ser *cç* ou *cc*, ou seja, um GCI que mantém a primeira consoante na fala.

Resumindo, pode-se dizer que, em concordância com Barboza (1822), a gramática de Ribeiro nos revela que algumas palavras apresentavam GCIs apenas como registro etimológico na escrita, mas em outras eles poderiam aparecer também na fala.

5.9 ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Abrimos um parêntese aqui para falar da normatização da escrita na virada do século XIX para o XX. Entendemos que esse fato merece atenção neste estudo, pois, conforme as gramáticas consultadas até o momento revelam, a relação entre escrita e fala está presente na história dos GCIs. Abaixo, segue um resumo da história de nossa ortografia, com atenção especial para o período simplificado, o qual aproxima a escrita da fala.

Coutinho (1958) sistematiza a história ortográfica da língua portuguesa em três períodos: *fonético*, *pseudo-etimológico* e *simplificado*. De acordo com esse autor, no português arcaico, com o objetivo de facilitar a leitura, dando ao leitor uma impressão, tanto quanto possível, da língua falada, os escritores e copistas preocupavam-se em “escrever como se fala”. A língua era, portanto, escrita para o ouvido. Esse é o chamado **Período Fonético**, que começa com os primeiros textos escritos em português e vai até o século XVI. Na verdade, conforme Teyssier (1997) e Cardeira (2005), entre outros, esse período fonético pode ser caracterizado como resultado da tentativa de se escrever pela primeira vez em vernáculo, visto que até o século XIII a língua de escrita era o latim.

Com o Renascimento e a redescoberta da cultura clássica, o latim torna-se língua de grande apreço entre os intelectuais. Surge, então, a **grafia etimológica**, cujo critério é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias da palavra, embora quase sempre não representem nenhum valor fonético. Tão grande foi esse influxo que não só os vocábulos

novos entram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico. Foi o que aconteceu com palavras como *digno*, *benigno*, *maligno*, que em Camões se acham escritas conforme a pronúncia antiga: *dino*, *benino*, *malino*.

Com o Romantismo, um novo surto etimológico se observa. Dessa vez, é o francês a língua que se imita largamente. Coutinho faz uma dura crítica à escrita etimológica, afirmando que “*se o objetivo de qualquer sistema gráfico é representar as palavras, (...) como explicar a presença de tantos símbolos inúteis, que tiram ao idioma escrito a simplicidade primitiva, dando-lhe um ar postiço de afetação?*”

Gramáticos do século XIX, como Jerônimo Soares Barboza (1822) e Grivet (1881), afirmam que existem, pelo menos, dois sistemas ortográficos: um fonético e outro etimológico.

O systema orthographico da Lingua Portugueza apparece assim na sua origem como baseado em uma transacção entre duas tendencias divergentes: a da tradição, que procura ressalvar a filiação das palavras pela manutenção do elemento etymologico; e a da phonicidade, que labuta, a bem da leitura e da escripta, pela reducção ao emprego das letras ao que estrictamente requer a recta elocução. (GRIVET, 1881, p. 499)

No entanto, ao que tudo indica, o limite entre um e outro sistema, e mesmo seu status normativo, não era ponto pacífico:

Os tempos corrêrão sem que, nem uma epoca ou escola, nem uma corporação ou notabilidade litteraria conseguisse deter o movimento oscillatorio entre as duas tendencias oppostas, pela organização de um padrão orthographico definitivo, de sorte que, neste particular, reina ainda hoje, em relação, não a centenas, e sim a milhares de palavras, a mais desanimadora anarchia. Pois, se as variantes que a cada passo occorrem, não envolvem precisamente um desmerecimento litterario, por ser incontestavel a supremacia que exerce o fundo sobre a fôrma, nem por isso deixa de este senão amesquinhar a lingua, tirando-lhe os foros de madura, que a todos os mais titulos tem; desautorando-a aos olhos da infancia, que não sabe a que se ater; e enfim abrindo largamente, a favor da ignorancia, da desidia, da presumpção, neste primeiro de todos os estudos, a porta dos pretextos, que é por onde passão os abusos... (GRIVET, 1881, p.500)

No final do século XIX, o padrão ortográfico da língua portuguesa passa a ser discutido com mais atenção por portugueses e brasileiros, que defendiam “roupagem” própria para a língua portuguesa, cuja escrita (etimológica) dependia do conhecimento da língua latina. Em 1903 Gonçalves Viana publica a *Ortografia Nacional*, onde estuda um grande

número de vocábulos cuja grafia não se justificava e assenta os princípios em que se deve basear qualquer simplificação ortográfica da língua portuguesa, que são os seguintes:

1. Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: *th*, *ph*, *ch* (=k), *rh* e *y*.
2. Redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss* mediais, que têm valores peculiares.
3. Eliminação das consoantes nulas, quando não influam na pronúncia da vogal que as preceda.
4. Regularização da acentuação gráfica.

Inicia-se, assim, o **Período Simplificado**. Essa publicação de Gonçalves Viana acabou por transformar-se em lei em 1911 e impulsionou a criação de uma escrita unificada entre Brasil e Portugal, acordada em 1931. Esse acordo, de base pretensiosamente fonética, desconsiderava diferenças entre os dois países, o que gerou muitas críticas.

A Academia Brasileira de Letras apresentou várias modificações a esse primeiro acordo, publicando em 1943 as *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*.

Para resolver o problema, um outro acordo foi proposto em 1945. Esse acordo, que Portugal ainda segue, manteve muitas consoantes mudas na escrita, com o argumento de haver possibilidade de essas consoantes exercerem influência no timbre da vogal (ex.: adoptar → [adota4]), pois no PE vogais átonas realizam-se predominantemente como [{}], mas em algumas palavras, isso não ocorre, como naquelas em que a história registra o apagamento de uma obstruente, mantendo-se na superfície a vogal aberta da subjacência. Assim, o GCI serve como um diacrítico que marca alteração no timbre da vogal precedente, que por *default* seria modificada.

Muitos chamam o acordo de 1945 de “norma”, visto que deixou de ser um “acordo” ortográfico, mas algo que serviu em sua completude somente aos europeus. O Brasil seguiu a quase totalidade das recomendações do acordo assinado, mas recusou algumas delas, entre as quais: manter consoantes mudas que já tinha eliminado, como em *acto*, *óptimo*; não aceitar o bizantinismo de o acento agudo servir só para marcar a tônica sem dar o timbre nas proparoxítonas, como em António (Portugal) ~ Antônio (Brasil); manter o trema quando o u é pronunciado nos dígrafos *qu* e *gu*. Os brasileiros seguiram, na verdade, o Sistema Ortográfico de 1943 (que foi (re)aprovado pela Lei nº 2.623 de 21/10/1955 e modificado pela Lei nº 5.765

de 18/12/1971), acrescentando-se mais tarde a segunda edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, lançado pela Academia Brasileira de Letras em 1998.

A tentativa de acordo mais recente entre os dois países e demais países de língua portuguesa data de 1990, mas parece encontrar resistências em sua implementação, pois nem todos os países sancionaram a respectiva lei. A promessa de que o tratado entraria em vigor a partir de 2008 aparentemente não se cumprirá, pois encontra resistência principalmente em Portugal. O principal objetivo desse novo acordo é eliminar a dupla grafia de algumas palavras (ex: correção/correção), mas a única modificação radical que introduziria é a abolição definitiva do trema.

5.10 CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (1916)

Em sua pequena *Gramática Sintética*, Figueiredo, gramático português, fala da Reforma Ortográfica de 1911, afirmando, em relação aos GCIs, que:

Evitam-se as consoantes que se não pronunciam. Por isso, *escritor, distrito, salmo, luta*, e não *escriptor, districto, psalmo, lucta*. Exceptuam-se os casos, em que uma consoante, *c* ou *p*, embora se não pronuncie, está posposta a uma vogal de som aberto, como em *acção, redacção, redactor, actuar* (e, coerentemente, *acto*), *rectidão, rectificar* (e, coerentemente, *recto*), *exceptuar* (e, coerentemente, *excepto*), *adoptar, exactidão* (e, coerentemente, *exacto*), etc. (FIGUEIREDO, 1916, p.28)

Interessante sua observação sobre a grafia de *signatário* e *anistia*: “*é errônea a simplificação, adoptada por jornais, sinatário e anistia, visto que, na pronúncia normal, ainda sôa o g de signatário, como o de dignatário, e o m de amnistia, como o de amnésia, de mnemónica, etc*” (id.idib.).

Não há, além disso, qualquer outra observação com relação à estrutura silábica ou GCIs, pois Figueiredo detém-se na Morfologia e na Sintaxe, apresentando apenas um capítulo inicial sobre Prosódia, Ortoepia e Ortografia em que não há observações relevantes a este estudo. Do que dispomos, contudo, conforme exposto acima, pode-se concluir que GCIs não pronunciados apareciam na escrita antes da reforma de 1911 e que, a partir dessa reforma, haveria variação entre a escrita com ou sem o grupo, o que pode ser atestado pelos erros de escrita apontados pelo autor. A variação, nesse caso, se daria em um mesmo item lexical, sendo possível afirmar que a eliminação de consoantes ociosas da escrita trouxe à tona uma variação de pronúncia.

Outro aspecto importante dessa obra diz respeito a diferenças entre Portugal e Brasil: no PE, consoantes mudas continuariam a ser escritas, pois serviriam como uma espécie de diacrítico para indicar que a vogal precedente, embora átona, não deve ser reduzida.

5.11 CÂNDIDO JUCÁ FILHO (1945)

A *Gramática Brasileira do Português Contemporâneo*, segunda edição corrigida e ampliada, é uma obra escrita com fins pedagógicos para alunos da primeira a quarta série e que trata de fonologia, morfologia, léxico e sintaxe, além de ter muitas páginas dedicadas à história da língua portuguesa e um apêndice sobre a sistematização ortográfica.

O que nos interessa nessa gramática é exatamente este apêndice em que o autor trata da ortografia. Nele há a seguinte afirmação:

De regra não se admitem consoantes mudas. Entretanto:

1) É possível ver-se C mudo em muitos vocábulos que o têm ou não, conforme a pronúncia de quem os escreve. Diz-se e grafa-se etimologicamente: *aspecto, característico, circunspecto, conectivo, contacto, dactilografia, espectro, expectativa, infecção, respectivo, secção, sucção, tacto, tecto*. Mas é perfeitamente possível suprimir o C, assim: *aspeto, caraterístico*, etc.

2) Também pode ser com P: *corrupção, excepcional, optimismo, sinóptico, sumptuoso*. Ou sem P: *corrução, excecional, otimismo, sinótico, suntuoso*. “Óptico” e “Ótico” devem distinguir-se: o primeiro diz respeito à visão; o segundo ao ouvido.

(JUCÁ FILHO, 1945, p. 375 e 376)

Diante disso, pode-se acreditar que havia variação na fala em PB quanto à ocorrência ou não do GCI, o qual, de acordo com Jucá, poderia ou não aparecer na escrita, dependendo de como o escritor pronunciava a palavra.

Não há nenhuma menção a consoantes não pronunciadas escritas para indicar a abertura da vogal precedente. Isso pode ser explicado pelo fato de o autor ter tomado por base as *Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, aprovada em 1943 no Brasil, obra que inaugura a distinção, em alguns aspectos, entre norma ortográfica brasileira e portuguesa.

5.12 CELSO FERREIRA DA CUNHA (1971)

A *Gramática da Língua Portuguesa* de Cunha é uma publicação governamental da FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar), durante o governo Médici, direcionada ao ensino público e que apresenta em seu prefácio a velha relação de Nebrija, presente na gramática de Fernão de Oliveira, entre Estado e língua, ainda que não explícita:

A cultura brasileira em formação quer a língua materna ao seu gosto, como língua viva, movimentada e espontânea, expressa numa linguagem modernizada, que todos falam o “português do Brasil”. (Humberto Grande, presidente da FENAME, no prefácio da gramática)

Quanto a aspectos interessantes ao estudo dos GCIs, há uma seção dedicada aos *Encontros Consonantais*, entendidos como “*agrupamento de consoantes num vocábulo*” (Cunha, 1971, p.60). Ele classifica esses encontros como *inseparáveis*, formados por consoante + líquida (bastante freqüentes na língua), como *tecla, vidro, refrão*, ou por outras consoantes, quando iniciais, como *gnomo, psicólogo, pneumático*. Porém, ao tratar dos encontros mediais, aponta para três pronúncias possíveis:

...em pronúncia tensa, podem ser articulados numa só sílaba, ou em sílabas distintas:

<i>a-pto</i>	<i>di-gno</i>	<i>ri-tmo</i>
<i>ap-to</i>	<i>dig-no</i>	<i>rit-mo</i>

Na linguagem coloquial brasileira há, porém, uma acentuada tendência a destruir estes encontros de difícil pronúncia pela intercalação da vogal *i* (ou *e*):

<i>dí-gui-no</i>	<i>pe-neu</i>	<i>rí-ti-mo</i>
------------------	---------------	-----------------

(CUNHA,1971, p. 60)

E justifica a admissão desta vogal epentética, embora não escrita, em versos de poetas brasileiros que a contam na escansão, citando o exemplo de Gonçalves Dias:

Deixa-me ouvir teus cantares,
Admirar teus verdores.

Cunha diz que a palavra admirar “*deve ser emitida em quatro sílabas (a-di-mi-rar) para que o verso mantenha aquela medida*” [setissílabos] (id.ibid.).

O autor recorda que encontros consonantais não devem ser confundidos com dígrafos, detalhando que dígrafos são “*grupos de letras que simbolizam apenas um som*” (id.ibid, p.61), e que, em palavras como *campo* e *ponto*, as nasais apenas marcam a nasalidade da vogal antecedente, não formando encontros consonantais.

Encontramos outra informação relevante para nosso estudo no capítulo sobre ortografia no que diz respeito ao emprego do hífen na prefixação. Cunha diz que *ab-*, *ad-*, *ob-*, *sob-* e *sub-*, quando seguidos de radical iniciado por *r*, devem ser separados deste por hífen: *ab-rogar*, *ad-rogação*, *ab-reptício*, *sob-roda*, *sub-reino*. O hífen, pelo que entendemos, não é usado para marcar fronteira morfológica, mas para simbolizar um encontro consonantal “separável”, isto é, não se trata de um “grupo próprio” e, como tal, pressupõe a heterossilabidade das consoantes em questão, o que resulta em uma sílaba com obstruente na coda, ambiente para a realização de epêntese.

Cunha foi incorporado a este trabalho porque aponta para o fenômeno da epêntese, cujo ambiente de realização pode ser um GCI. Esse fenômeno seria próprio do PB e não registrado no PE, mais um aspecto pelo qual os dois se diferenciam, e que provavelmente dataria do século XX.

5.13 RESUMO DO CAPÍTULO

Neste capítulo, central para nosso trabalho, apresentamos descrições gramaticais sobre os GCIs e/ou relacionadas a eles, desde a gramática de Fernão de Oliveira (1536), a primeira da língua portuguesa, até a de Cunha (1972), representativa do século XX. Valendo-nos de duas obras por século, escolhidas conforme a metodologia descrita no capítulo anterior, procuramos verificar aspectos (extra)lingüísticos registrados por cada gramático que pudessem ser relevantes para nosso estudo.

QUADRO 13: Resumo geral das idéias encontradas nas gramáticas antigas

Gramático	Resumo
Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540)	<ul style="list-style-type: none"> - sílabas podem ser travadas por: l, r, s, z, m, n²⁹. - GCIs não seriam próprios da LP (uso condenado). - GCIs aparecem na linguagem de pessoas que conhecem o latim. - empréstimos devem ser adaptados à LP (<i>reitor</i> e não <i>rector</i>). - escrita do autor indica a ausência de GCIs na língua e/ou o início da incorporação de itens lexicais com GCIs.
Duarte Nunes do Leão (1576)	<ul style="list-style-type: none"> - coda em português: l, m, r, s, z. - empréstimos de outras línguas podem acabar em outra consoante: <i>Sion, David, Job</i>. - distingue palavras <i>corruptas</i>, que <u>não</u> apresentam GCI na fala, mas podem apresentá-lo na escrita (cf. etimologia); e <i>incorruptas</i>, que apresentam GCI na fala e na escrita. - percebe variação interdialetoal e intradialetoal. - variação se dá entre as palavras <i>incorruptas</i>. - defende escrita com GCIs (restaurada)
Álvaro F. de Véra (1631)	<ul style="list-style-type: none"> - aponta diferenças entre a pronúncia latina e a do “vulgo” (com e sem GCI, respectivamente). - em português, GCIs são heterossilábicos, em latim eram tautossilábicos. - obstruintes em coda são possíveis: em geminadas resultantes de assimilação de GCI (<i>frut-to</i>) ou em prefixos terminados por obstruintes adjungidos a bases iniciadas por vogal, líquida ou S (<i>ob-star</i>). - a escrita de Véra é muito parecida com a atual quanto aos GCIs, e ele defende que se deve escrever conforme se pronuncia.
Jerônimo Contador de Argote (1725)	<ul style="list-style-type: none"> - não há referência a GCIs. - há muitas palavras escritas com GCIs no corpo do texto. - faz referência à arbitrariedade da escrita em relação à fala.
Madureira Feijó (1734)	<ul style="list-style-type: none"> - pronúncia <i>certa</i> (com GCI) <i>versus</i> pronúncia <i>errada</i> (sem GCI) - variação, permitida em alguns itens lexicais, condenada em outros. - apagamento, vocalização e epêntese são recursos observados para a dissolução do GCI. - GCIs garantem pares opositivos mínimos.
Jerônimo Soares Barboza (1822)	<ul style="list-style-type: none"> - diferença entre PE e PB. - variação intradialetoal com apagamento da primeira consoante (conforme item lexical). - escrita etimológica – muitos grupos são apenas gráficos. - pronúncia “corrente” elimina o grupo: <i>scrito, asão, aumento, dino</i>.
Júlio Ribeiro (1881)	<ul style="list-style-type: none"> - algumas palavras <i>devem</i> ser restauradas, outras não. - algumas palavras restauradas têm GCIs pronunciados, outras não (apenas etimologia). - coda em português: l, m, n, r, s, x, z.
Cândido de Figueiredo (1916)	<ul style="list-style-type: none"> - palavras com GCIs na fala os mantêm na escrita. - GCIs como diacríticos, que indicam abertura da vogal anterior no PE. - variação intradialetoal (PE): <i>signatário, amnistia ~ sinatário, amnistia</i> (uso incorreto, segundo o autor).
Cândido Jucá (Filho) (1945)	<ul style="list-style-type: none"> - palavras com GCIs na fala os mantêm na escrita. - variação intradialetoal (PB): <i>aspecto ~ aspecto</i>.
Celso Cunha (1972)	<ul style="list-style-type: none"> - palavras com GCIs na fala os mantêm na escrita - há variação quanto à pronúncia: heterossilábica (com ou sem epêntese: <i>dig-no ~ di-gui-no</i>) ou tautossilábica (<i>di-gno</i>)

Considerando-se as informações resumidas acima, destacam-se os seguintes pontos:

²⁹ Oliveria não inclui as nasais, diferentemente de Barros.

1. A metade do século XVI é um marco na história dos GCIs, pois encontramos diferenças nas gramáticas de Fernão e de Barros, de um lado, e de Leão, de outro. De acordo com os primeiros, GCIs não são estruturas próprias da LP e devem ser “amansadas”. Em Leão, GCIs são entendidos como pertencentes à LP, restritos a um léxico especializado de palavras ditas *incompactas*.

2. A partir de Leão, os gramáticos indicam as palavras com GCIs como forma de prestígio e corrigem o “vulgo” que tende a apagar a primeira consoante do grupo.

3. A variação é atestada em todos os séculos a partir da recuperação dos grupos, embora as variantes envolvidas possam alterar sua ocorrência conforme o período: até o século XX, a variação ocorre entre variante vocalizada, variante que apagou a consoante ou variante que a manteve; no século XX, a variação se dá principalmente, no PB, entre a variante com vogal epentética ou sem, embora o Aurélio Eletrônico – Século XXI registre a variante sem a primeira consoante do grupo em alguns itens lexicais.

4. A relação entre fala e escrita permite verificar a artificialidade de algumas palavras escritas com GCIs, pois (i) a maioria dos gramáticos corrige a escrita sem GCI (ainda que também critique o exagero) e (ii) a normatização ortográfica no século XX permitiu manter na escrita somente GCIs pronunciados. Como algumas palavras mantiveram o grupo na escrita e outras não, supõe-se que as palavras com GCIs, nesse momento, são resultado de um longo caminho iniciado no século XVI e que acabou por constituir um grupo significativo de palavras que fugiriam ao padrão estrutural da língua, apresentando obstruintes em coda.

5. A variação verificada no século XX para o PB movimenta-se, essencialmente, entre variantes com ou sem vogal epentética. Ou seja, esse grupo significativo de palavras que fogem ao padrão da língua é alvo de mecanismos que atuam no sentido de eliminar uma estrutura marcada. Não se trata, portanto, como acontecia nos séculos anteriores, de variação resultante da atuação da etimologia sobre todo o léxico da língua, mas de variação resultante da questão da marcação sobre um conjunto de itens lexicais específicos.

6. Aparentemente, não houve, em termos de gramática, uma “solicitação” para que GCIs fossem recuperados. Daí a dificuldade e o desacordo observados entre os gramáticos para sistematizar/normatizar o uso desses grupos.

Esses pontos emergem da análise das gramáticas consultadas que resumimos neste capítulo. Eles serão discutidos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

6 REFLEXÕES GERAIS SOBRE A HISTÓRIA DOS GCIs

Neste capítulo, discutiremos a mudança ocorrida em relação aos grupos complexos a partir das gramáticas antigas consultadas. Como dito anteriormente, a data da primeira gramática da língua portuguesa coincide com a época em que, segundo gramáticos históricos, teria havido a *reinscrição* de seqüências de obstruintes na LP, ou seja, o Renascimento. Por essa razão, as reflexões que seguem centram-se na descrição da presença/ausência dos GCIs na língua a partir de sua *reinscrição*, num percurso que vai do século XVI ao XX. O objetivo é verificar se de fato estamos diante de uma mudança (a língua não tinha GCIs > passou a ter GCIs) e como essa alteração se encaixa na história da língua.

Labov (1972), e antes dele Weinreich, Labov & Herzog (1968), define quatro pontos centrais a partir dos quais qualquer mudança pode/deve ser observada: a transição, a avaliação, o encaixamento e a implementação. Este capítulo apresenta constatações e/ou inferências das informações encontradas nas gramáticas que podem referir-se a esses quatro itens.

6.1 SOBRE A TRANSIÇÃO

A transição de uma mudança diz respeito à observação da passagem de X para Y, normalmente identificada com as diferenças entre faixas etárias. De acordo com WLH (op.cit.), a transição de um traço arcaico para um inovador está relacionada à transferência de traços de um falante para outro, o que

...parece ocorrer por meio de falantes bidialetais ou, mais geralmente, por falantes com sistemas heterogêneos caracterizados pela diferenciação ordenada (...) A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta (WLH, 2006, p.122).

Como não estamos analisando a fala de indivíduos, observaremos a transição por meio de diferenças entre as gramáticas.

Os gramáticos apresentados no Capítulo 2 deixam claro que GCIs sofreram processos na passagem do latim para o português no sentido da eliminação da primeira consoante do grupo e que esses grupos impróprios teriam retornado à língua através de empréstimos de origem erudita. Esse *retorno* poderia ser caracterizado pela aplicação de uma regra tal qual a descrita abaixo?

dino
 recuperação do étimo = inserção de consoante
digno

A formalização dessa regra de inserção de consoante, pelo modelo gerativo clássico, teria alguns problemas: o alvo é uma palavra inteira, isto é, não há contexto de aplicação específico, e a regra depende de informação que apenas um grupo seletivo de falantes que conhece o latim possui. Parece mais natural, então, aceitar que se trata de uma alteração no léxico que não é resultado de um processo:

dino > *digno*

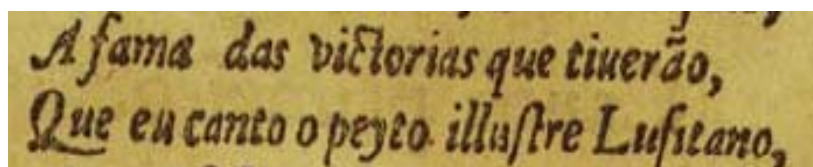
Essa discussão será retomada em breve. Para discutir o problema da transição, é preciso pensar, independentemente de a *reinscrição* dos grupos ser resultado da aplicação de uma regra ou de lexicalização, quando *dino* passou a *digno*, e se essa passagem é marcada por um período de variação.

A metade do século XVI parece ser um momento importante na história dos GCIs. Como vimos, existe uma diferença considerável entre as duas primeiras gramáticas da língua, as de Oliveira (1536) e de Barros (1540), e a gramática de Leão (1576). As duas primeiras, especialmente Fernão, entendem que palavras com GCIs não são próprias da LP e deveriam ser “*amansadas*”, isto é, deveriam ser adaptadas à estrutura da língua. Leão (op.cit.), por sua vez, entende que o léxico da língua é constituído por palavras *corruptas* e *incorruptas*, sendo as palavras com GCIs pertencentes a esse último grupo. Na gramática de Véra (1631), encontramos a informação de que consoantes obstruintes poderiam ocupar a coda silábica, e esse autor propõe uma sistematização desse fato.

Diante disso, poderíamos propor uma linha divisória para a história dos GCIs: a metade do século XVI, marcada, de um lado, pela ausência desses grupos na língua (cf. Fernão e Barros) e, de outro, por sua presença (cf. Leão e Véra). Tal divisão parece estar em concordância com a afirmação de Spina (1987, p.08) de que é só por volta de 1530 que a influência renascentista fez-se sentir mais fortemente em Portugal, com o retorno de Sá de Miranda da Itália, em 1527. Isso nos faz pensar que entre 1536 e 1540 a interferência do Renascimento na língua ainda estivesse em seu início, e, até mais ou menos essa época, de acordo com Carneira (2005), a nova forma de ver o mundo mesclava-se ao pensamento medieval, num espaço de tempo que vai além de uma linha precisa capaz de dividir treva e luz

com precisão. Assim, os intelectuais paulatinamente vão incorporando em sua escrita termos emprestados do latim. Mesmo em Fernão e Barros encontramos um total de nove palavras escritas com GCI (*Egipto, escriptura, sancto, adversidade, Cadmo, caracteres*, encontradas em Fernão, e *significa, significaçam ~ significaçã*, encontradas em Barros). Isso poderia ser indicativo do início da *retomada* dos GCIs.

O aumento do número de palavras com GCIs à época de Leão, fato que mereceu atenção por parte do gramático, pode ser verificado em Camões (1572). Normalmente, os gramáticos históricos da LP usam os exemplos *dino, benino* e *malino*, encontrados em Os Lusíadas³⁰, como ilustrativos do processo de apagamento sofrido pelos GCIs na passagem do latim para o português. Mas basta uma rápida consulta a esta obra para que se verifique um grande número de palavras com clusters complexos. Em trinta páginas consultadas, do Canto Primeiro, encontramos *invicto, via Lactea, corrupção, Nectar, admirada, pactos, adversario*, além de *indignado* e *benignidade*, palavras derivadas de ‘*dino*’ e ‘*malino*’. Aparecem no texto, ainda, muitos clusters que não encontram correspondência no presente: *victórias, Neptuno, sancto Rio, ceptro, escripto, captiuarem*, conforme mostra o trecho ilustrativo de Os Lusíadas abaixo:



(CAMÕES, 1572, Canto Primeiro de Os Lusíadas)

Nas trinta páginas consultadas de Os Lusíadas, encontramos apenas 01 registro de não correspondência quando do apagamento do GCI: *dino*. Palavras que Leão classificaria como *corruptas* aparecem com frequência no texto: *assinalados, reino, peyto, feitos, aumento, noyte, preceito, dito, tratados, conceito*, etc.

Somando-se a análise de Leão aos dados encontrados em Camões³¹, somos levados a concluir que o *reingresso* dos GCIs na LP implementou-se, de fato, a partir da segunda metade do século XVI.

Contudo, uma rápida consulta à *Crestomatia Arcaica*³², de J.J. Nunes (1970), revela que a recuperação dos GCIs não pode ser descrita como “a língua não tinha X, passou a ter”.

³⁰ Obra disponível no site da Biblioteca Nacional de Lisboa (www.bn.pt/).

³¹ A gramática de Leão é de 1576, e a primeira impressão de Os Lusíadas data de 1572, portanto, são publicações muito próximas.

³² Coletânea de textos literários portugueses, do século XII ao XVI.

Essa coletânea de textos fornece dados que nos permitem afirmar que GCIs já haviam passado pelos referidos processos (vocalização, assimilação e apagamento) no português antigo, como em *noite*, *dereyto*; mas muitas palavras apresentam GCIs ainda no século XIII, e estas parecem estar ligadas ao discurso eclesiástico, como *sancta*, *baptismo*, *scripto*. O quadro abaixo lista as ocorrências que encontramos nessa obra³³:

QUADRO 14: palavras com GCIs a partir do século XII (cf. Nunes, 1970)

Século	Palavras com GCI	Palavras sem GCI
XII		dereyto peyte peyte-na synal
XIII	baptismo dictos dignidade sancta sancto scripta scripto	auogados aversayro aversayros dereytamente dereyto ~ dereito ditas ditos enleyto (eleito) ensinamento feyta feyto feytos liñage proveyto reyno rreyno
XIII ou XIV		bautizar bautizou-a catiuou dereyto ensinada feita feito feitos linhagem noite peitos rreyno samta santificasse vitoria
XIV	abstinencia	aproveitacem

³³ O livro organiza os textos por séculos. Analisamos 30 páginas de cada período, à exceção do século XII, em que apenas um texto foi compilado pelo autor.

	actos chrisptaons delectava dellectos dillectos dicto dicto dillectos Egypto lectos nocte psalmos rregno rregnos rregnou sancta sancta Sancta Cruz de Cojnbra sobredicto sobredictos Spirito Sancto	aproveitadas dereitos dito feita feitas feitos oiteenta oito streyta
XV	dicto dignas eclipse escriptura sobterr[a]juão	cativaram curruçom (corrupção) dereyto dito feitas feito frutos leito noite oitenta reino santa santo setembro sobredito

É relevante fazer algumas observações sobre o quadro:

- no século XIII encontramos 01 registro de *samta*, para 05 de *sancta*;
- o grande número de palavras com GCI no século XIV está certamente ligado ao fato de os textos terem sido escritos em mosteiros, local de sobrevivência do latim eclesiástico;
- ademais, quase todas as palavras encontradas com GCI parecem estar relacionadas ao discurso religioso, pois aparecem em textos que predominantemente narram a vida de nobres e de santos.

No geral, até o século XVI o que temos é um quadro semelhante ao encontrado nas gramáticas consultadas: domínio de palavras sem GCI e apenas alguns itens lexicais que registram esses grupos. Essa predominância da ausência pode ser interpretada da seguinte forma: palavras com clusters complexos poderiam ser percebidas como empréstimos do latim e não seguiriam a estrutura da língua, abrindo exceções lexicais. Essas exceções poderiam estar agrupadas em listas idiossincráticas na gramática de falantes que dominavam o latim, como os monges. As obras de Oliveira e Barros fornecem indícios de que palavras com GCI poderiam estar sendo recuperadas naquele momento, o que aparentemente condenavam. Mas é a partir de Leão que referências a palavras com GCIs aparecem com frequência e como formas de prestígio, conforme veremos na seção 5.2.

As palavras com GCIs até a obra de Leão poderiam ser entendidas, então, como resíduos, isto é, como resquícios de variantes que teriam “perdido” anteriormente a disputa com variantes sem os grupos? Se isso for verdadeiro, então o século XVI vê emergir a variante com GCI que teria permanecido no sistema como resíduo. De acordo com os pressupostos variacionistas, a ação de fatores sociolingüísticos específicos poderia ser a causa dessa emergência. Aparentemente, fatores sociais teriam sido mais importantes, pois estamos diante da emergência de uma variante “marcada”, o que não nos permite caracterizá-la como *natural*. Mas que fatores sociais teriam determinado a *volta* dos GCIs?

Cardeira (2005) defende, com base em mudanças fonológicas e morfológicas, que a LP evoluiu rapidamente no tempo de poucas gerações, o que confere nova personalidade ao chamado *Português Médio*, não sendo este apenas mera *transição* entre a língua medieval e a do Renascimento. De acordo com a autora, a Dinastia de Avis teve papel crucial na formação da língua: elevou a dialeto de prestígio o dialeto do Sul, que passou a ser a residência da corte, buscando aproximá-lo do latim. Tudo isso, diz Cardeira, no intuito consciente de formação de uma nacionalidade que se afastasse do Norte aristocrata, rural e apoiado pela Espanha. A produção literária da Dinastia de Avis marcaria, portanto, o afastamento da língua do Sul e do Norte: “*em toda esta produção literária se enraíza o quadro de uma geração responsável pela maturidade do idioma*” (Cardeira, op.cit., p.20). As navegações e o fortalecimento do estado português no século XVI e o sentimento de nacionalidade crescente certamente contribuíram para a consolidação do dialeto sulino.

Entretanto, uma questão permanece em aberto: por que a partir do século XVI o número de palavras com GCI na língua aumenta consideravelmente, chegando a ponto de se estabelecer uma tradição ortográfica artificial, dita etimológica, em que muitas palavras deveriam ser escritas com o grupo, conforme a origem latina, mesmo não correspondendo à

pronúncia? Nossa resposta, por enquanto, repete a dos gramáticos históricos, como Coutinho (1971): a influência da língua clássica no Renascimento foi determinante na história dos GCIs na LP. Porém, diferentemente desses gramáticos, entendemos a *retomada* – que escrevemos propositalmente em itálico – não como um fato datável em um momento específico, mas como a emergência de uma possibilidade (palavras com GCI) que permanecia na língua como resíduo. Fatores sociais, como a influência da língua latina no Renascimento, transformam essas formas em formas de prestígio, e, aos poucos, outras palavras vão recuperando o étimo, por influência daquelas. A partir da proliferação das unidades de ensino em Portugal, crianças e adolescentes passam a ter acesso a elas, diferenciando-se do dialeto de seus pais. Isso vai ao encontro da proposta de WLH (1968, p.122): “*todas as evidências empíricas reunidas até agora indicam que as crianças não preservam as características dialetais de seus pais, mas sim as do grupo de pares que domina seus anos pré-adolescentes*”.

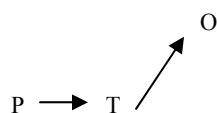
Palavras novas com GCI são cada vez mais inseridas na língua e muitas palavras “velhas” acabam recuperando seu étimo, reconstituindo o grupo. Isso podemos ver a partir da obra de Leão (1576) e depois em Véra (1631), Argote (1725), Feijó (1734), Barboza (1822) e Ribeiro (1881). A emergência de formas eruditas (com GCI) é historicamente marcada pela **variação** entre a presença da consoante perdida e a variante vocalizada ou apagada, como muito bem ilustra a gramática de Feijó (1734), na qual encontramos listas de correções. Essa variação pode ser resultado de fatores sociais, como escolaridade, por exemplo, mas também pode ser oriunda de fatores lingüísticos, como diferenças harmônicas entre os tipos de grupos que resultam em marcação gradativa (uns grupos seriam mais marcados que outros). Esta última possibilidade encontra respaldo no trabalho de **Morelli (1999)**.

Em seu trabalho, Morelli (op.cit.), que trata da harmonia relativa de clusters de obstruintes pela ótica otimalista, analisa a diferença entre seqüências de obstruintes iniciais e mediais. As primeiras caracterizam-se como seqüências *reversas* (como em *spa*), e as segundas, como seqüências *plateaus* (como em *apto*).

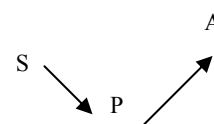
Segundo a autora, a diferença entre essas seqüências não pode ser feita em termos de SSP, pois ambas violam esse princípio:

FIGURA 13: Grupos Consonantais Impróprios e SSP

Ex: *apto*



Ex: *spa*



Morelli (op.cit.) transforma SSP em uma restrição e a desmembra em duas restrições: *Reversal e *Plateau, propondo que a diferença entre os dois tipos de seqüências de obstruintes é consequência de duas dimensões: o traço [contínuo] e o ponto de articulação. Isso indicaria a harmonia relativa de cada tipo de cluster de obstruintes em relação um ao outro. Seu trabalho é desenvolvido no sentido de mostrar que seqüências reversas, como em *spa*, são menos marcadas que seqüências plateaus.

Embora a autora somente considere as seqüências de consoantes obstruintes em onsets, formando clusters complexos, e não trate de seqüências heterossilábicas, suas reflexões apoiadas na tipologia das línguas e em restrições podem lançar luzes sobre a mudança que analisamos nesta pesquisa. Seu trabalho oportuniza visualizar a “*reinscrição* de estruturas marcadas” como decorrência do domínio de outra restrição à SSP (ou *Plateau e *Reversal), por exemplo: “*For either sonority plateaus or reversals to be admitted in a language, it is necessary that Faithfulness dominates *Plateau or *Reversal, respectively*” (MORELLI, op.cit, p.28). Nesses casos, o output escolhido será o mais parecido com o input.

O trabalho de Morelli nos permite, ainda, refletir sobre a questão da freqüência. O quadro 7 (p.21) apresenta uma lista dos grupos mais freqüentes na língua portuguesa conforme o Aurélio Eletrônico – Século XXI e indica que atualmente o grupo *ct* tem muito mais entradas lexicais que os demais, seguido por *pt*. Todos os grupos listados nesse quadro apresentam significativa diferença em relação uns aos outros. Historicamente, embora esse estudo não nos permita atestar tal afirmação, diferenças harmônicas entre os tipos de GCIs poderiam estar na base da variação. Ao propor diferenças entre clusters de obstruintes, Morelli defende que o tipo menos marcado de cluster complexo em onset é aquele formado por fricativa + oclusiva (FO), como *spa*. Dentre as fricativas, a menos marcada seria a sibilante /s/. Os demais grupos seguem a seguinte ordem harmônica (cf. MORELLI op.cit., p.364):

- a. FO > FF
- b. FO > OF > OO

Isso nos dá uma pista do comportamento díspare dos GCIs: uns seriam mais marcados que outros. No entanto, seqüências de oclusivas como *ct* e *pt*, que apresentam grande número de palavras no dicionário da língua atualmente, seriam as menos harmônicas. Aparentemente isso vai contra a tese de Morelli; mas, é preciso lembrar, seu trabalho se debruça sobre seqüências tautossilábicas de obstruintes. De acordo com as propostas de Mattoso Camara

(1984) e Bisol (1999), sincronicamente esses grupos se caracterizariam como heterossilábicos no português. Portanto, se faz necessário avaliar de que forma as diferenças apontadas por Morelli para as seqüências acima podem ser relevantes para analisar diferenças entre os tipos de GCIs historicamente. Essa avaliação exigiria um estudo mais detalhado, com base em textos antigos e análise quantitativa de dados. Por ora, nos limitaremos a registrar a possibilidade de avaliar a variação em termos de estrutura gramatical, e não apenas como uma listagem especial no léxico, pois é o ranking da língua que “autoriza” as formas de output, mesmo que o input seja relevante nesses casos.

Para concluir a transição, resta mencionar a existência de um outro momento importante na história dos GCIs: a passagem do século XIX para o XX. Neste momento, a artificialidade da escrita é banida via estabelecimento de uma ortografia oficial. Unificando o sistema português e o brasileiro, esta ortografia revelou-nos o seguinte fato: PE e PB diferenciam-se quanto aos GCIs. No PE muitos GCIs são escritos para indicar abertura da vogal antecedente, funcionando como um diacrítico. No Brasil, apenas GCIs pronunciados são escritos. Contudo, como muitos dialetólogos brasileiros mostraram, na fala os brasileiros têm a tendência de inserir uma vogal entre as consoantes do grupo. A epêntese, então condenada por muitos desses estudiosos da língua, tornou-se a variante preferida no PB, no final do século XX (cf. COLLISCHONN, 2002). O fenômeno, conforme nos mostra a autora, seria controlado pela ação de fatores lingüísticos mais que sociais.

Podemos assim resumir o problema da transição:

1. Palavras com GCIs mantêm-se como formas residuais em léxico “especializado” (relacionado à Igreja).
2. A Dinastia de Avis estimula a aproximação da língua portuguesa à latina antes mesmo do Renascimento.
3. Oliveira (1536) e Barros (1540) entendem que palavras com GCIs não são próprias da língua e devem ser modificadas de acordo com a estrutura da língua.
4. Leão (1576) situa palavras com GCIs no léxico da língua, propondo que este é constituído de duas classes de palavras, *corruptas* e *incorruptas*. GCIs aparecem em palavras incorruptas, que, no geral, parecem ser as formas de prestígio nesse período.

5. A metade do século XVI pode ser considerada um marco na história da emergência de formas com GCIs.
6. Deste então, e até o final do século XX, gramáticos apontam variação entre palavras com GCI e sem, sendo a variante de prestígio a forma com o grupo.
7. A virada do século XIX para o XX representa um novo marco na história dos GCIs na língua: a partir da normatização ortográfica, ocorre uma espécie de *dicionarização* de palavras com e sem GCIs, aquelas em que C₁ era pronunciada e mantiveram na escrita, do contrário, o GCI não seria escrito. Nesse momento, diferenças entre PE e PB, quanto aos GCIs, ficam mais evidentes: algumas palavras que em PE mantiveram o grupo no PB aparecem sem ele.
8. No século XX, trabalhos afirmam que o PB se caracteriza pela realização de epêntese, diferentemente do PE, que não registraria o fenômeno.

6.2 SOBRE A AVALIAÇÃO

A avaliação de um dado conjunto de variantes está relacionada à atitude social frente à língua, ao valor atribuído à X, Y, Z dentro da estrutura sociolingüística.

(...) o estudo do problema da avaliação na mudança lingüística é um aspecto essencial da pesquisa que conduz a uma explicação da mudança. Não é difícil ver como traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social de alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo. (WLH, 2006, p. 103).

A avaliação é responsável pela definição das variantes de prestígio e estigmatizadas. Segundo WLH (op.cit., p.119), as reações avaliativas são sistemáticas, e nem sempre o ouvinte as percebe conscientemente. As gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros parecem indicar uma avaliação negativa de formas com GCIs, que seriam estranhas à língua. Para esses gramáticos, “letras mudas”, isto é, consoantes obstruintes, não poderiam travar sílaba no português de 1500; apenas palavras emprestadas poderiam ter obstruintes em coda e, mesmo assim, os portugueses deveriam esforçar-se para adaptar tais empréstimos à estrutura de sua língua, vocalizando ou eliminando a primeira consoante do grupo. Isso nos permite

inferir que, naquele momento, a *reinserção* dos GCIs poderia se encontrar em seu início, e os gramáticos objetivavam frear essas formas, que não eram genuinamente portuguesas. Nota-se aí o papel exercido pelo fator social: o momento político de consolidação das fronteiras do Estado português parece coincidir com a delimitação, consciente e intencional, da língua por parte de seus letrados. Trata-se de um período de conquistas de novos territórios aos quais Portugal impunha sua presença por meio do ensino da língua, enviando aos países colonizados cartilhas que objetivavam ensinar a LP aos nativos.

A gramática de Leão nos fornece evidências de que formas com GCIs estariam mudando sua avaliação para positiva. Em sua obra, Leão deixa claro que formas eruditas (*incompactas*) eram formas de prestígio, “*que a gente vulgar não usa tanto*”, embora afirme que as formas “antigas” (*compactas*) sejam variantes possíveis, que cada um poderia usar como quisesse.

Essa avaliação positiva tende a aumentar até o século XIX, e um sistema ortográfico dito *etimológico*, dominado por uma elite culta que conhecia o latim, passou a inserir na escrita inúmeros GCIs que não encontravam correspondência na fala. Quando a reforma ortográfica proposta por Gonçalves Vianna entra em vigor no início do século XX, a avaliação parece ser direcionada a itens lexicais específicos: Figueiredo (1916) e Jucá Filho (1940) chamam a atenção para o fato de certas palavras deverem ser escritas com o GCI e outras não. Assim, inserir consoantes obstruintes em palavras em que não eram pronunciadas ou, da mesma forma, apagá-las quando eram pronunciadas passou a ser visto como mau uso da língua. As formas de prestígio apoiavam-se agora nas formas sincrônicas da língua, não mais em formas etimológicas reconstituídas.

Ao que tudo indica, a avaliação dos grupos consonantais impróprios, desde Leão, esteve conectada às palavras. Embora avalie positivamente as formas *incompactas*, Leão também sugere que se evitem exageros e que vocábulos *compactos* devem ser mantidos, como em *pentem* e não *penctem*, *feito* e não *fecto*.

No século XX, autores como Nogueira (1948) e Nascentes (1960) condenam a inserção da vogal epentética entre as consoantes de GCI, típica dos brasileiros. A inserção de uma vogal entre as consoantes do grupo seria indicativo da falta de conhecimento da forma “correta” (escrita), o que pode ser evidência para o fato de a palavra com a epêntese estar no léxico do falante e a forma sem epêntese ser uma forma artificial e de prestígio³⁴. No final do século, porém, o trabalho de Collischonn (2002) nos mostra que a epêntese não é mais uma

³⁴ Discutiremos sobre a questão lexical nas seções 6.3 e 6.4.

variante estigmatizada³⁵ e que sua realização variável é orientada principalmente por fatores lingüísticos. A avaliação, então, parece mudar seu foco: não mais a palavra como um todo seria alvo de avaliação positiva, mas o grupo consonantal em si. Palavras com GCI são agora avaliadas conforme a manutenção ou a dissolução do grupo – através de epêntese ou apagamento.

Disso tudo, podemos resumir, com datas aproximadas, a avaliação dos GCIs da seguinte forma:

1500 – 1550: avaliação negativa. Palavras com GCIs são estrangeiras e, portanto, estigmatizadas.

1576 – 1900: avaliação positiva. O uso de palavras com GCIs indica conhecimento do latim, e quem dominava a língua latina pertencia a uma classe privilegiada e de prestígio.

1900... : avaliação positiva, conforme cada item lexical fixado na sincronia com ou sem GCI.

1900... (PB): avaliação negativa da epêntese, considerada fenômeno popular que poderia indicar desconhecimento da escrita.

2000 (PB): não há resultados definitivos sobre a avaliação positiva ou negativa da epêntese³⁶.

6.3 SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO

A implementação da mudança está relacionada aos estímulos e restrições sociais e/ou lingüísticas. Sobre isso WLH afirmam:

Sugere-se que uma mudança começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala. Este traço lingüístico então assume uma certa significação social – simbolizando os valores sociais associados àquele grupo. Uma vez que a mudança lingüística está encaixada na estrutura lingüística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos. Tal

³⁵ O programa estatístico VARBRUL não selecionou nenhuma variável externa, como escolaridade, idade ou sexo; o único fator extralingüístico que revelou diferenças significativas foi o geográfico (cidades), pois Porto Alegre realizaria mais epêntese, seguida por Curitiba e, por último, Florianópolis.

³⁶ Contudo, suspeitamos que a avaliação do falante que conhece a língua escrita seja negativa para o fenômeno, pois, muitas vezes, caracteriza (de forma consciente) a forma falada com epêntese como “erro”, pois “não é assim que se escreve”. Porém, de forma inconsciente, a avaliação de um falante que *não* realiza epêntese, em dado contexto, pode ser negativa, pois poderia soar como artificial e esnobe. A variante sem o grupo, em que ocorre AEE, conforme variação registrada pelo Aurélio Eletrônico – Século XXI, poderia ser caracterizada como estigmatizada. Nesse sentido, é melhor realizar epêntese que apagar uma consoante. Entretanto, essas afirmações baseiam-se em observações particulares não monitoradas de comportamento sociolingüístico ao longo de minha vida acadêmica. Ainda que muitos colegas possam concordar com elas, e que os pressupostos da teoria gerativa me permitam fazê-las, opto por apontá-las em nota de rodapé unicamente para que não deixem de ser registradas.

generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o processo se complete. Novos grupos entram na comunidade de fala, de tal modo que uma das mudanças secundárias se torna primária.... O avanço da mudança lingüística rumo a completção pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social. Por fim, a completção da mudança e a passagem da variável para o *status* de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer significação social que o traço possuía. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exhibe é o produto desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da seleção de uma das alternativas como uma constante (WLH, 2006, p. 124-125).

A partir dessa citação, podemos pensar na questão da implementação da *reinserção* dos GCIs. Temos evidências para afirmar que a recuperação dos GCIs foi implementada a partir de um grupo específico de falantes, aqueles que conheciam o latim. Leão, que não era um gramático, mas que gozou de fama e boa reputação entre eles, seria o primeiro exemplo de estudioso da língua a valorizar as formas eruditas, e nisso foi seguido de perto por seus sucessores. O século XVII vê emergir a preocupação com o ensino da língua materna. Até então, o ensino baseava-se na gramática latina, e o ensino da língua vernácula se dava, quando muito, de forma paralela. Assim, pode-se imaginar uma cadeia, iniciando pelo gramático, passando pelo professor e chegando ao aluno. O uso de formas eruditas, especialmente na escrita, indicaria conhecimento do latim, o que pressupõe que o indivíduo tivesse, pelo menos, nível escolar razoável. Ter a oportunidade de estudar era raro, e quem o fizesse se diferenciaria dos demais, fazendo parte de um grupo privilegiado de conhecedores da língua “correta”, a língua da escola.

No caso dos GCIs, é preciso observar aqui, ainda que isso seja detalhado na próxima seção, que não estamos diante de uma mudança *natural*. Na verdade, a *retomada* desses grupos caminha na direção contrária: a língua “recupera” uma estrutura marcada. Isso só é possível pela forte atuação de fatores sociais. Conforme características apresentadas no capítulo três, a *reinserção* poderia ser classificada como *mudança de cima*, que se caracteriza por:

- envolver contato entre línguas (latim e português);
- iniciar nas classes sociais mais altas, entre os falantes adultos, de forma consciente;
- ser motivada pelo prestígio social;
- atingir inicialmente as formas mais salientes e domínios instáveis, como palavras e morfemas;
- ter sistematicidade casual.

A recuperação da consoante perdida, a partir da segunda metade do século XVI, se espraia pelo léxico gradualmente, atingindo a palavra e não o som. Isso nos leva à questão da Controvérsia Neogramática sobre a natureza da mudança lingüística.

Existem duas respostas para a pergunta *qual a natureza da mudança*: uma afirma que a mudança atinge os sons, que se modificariam gradualmente em todas as palavras em que houvesse contexto para que fossem alterados; a outra resposta defende que a unidade básica da mudança é a palavra, isto é, um dado item lexical sofreria uma alteração fonética abrupta e, por analogia, iria atingindo outras palavras de forma gradual. A primeira proposta é conhecida como Hipótese Neogramática, e a segunda, como proposta da Difusão Lexical.

Para os neogramáticos, a mudança sonora observada em uma língua determinada é a unidade básica na evolução dos sistemas, caracterizando-se por ser foneticamente gradual e lexicalmente abrupta. Isto é, atinge todo o léxico ao mesmo tempo, e o som – que é entendido como a unidade básica da mudança – passa por um processo de “gradação”, ou seja, não passa abruptamente de X para Y. A mudança é resultado da aplicação de regras cegas, ou seja, que não admitem exceção; caso ocorram exceções, elas são explicadas pela analogia ou pelo empréstimo.

Os difusionistas lexicais colocaram em xeque a teoria neogramática, em especial, a regularidade da mudança. Cerca de um século antes deles, os dialetologistas já diziam que a mudança não é regular (Schuchardt e Ascoli, por exemplo), mas ninguém lhes tinha dado ouvidos. Wang (1969) e seu companheiro Chang, idealizadores do modelo difusionista, foram ouvidos, embora nem tão compreendidos. Eles buscaram provar, através de dados do chinês, que os resíduos são naturais a todas as mudanças e que estas são, portanto, sempre irregulares. Levando em consideração as dimensões de tempo, léxico e fonética, eles chegam à conclusão de que muitos tipos de mudança não podem ser considerados foneticamente graduais. A nova proposta é ver a mudança justamente ao contrário do modo como os neogramáticos a descreviam: para Wang e Chang, a mudança é foneticamente gradual ou abrupta e lexicalmente gradual. Ela é implementada através do léxico, por difusão lexical. O que muda é a palavra, e o que está na base dos processos de mudança diz respeito à limitação do aparelho articulatório e à percepção. Ou seja, as razões devem ser procuradas nas propriedades sonoras dos sons, não no contexto fonético.

Labov (1981), ao tentar resolver a controvérsia entre neogramáticos e difusionistas, propõe o seguinte: ambas as posições estão corretas, pois tanto existem mudanças explicáveis pela Hipótese Neogramática quanto pela Difusão Lexical. Os processos de mudança estariam divididos em dois: (1) um que atua na superfície, que se aplica no output e, por ter

condicionamento fonético, poderia ser considerado regular. Deste tipo de processo a tese neogramática parece dar conta. (2) O outro tipo de processo atua na subjacência, aplicando-se no input, alterando a classe e não sendo previsivelmente descrito, o que o torna irregular. Deste, a Difusão Lexical daria conta de explicar.

Esses dois tipos de mudança são assim definidos:

Mudança sonora regular é o resultado de uma transformação gradual de apenas um traço fonético de um fonema num espaço fonético contínuo. É característica do estágio inicial de uma mudança que se desenvolve no interior de um sistema lingüístico, sem condicionamento lexical ou gramatical ou qualquer grau de consciência social (“mudança de baixo”)

Difusão lexical é o resultado da substituição abrupta de um fonema por outro em palavras que contenham este fonema. As formas mais novas e mais velhas de uma palavra se difeririam por muitos traços fonéticos. Este processo é mais característico de estágios tardios de uma mudança interna que foi diferenciada por condicionamento gramatical e lexical, ou que desenvolveu um alto grau de consciência social ou de empréstimos de outros sistemas (“mudança de cima”). (Labov, 1994, p.342)³⁷

Labov (id.ibdem) afirma que o primeiro passo para se verificar se estamos diante de uma mudança do tipo neogramático ou difusionista é, a partir da sistematização da mudança em termos de regras (fonéticas), analisar que palavras a(s) regra(s) atinge(m). Precisamos descartar a hipótese neogramática, portanto. Assim, uma mudança do tipo difusionista não implica ausência de regras; apenas diferencia-se da mudança que atinge o som (i) por sua implementação, pois não atinge todas as palavras de uma dada classe histórica, sendo lexicalmente gradual, e (ii) por ser predominantemente foneticamente abrupta, não apresentando estágios intermediários, como no caso de mudanças telescópicas.

Diferentemente, a *eliminação* dos GCIs na passagem do latim para o português, por meio da vocalização, assimilação e apagamento, poderia ser do tipo neogramática. De acordo com Carneira (2006, p. 27), essa eliminação poderia ter sido condicionada pela ação do substrato celta na Península Ibérica. Holt (1997) afirma que a assimilação das consoantes em grupos com segmentos não velar, como *septe* > *sette*, *gyppo* > *yesso*, teria ocorrido em período anterior à vocalização. Conforme Lloyd (1987, apud HOLT, op.cit, p.63), a assimilação pode ser encontrada em textos da época de Plauto (254 – 184 a.C).

Como veremos na seção 5.4, a vocalização das velares seria consequência, de acordo com a proposta de Holt (op.cit.), da perda da duração vocálica como distintiva. A desassimilação de *sette* > *sete*, ou seja, a dissolução de geminadas, é que teria se dado ao mesmo tempo em que a vocalização. Podemos estar, portanto, diante de dois fenômenos

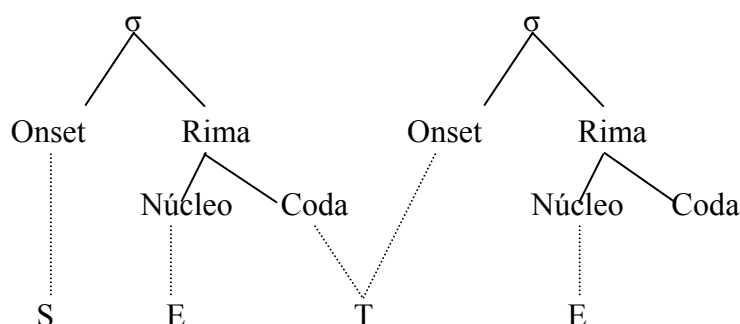
³⁷ Tradução nossa

distintos, mas que podem ter como gatilho a mesma estrutura silábica marcada: codas com obstruintes.

Em termos de regras, e de acordo com a Geometria de Traços (cf. Clements & Hume, 1990), a assimilação do primeiro segmento do grupo ao segundo resultaria na formação de um segmento geminado, que, grosso modo, é um segmento ligado a dois nós de tempo, ou dois nós silábicos:

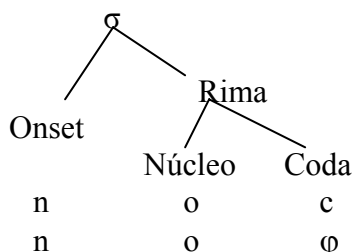
FIGURA 14: Representação da estruturação silábica de um segmento geminado

Ex: *septe* > *sette*



A vocalização também parece ter como gatilho a consoante obstruinte em coda, possibilidade sustentada pela seguinte observação: é sempre o primeiro segmento do grupo que é modificado, resultando em um ditongo, enquanto o segundo mantém-se inalterado. Em outras palavras, a vocalização modifica a obstruinte em semivogal, mantendo um segmento em coda:

FIGURA 15: Representação silábica da vocalização de *nocte* > *noite*



De toda forma, tanto a assimilação quanto a vocalização, e mesmo a queda, podem ser entendidas como processos que atingiram o som, portanto, como uma mudança do tipo neogramática, pois:

- é foneticamente gradual: vocaliza, assimila, apaga³⁸;
- parece ter atingido todas as palavras em que o grupo de oclusivas se fazia presente, portanto, lexicalmente abrupta;
- é previsível;
- não tem condicionamento gramatical;
- não permite categorização.

Entretanto, a *reinservação* dos GCIs por via erudita parece não poder ser caracterizada da mesma forma. A questão inicial que se coloca é: o que provocou a recuperação dos GCIs? Como vimos, a influência clássica fez com que muitas palavras fossem “importadas” diretamente do latim clássico em sua forma “original”. Essas palavras constituem um grupo especializado de itens lexicais na língua e são chamadas de eruditas. Sabemos que uma palavra é erudita analisando sua estrutura: no caso de palavras com GCIs em português, sabemos que são de origem erudita porque não sofreram os processos referidos acima, mantendo o grupo de obstruintes.

Isso posto, pergunta-se: qual o gatilho dessa mudança? Na eliminação do grupo, definimos como gatilho da vocalização e da assimilação a obstruinte em coda. Mas na *reinservação*, como afirmar que o gatilho é uma obstruinte em coda na subjacência? Se isso fosse verdade, precisaríamos aceitar que a *retomada* dos GCIs pode ser formalizada pela não aplicação de nenhuma das regras ao input, o que resultaria em um output com a consoante em coda: as regras de vocalização e apagamento de C₁ deveriam ser apagadas da gramática. Contudo, acreditamos não ser esse o caso, pois significaria dizer que no léxico da LP todas as palavras com GCIs no latim os mantiveram subjacentes durante muito tempo (séculos) e que as formas de output seriam o resultado de processos como a vocalização, a assimilação e o apagamento, atuantes na língua desde o século III a.C. (no caso da assimilação) até o momento em que o latim passa a exercer enorme influência sobre os letrados e estes processos todos cessam, emergindo a forma subjacente com o GCI. Isso não explicaria, também, por que apenas alguns itens lexicais recuperam o GCI, enquanto outros mantêm a forma vocalizada ou sem a C₁.

³⁸ Alguns autores, como Williams (1961), apontam essa gradação:

Lat. *gn* > port. *nh*: *agnum* > *anho*; *cognatum* > *cunhado*, *cognoscendun* > *conhecendo*, *insignem* > *insinhe* (arcaico), *lignum* > *lenho*, *pugnum* > *punho*.

As modificações através das quais essa emissão passou são as seguintes: [*gn*] > [*jn*] > [*jñ*] > [*ñ*]. *Reino* (de *regnum*) foi impedido de ultrapassar o segundo estágio pela influência de rei. (WILLIAMS, 1961, p.94)

De acordo com este autor, os grupos *pt* e *ct* teriam seguido a seguinte seqüência evolutiva: vocalização > assimilação > apagamento, como em *septem* > *seute* ou *seite* > *sette* > *sete*.

Acreditamos, conforme a proposta de Holt (1997), que a lexicalização é caminho natural e inevitável para as formas que mudaram. Assim, com o tempo, as obstruintes em coda – que desapareceram dando lugar a semivogais, sendo assimiladas à consoante seguinte ou simplesmente sendo apagadas – deixaram de estar presentes na forma subjacente, ocorrendo a lexicalização da forma de output. Por isso, quando a língua passa a recuperar os grupos, a forma subjacente não mais teria a obstruinte presente. Formalizar a *reinserção* em uma regra exigiria do pesquisador muita engenhosidade, pois essa regra deveria mostrar a recuperação de uma consoante não presente na sincronia, isto é, na gramática do falante.

Além disso, outro fato que não nos permite caracterizar a *reinserção* como uma mudança do tipo neogramática é a característica não gradual da alteração do som: inversamente à eliminação, a *reinserção* dos GCIs não é foneticamente gradual, a consoante é recuperada ou não. Todos os gramáticos que consultamos, apresentados no capítulo anterior, de forma explícita ou velada, determinam a escrita/pronúncia de palavras com GCIs como “arbitrária”. Entenda-se arbitrária como sinônimo de não-sistematizável. Ou seja, determinado item lexical deveria ser escrito/pronunciado com o GCI porque seu étimo assim exigia, e todas as palavras do paradigma, segundo alguns autores, deveriam seguir o mesmo étimo e recuperar o grupo. Considerando-se que poucos conheciam o latim, e menos ainda os que o conheciam bem a ponto de recuperar o étimo de todas as palavras cognatas, fica óbvio que essa alteração não atingiu todo o léxico de uma vez só e que a um período de grande variação seguiu-se outro em que algumas palavras foram “cristalizadas” com o grupo e outras sem.

Tudo indica que estamos diante de uma mudança por difusão lexical. Além das características já apontadas – lexicalmente gradual, foneticamente abrupta, não previsível – acrescenta-se a presença de exceções lexicais e a possibilidade de ser categorizada (palavras antigas *versus* eruditas). O fato de ser uma mudança iniciada pelos mais cultos e que aos poucos foi sendo absorvida pelo povo permite defini-la como uma mudança de cima, o que, segundo Labov (1994, 342), seria característico da mudança por difusão lexical³⁹.

Acreditamos que a *retomada* dos GCIs na língua se deu de forma gradual, atingindo itens lexicais que com o tempo mantiveram a recuperação do étimo (*digno, substantivo*) ou não (*signal, vitória*). Ou seja, trata-se de uma mudança por difusão lexical.

Tomar essa posição implica responder a outras perguntas: se a *reinserção* atingiu palavras e não o som, por que alguns grupos são muito mais frequentes na língua que outros?

³⁹ Contudo, não conseguimos identificar o condicionamento gramatical dessa mudança, o que seria típico de uma mudança por difusão. Além disso, a *reinserção* dos GCIs parece ser socialmente afetada, na medida em que a variante com GCI seria a de prestígio.

Tomando-se por base o Aurélio Eletrônico – Século XXI, encontramos muito mais grupos *ct* que *gn*: são 1954 palavras com *ct* e 579 com *gn*. Haveria alguma restrição que favorecesse alguns grupos de consoantes a permanecerem e outros não? A variação apontada pelas gramáticas antigas é oriunda de restrições sobre a estrutura silábica ou da adjacência de segmentos muito parecidos? Um mesmo falante teria mais de uma forma de input para palavras com GCI, e a preferência por uma em detrimento de outra caracterizaria a mudança? Ou o falante teria mais de uma gramática e uma única forma subjacente (com ou sem GCI) e a sobreposição de uma forma às demais indicaria que uma das gramáticas terminou por “apagar” a outra? Ou, ainda, o falante poderia ter todo o léxico listado sem GCI, ou com, e a emergência de formas com e sem GCI seria o resultado de processos na língua? Ou, uma última possibilidade, o falante teria o léxico listado com palavras sem e com GCIs que emergiriam tal qual se apresentam na subjacência nas formas de output, posto que não há exigências estruturais que inibam uma ou outra forma?

Essas são questões sobre as quais nos deteremos a seguir.

6.4 SOBRE O ENCAIXAMENTO

O encaixamento da mudança – assim como a transição, a avaliação e a implementação – envolve a análise de dois aspectos, o social e o lingüístico. Refere-se, grosso modo, ao lugar da mudança na estrutura sociolingüística, inserida numa “cadeia complexa de relações” (cf. WLH, 2006, p.113). Em termos lingüísticos, é preciso verificar o encaixamento do fenômeno analisado na gramática da língua, sua relação com outros fenômenos. Em termos sociais, o encaixamento é analisado em relação à estrutura sociolingüística, isto é, se é típico de uma faixa etária, de uma classe social, de um grupo étnico, de maior ou menor escolaridade, do sexo feminino ou masculino, do discurso formal ou informal, etc.

A recuperação dos GCIs está relacionada, como vimos, a um grupo privilegiado de indivíduos conhecedores do latim, ou seja, escolarizados. Como frequentar escolas era privilégio de meninos, poderiam ter sido os homens os propagadores da mudança. Quanto à faixa etária propulsora da emergência das palavras com GCIs, podemos supor que tenha sido a adulta. Com relação ao discurso formal e/ou informal, gramáticos como Feijó (1734) e Barboza (1822) fornecem indícios para uma aproximação das palavras com GCI a um nível mais formal de linguagem. Por fim, observe-se que formas com GCI passam a formas de prestígio.

Além disso, outros dois prismas relacionados ao aspecto social estão envolvidos na *retomada*, o político e o cultural. Político porque a recuperação dos grupos está relacionada à consolidação da língua como espelho da consolidação do Estado português. Cultural porque resulta do pensamento renascentista dominante, o qual revalorizou a cultura clássica tomando como linguagem a ser seguida aquela dos escritores clássicos.

Quanto ao encaixamento lingüístico, acreditamos que se trata da ampliação do léxico, tal qual a proposta dos gramáticos tradicionais. Contudo, queremos aqui pensar essa ampliação pela óptica da gramática otimalista, isto é, do ranking de restrições em conflito próprio da LP. A seção seguinte apresenta a proposta de Holt (1997) para o encaixamento lingüístico da eliminação dos GCIs na passagem do latim para as línguas ibéricas. Partindo de seu estudo, procuramos pensar o encaixamento da *retomada*.

6.4.1 O estudo de Holt (1997)

Em seu trabalho, Eric D. Holt (1997, p.41) defende a seguinte tese: “*historical sound change is driven by the incorporation of phonetic factors into phonology for reasons of lexicon and grammar optimization*”. Para mostrar que isso é verdadeiro, ele analisa algumas mudanças ocorridas na passagem do latim para as línguas ibéricas.

O autor propõe que a eliminação das obstruintes da coda silábica no latim vulgar é consequência da alteração do quadro vocálico da língua. Por uma questão de percepção⁴⁰, as vogais longas latinas desapareceram, iniciando-se uma série de mudanças segmentais no latim. A primeira dessas mudanças foi a supressão do status moraico das oclusivas, que eliminou as oclusivas geminadas e vocalizou clusters velares-coronais. A lógica é a seguinte: uma vez que vogais longas são eliminadas da língua, por implicatura universal, as consoantes móricas também o são, pois estas são mais marcadas que as vogais longas, e isso decorre diretamente da hierarquia de sonoridade, gerando o seguinte ranking em termos de marcação:

$$*O_{\mu} \gg *N_{\mu} \gg *L_{\mu} \gg *G_{\mu} \gg *V_{\mu}$$

Holt ressalta que, quanto mais sonoro o segmento, mais passível de receber mora ele é. Conforme a hierarquia acima, as obstruintes seriam as menos passíveis de receber mora.

⁴⁰ O povo que habitava a Península, quando da chegada dos romanos, não teria percebido as vogais longas latinas em razão da gramática de sua língua, que não produzia vogais longas.

Em latim todos os segmentos podiam receber mora, mas com a perda da duração como contrastiva alguns traços fonéticos alteraram seu status para garantir contrastes (como entre [e] e [E] em português). Em termos de restrições, $*C\mu$ (consoantes moraicas são proibidas) passou a exercer papel importante na língua. Essa restrição pode ser desmembrada como $[*O\mu, *N\mu, *L\mu, *G\mu]$. Segundo Holt, o latim vulgar apresentava consoantes em coda, portanto moraicas, mas estas eram somente segmentos líquidos, nasais e sibilantes. Afirmando que estruturas marcadas só emergem se restrições de fidelidade dominam restrições de marcação, Holt propõe o seguinte ranking que relaciona MAX (que exige que o output mantenha os segmentos do input) e a hierarquia de sonoridade para o latim vulgar:

$$\text{MAX} \gg *O\mu \gg *N\mu \gg *L\mu \gg *G\mu \gg *V\mu$$

Dessa forma, obstruintes com mora são mais marcadas que nasais, líquidas e glides com mora. Se uma restrição de fidelidade (MAX) está dominando as restrições de marcação, então, no caso da eliminação dos GCIs, não apagar elementos é mais importante que eliminar uma estrutura marcada que apresente uma obstruinte em coda, por exemplo. Com base nessa hierarquia, podemos exemplificar a alteração de *nocte* > *noite* por meio do seguinte tableau:

TABLEAU 2: Vocalização de *nocte* > *noite* (cf. Holt, 1997)

/nocte/	MAX	$*O\mu$	$*N\mu$	$*L\mu$	$*G\mu$
a. nocte		*!			
b. note	*!				
☞ c. noite					*

Essa hierarquia de restrições não explica a assimilação, como em *septe* > *sette*, *dictu* > *ditto*, nem o apagamento, como em *pigmenta* > *pimenta*. De acordo com Holt (op.cit, p.75, nota número 15), a assimilação de *pt* > *tt*, ou seja, de segmentos não velares, poderia ter ocorrido antes da eliminação das vogais longas da língua, quando $*C\mu$ ainda não tinha papel. Outras restrições poderiam ter provocado o enfraquecimento de obstruintes em final de sílaba, selecionando segmentos nesta posição conforme seu valor de marcação. Isso está de acordo com a proposta de Zubritzkaya (1994) sobre a direção da mudança: coronais são menos marcadas que labiais (cf. Prince & Smolensky, 1993).

Para dar conta da desassimilação, como em *sette* > *sete* e *ditto* > *dito*, o desmembramento proposto por Holt para a restrição $*O\mu$ é importante. Essa restrição pode ser desmembrada em $*[-\text{sonorante}]\mu$ (segmentos $[-\text{soantes}]$ com mora são proibidos) e

*[+consonantal] μ (consoantes moraicais são proibidas), e restrições de fidelidade como MAX e IDENT aparecem entre elas. Holt não hierarquiza MAX e IDENT, pois alega não fazer diferença para o resultado esperado, embora afirme em nota (nota 14, p. 75) que MAX >> IDENT. Os tableaux abaixo ilustram a desassimilação e a vocalização:

TABLEAU 3: Simplificação das geminadas (cf. Holt, 1997)

/sette/	*[-sonorante] μ	MAX/IDENT	*[+consonantal] μ
a. sette	*!		*
☞ b. sete		*	

TABLEAU 4: Vocalização das velares (cf. Holt, 1997)

/octo/	*[-sonorante] μ	MAX/IDENT	*[+consonantal] μ
a. octo	*!		*
b. otto		*	*!
☞ c. oito		*	

A restrição *[-sonorante] μ garante que somente segmentos [+soantes] ocupem a coda; e MAX/IDENT ranqueado acima de *[+consonantal] μ garante que segmentos do input não sejam apagados, ocasionando a vocalização. No entanto, este ranking não mostra por que um candidato como *seute* ~ *seite* não é escolhido. Para que uma das formas vocalizadas seja um output possível, é preciso que MAX >> IDENT. O autor não trata da possibilidade de vocalização das labiais, limitando-se a analisar por que as obstruintes geminadas foram reduzidas e por que velares foram vocalizadas em coda.

Em nossa pesquisa, encontramos referência à vocalização das labiais em Feijó (1734): para o gramático, o correto seria *absoluto* e não *aussoluto*, *abstinente* e não *austinente*; mas *abnegar* e não *anegar*, *absolver* e não *assolver*. Não há sistematicidade, o segmento labial sonoro tanto poderia ser apagado como vocalizado. O que há em comum entre essas palavras é o GCI presente no étimo latino. Em 6.4.2 apresentamos uma reflexão, a partir do estudo de Holt, sobre a *retomada* dos GCIs na língua; e a discussão que segue o tableau 8 (p.122) busca dar conta da variação encontrada após essa *retomada*.

Quanto ao ranking proposto por Holt, ele parece dar conta das formas de output atestadas hoje na língua portuguesa, limitando os segmentos na posição de coda aos [+soantes]. As restrições propostas por Holt dispensam Coda Condition, que, mesmo dentro do quadro teórico otimalista, é por natureza “paramétrica”, pois cada língua preenche essa restrição com os segmentos que permite na posição de coda. A família de restrições *C μ pode

ser entendida como uma reinterpretação de Coda Condition, o que garante mais naturalidade e simplicidade à análise, dentro da proposta da teoria.

Em resumo, o que podemos concluir da proposta de Holt é o seguinte: os falantes (celtas, de acordo com Cardeira, 2006) perceberam diferenças em relação à língua latina e reinterpretaram essas diferenças de acordo com sua gramática. A duração deixou de ser distintiva, e a restrição *V-LONG, com o tempo, deixou de ter papel, pois a otimização lexical levou as gerações mais novas a terem como input somente vogais curtas. Como vogais longas, com duas moras, são menos marcadas que consoantes móricas, estas, por implicatura, também sofreram alterações; *C_μ ocupa posição mais alta no ranking, e o conflito entre *[-sonorant]_μ e *[+consonantal]_μ, restrições desmembradas de *O_μ, com MAX resulta na escolha de formas de output em que codas são permitidas desde que sejam [+soantes]. Em outras palavras, a simplificação da duração das vogais levou à eliminação das geminadas e à vocalização das velares e coronais em coda. A seguir, pela otimização lexical, as formas degeminadas e vocalizadas, assim como as vogais breves, passaram a ser as formas de input, e as restrições que garantiam isso, por se tornarem redundantes, podem ter sido demovidas no ranking.

6.4.2 GCIs a partir do estudo de Holt

Partindo do ranking proposto acima, *[-sonorant]_μ >> MAX,IDENT >> *[+consonantal]_μ, podemos iniciar uma reflexão sobre a *reinserção* dos GCIs na língua. Esse ranking mostra como GCIs vocalizaram e como houve a desassimilação das geminadas. Situamos o início da implementação da *reinserção* na metade do século XVI (cf. seção 5.3). Se esta era a hierarquia de restrições da LP no século XVI, então é preciso fazer a seguinte pergunta: entre Oliveira e Leão, o ranking se alterou ou se manteve igual?

Uma primeira possibilidade de resposta leva em conta que input e output são diferentes, sendo que a consoante perdida não estaria no input. Vejamos o exemplo abaixo:

TABLEAU 5: *Reinserção* de GCI a partir de input sem o grupo e conforme ranking de Holt (1997)

/averbio/	*[-sonorante] _μ	MAX/IDENT/DEP	*[+consonantal] _μ
☞ a. averbio			
b. advérbio	*!	*	*

O candidato (a) é a forma encontrada em Oliveira (1536) e Barros (1540). O candidato (b) é a forma encontrada em Leão (1576). Isso significa que, para que o candidato (b) saia vencedor, não basta que o ranking mude, pois não há nenhuma restrição que exija a inserção de um elemento na coda silábica. Por isso, uma segunda resposta parece ser mais simples: o candidato escolhido é aquele mais fiel a seu input, e este deve conter a consoante restaurada:

TABLEAU 6: *Reinserção* de GCI a partir de input com o grupo e conforme ranking de Holt (1997)

/adverbio/	*[-sonorante]μ	MAX/IDENT/DEP	*[+consonantal]μ
☞ a. averbio		*	
b. advérbio	*!		*

Contudo, isso ainda não garante que o candidato vencedor seja o (b), pois a restrição *[-sonorante]μ impede que isso aconteça. Holt diz que uma restrição pode ser demovida durante uma mudança e retornar a sua antiga posição depois de completa a mudança: a otimização lexical aproximaria input e output de tal forma que restrições antes decisivas para a escolha de um candidato tornam-se redundantes, pois o input não conteria mais o traço proibido. Isso pode ter acontecido na recuperação dos GCIs: a restrição *[-sonorante]μ poderia ter se tornado redundante a partir do momento em que todas as formas de input só apresentassem segmentos [+soantes], podendo, então, ser demovida ou juntar-se novamente à *[+consonantal]μ, voltando a ser *Oμ. Assim, o ranking da LP quando da *retomada* dos GCIs poderia ser: FIDELIDADE >> *Omora, como no tableau abaixo.

TABLEAU 7: Input com GCI e ranking FIDELIDADE >> *Oμ

/adverbio/	MAX/IDENT/DEP	*Oμ
a. averbio	*!	
☞ b. advérbio		*

A *retomada* nada mais é, desse modo, que uma alteração direta no input, desde que o ranking acima garanta que a consoante recuperada no input seja mantida no output, mesmo que isso represente uma estrutura muito marcada na língua.

Como a recuperação dos grupos atingiu o input e não o ranking diretamente, ela pode ter se dado de forma lenta e gradual em termos de itens lexicais. Daí encontrarmos exemplos de palavras com vocalização, epêntese e apagamento no século XVIII, XIX e XX. Por

exemplo, em Feijó (1734) encontramos: *ausurdo* (vocalização), *adeministrar* (epêntese), *corrução* (assimilação/apagamento?). Isso pode ser entendido como resultado da exigência de fidelidade entre input e output, pois para determinados falantes, corrigidos por Feijó, o input não continha a consoante perdida restaurada, mas a forma vocalizada ou sem a consoante obstruente.

Essa idéia está de acordo com os pressupostos da teoria da variação no sentido que prediz resíduos de gramáticas mais antigas na sincronia. Afinal, a mudança completa é lenta, longa e pode nunca vir a se completar inteiramente, mantendo algumas formas históricas como resíduos que poderão em algum momento emergir como variantes preferidas. Como vimos na seção 6.1 deste capítulo, isso pode ter acontecido na história dos GCIs quanto a sua permanência: palavras com GCIs não teriam deixado de existir na língua por completo, mantendo-se dentro de um léxico especializado (eclesiástico).

De acordo com Holt, sempre que uma língua apresenta formas muito marcadas, isso é resultado da atuação de restrições de fidelidade dominando as de marcação. GCIs são exemplo de formas marcadas, pois apresentam obstruientes em coda. Como explicar o reingresso dessas formas na língua sem que restrições de fidelidade dominem marcação? Parece improvável que esse não seja o caso. O input, ao que tudo indica, teve papel central na recuperação dos GCIs.

Se a recuperação do grupo se deve a uma alteração na forma subjacente, por que não podemos supor que essa alteração tenha motivado a demissão de *[-sonorant] μ abaixo de restrições de fidelidade? Pela lógica proposta por Holt, a demissão de *[-sonorant] μ parece ser a consequência esperada do processo de lexicalização dos itens sem GCI quando estes foram eliminados da língua, transformando-se em formas vocalizadas. Então, no momento da *retomada*, a hierarquia de restrições deveria ser FIDELIDADE >> *O μ , com *[-sonorant] μ já deslocado abaixo de fidelidade. Ora, se a relação entre output e input é crucial nesse caso, então o input não pode ser “qualquer um”, ele deve ser definido.

Vejamos o tableau abaixo. Ele mostra o ranking F >> M e o input com o GCI.

TABLEAU 8: FIDELIDADE >> *O μ

/absoluto/	MAX	DEP	IDENT	*O μ
a. aussoluto			*!	
↻ b. absoluto				*
c. abisoluto		*!		
d. assoluto	*!			

O candidato (b) é escolhido por ser o mais fiel ao input. Para que os demais candidatos vençam, existem três possibilidades:

- 1) gramáticas diferentes, em que cada falante ou comunidade hierarquiza as restrições diferentemente, não importando o input, desde que $M \gg F$:
 - para que o candidato (a) vença, é preciso que $*O\mu$ domine todas as restrições de fidelidade e que $MAX, DEP \gg IDENT$;
 - para que (c) vença, além de $*O\mu$ dominar as restrições de fidelidade, $MAX, IDENT \gg DEP$;
 - para que (d) vença, $*O\mu$ também deve dominar fidelidade e, ainda, $DEP, IDENT \gg MAX$. Nesses três casos, $M \gg F$.
 - quando C_1 é mantida (candidato (b)), $F \gg M$;
- 2) gramáticas diferentes, em que $F \gg M \gg F$, e todos os inputs⁴¹ com a primeira consoante restaurada:

QUADRO 15: input com GCI e reordenamento de restrições de fidelidade

Input: /*absoluto*/

Ranking	Output	Resultado
FIDELIDADE $\gg *O\mu$	absoluto	input = output
MAX $\gg *O\mu \gg DEP \gg IDENT$	ausoluto	vocalização
MAX $\gg *O\mu \gg Ident \gg DEP$	abisoluto	epêntese
DEP, IDENT $\gg *O\mu \gg MAX$	asoluto	apagamento

- 3) uma única gramática em que $F \gg M$, e os falantes se diferenciam em razão do input: [abisoluto] = /abisoluto/, [asoluto] = /assoluto/ e [ausoluto] = /ausoluto/.

A primeira proposta parece não ser muito adequada para explicar a mudança/variação das formas listadas no tableau 8, pois isso exigiria que a gramática apresentasse hierarquias diferentes para cada output possível além de prever a recuperação de GCIs no input apenas para determinados casos (em que $F \gg M$). Além disso, seria preciso desmembrar novamente $*O\mu$ em $*[-sonorante]\mu$ e $*[+consonantal]\mu$ para garantir que as sibilantes não fossem excluídas em palavras como *paz*.

⁴¹ Em todas as palavras que apresentavam o grupo na forma latina.

A segunda proposta parece mais homogênea: todos os inputs recuperam o GCI, e a mudança/variação decorre de alterações no ranking de restrições. Contudo, isso ignora o mecanismo de otimização lexical e não deixa claro por que algumas palavras mantiveram/recuperaram o grupo e outras não. Defender essa proposta implica acreditar que cada palavra tem sua própria gramática. Para esgotar tal possibilidade, analisemos os tableaux abaixo:

TABLEAU 09: Output com GCI

/digno/	MAX	DEP	IDENT	*Omora
☞ a. digno				*
b. dino	*!			
c. digino		*!		

TABLEAU 10: Output sem GCI

/digno/	DEP	IDENT	*Omora	MAX
a. digno			*!	
☞ b. dino				*
c. digino	*!			

TABLEAU 11: Output com epêntese

/digno/	MAX	*Omora	IDENT	DEP
a. digno		*!		
b. dino	*!			
☞ c. digino				*

TABLEAU 12: Output com vocalização

/digno/	MAX	*Omora	DEP	IDENT
a. digno		*!		
b. dino	*!			
c. digino			*!	
☞ d. diuno				*

Esse último ranking, que escolhe como ótimo um candidato com a primeira consoante do grupo vocalizada, só é atestado até Feijó (1734): *aussuro*, *aussoluto*, *auster*, *eleutriz*. Nos séculos seguintes, os gramáticos apenas fazem referência a variantes com o grupo ou sem e, especificamente no século XX no Brasil, com epêntese.

Além dos motivos já citados, não acreditamos que a mudança dependa de alteração no ranking pelas seguintes razões: primeiro, em todos os tableaux a escolha do candidato ótimo depende de sua relação de fidelidade com o input, o que coloca a forma subjacente como ponto central da variação ou mudança; segundo, se o input fosse outro, apenas o candidato (a)

do primeiro tableau seria vencedor, nos demais os candidatos escolhidos seriam outros, o que de novo sugere a relevância do input; terceiro, porque o próprio mecanismo da gramática, de acordo com Holt, opera no sentido de harmonizar formas de input e output, através da Otimização Lexical; e quarto, porque a recuperação do étimo depende do conhecimento de latim do falante e, como nem todos tinham acesso a essa informação, é mais provável que tenham paulatinamente incorporado a forma com GCI por influência de outros falantes mais cultos, e não de forma abrupta.

Assumimos que MAX, DEP, IDENT >> *Oμ e que a variação pode ser explicada por formas subjacentes concorrentes, o que vai ao encontro da proposta de Bakovic & Keer (1997):

We propose that the locus of true optionality is in the underlying form or input. That is, the versions of the sentences in (1)⁴² with and without the complementizer or *wh*-phrases are derived from different inputs... We propose that there exist faithfulness constraints on distinctive formal properties of syntactic structures which disfavor deviation from the input in each case. (BAKOVIC & KEER, 2001, p.2)

Podemos, então, sintetizar o ranking da seguinte forma: FIDELIDADE >> *Oμ. Esse ranking de restrições poderia ser anterior ao início do século XVI, porque a vocalização e a desassimilação remontariam à dialeção do latim vulgar em línguas românicas, portanto, em um momento bastante anterior ao Renascimento, em que Oliveira (1936) e Barros (1540) condenam obstruintes em coda. Pela otimização lexical, o esperado é que formas de output sem GCIs já espelhassem formas de input também sem os grupos. Dessa forma, *[-sonorante]μ já não teria papel significativo e poderia ter sido demovida abaixo de restrições de fidelidade ainda no português dito *antigo*. Diferenças entre esse período da língua e a sua época *clássica* poderiam não estar no ranking de restrições, mas no input.

Concluimos, desse modo, que a *reinscrição* dos GCIs resulta da recuperação da primeira consoante no input, desde que F >> M, e que a variação pode ser resultado de inputs concorrentes. A partir desse pressuposto, de que formas de output acabam por “espelhar”

⁴² Bakovic & Keer (2001, p.1):

(1) Optionality in English:

- a. I think [**that** the coat doesn't fit him].
I think [the coat doesn't fit him].
- b. The coat [**that** he always wears *t*] doesn't fit him.
The coat [he always wears *t*] doesn't fit him.
- c. The guy [**who** she dates *t*] doesn't respect her.
The guy [she dates *t*] doesn't respect her.

formas de input, podemos acreditar que no português, no que diz respeito aos GCIs a partir de sua *retomada*, restrições de fidelidade direcionaram a mudança. Com as formas subjacentes sendo gradativamente alteradas, restrições de fidelidade garantiram a permanência dessas formas marcadas, resultando numa mudança lenta, que não atingiu todo o léxico.

6.5 RESUMO DO CAPÍTULO

Este capítulo objetivou analisar o percurso da mudança dos GCIs a partir de sua recuperação no Renascimento quanto a sua transição, avaliação, implementação e seu encaixamento.

Concluimos que a *reinserção* desses grupos na língua se caracteriza pela recuperação de formas marcadas, o que nos levou às seguintes afirmações:

- o percurso “formas sem GCI > formas com GCI” se caracteriza pela emergência de resíduos a partir da metade do século XVI.;
- essa emergência de estruturas marcadas não resulta de uma alteração no ranking da língua, mas da recuperação do grupo na subjacência, motivada por fatores extralingüísticos;
- a alteração do input explica porque nem todas as palavras que poderiam recuperar o étimo o recuperaram, apenas alguns itens lexicais reconstroem o grupo e o mantêm até o século XXI;
- para que o grupo pudesse ser recuperado, foi essencial que o ranking de restrições apresentasse a seguinte hierarquia: FIDELIDADE >> *Oμ;
- a variante que recupera o étimo torna-se forma de prestígio a tal ponto que escrita e fala distanciam-se enormemente a partir do século XVII: aquela recuperando o grupo em todas as palavras possíveis de acordo com o conhecimento do escritor; esta apresentando oscilações entre variantes com ou sem o grupo;
- no início, a variação decorre de diferenças entre inputs; depois, a variação entre formas vocalizadas, sem o grupo e epentéticas nos séculos XVII, XVIII e XIX, poderia decorrer de inputs alternantes;
- a *retomada* seria uma mudança do tipo difusionista, enquanto a eliminação dos grupos em séculos anteriores seria do tipo neogramática.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo analisar alterações históricas relacionadas aos grupos consonantais impróprios, mais precisamente a partir do século XVI em razão das fontes consultadas. Por meio do exame de gramáticas antigas, pudemos observar mais atentamente o percurso de recuperação do étimo que se desenvolve particularmente durante o Renascimento.

De acordo com gramáticos históricos, do latim ao português grupos de consoantes formados por dois segmentos obstruintes, como *digno*, *advérbio*, *magnífico*, *substantivo*, sofreram alterações no sentido de eliminação da primeira consoante do grupo, reaparecendo depois por empréstimos do latim na época do Renascimento. Acreditávamos que esse *reaparecimento* merecia um estudo mais detalhado, pois não existem, pelo que sabemos, estudos que focalizem o assunto e que dêem conta de explicar de forma satisfatória essa *reinscrição*. Afinal, por que a LP recupera uma estrutura marcada?

Direcionamos nosso olhar pelos pressupostos da Teoria da Variação e também pela Teoria da Otimidade, focando os seguintes objetivos: descrever o comportamento dos GCIs na história da língua a partir das gramáticas consultadas e refletir sobre a importância de aspectos gramaticais na história dos GCIs. Para tanto, procedemos ao exame de gramáticas antigas. Esperávamos que essas obras pudessem nos levar à confirmação de algumas hipóteses.

Encontramos nas gramáticas informações sobre o início da implementação da mudança (*retomada*). Verificamos que a mudança não se deu de forma abrupta, isto é, precedeu-a um período em que formas residuais ainda estavam presentes na língua (léxico eclesiástico), e seguiu-se a ela um período de grande instabilidade, em que formas variantes (vocalizadas, sem o grupo e epentéticas) podem ser observadas. Essa constatação confirma nossa primeira hipótese, que leva em conta a crença de que toda mudança pressupõe variação.

Também concluímos que a recuperação dos GCIs não se deu de forma abrupta quanto à unidade básica da mudança, atingindo palavras e não sons, portanto, espalhando-se pelo léxico por difusão lexical. Isso se deu de forma distinta da eliminação dos grupos na passagem do latim para o português, que aparentemente atingiu todo o léxico, alterando o grupo sempre que houvesse contexto para isso. A segunda hipótese parece ter sido confirmada: a eliminação e a recuperação dos grupos seriam de natureza distinta.

No entanto, nossa terceira hipótese não foi confirmada e, ainda, foi insatisfatoriamente desconfirmada. Esperávamos encontrar referências à existência de seqüências de obstruintes

já nas primeiras gramáticas da língua, como de fato encontramos em Oliveira (1536) e Barros (1540), primeiros gramáticos consultados. Porém, nessas obras, GCIs aparecem como formas estigmatizadas, não pertencentes à estrutura da língua. É somente na obra de Leão (1576) que GCIs são entendidos como pertencentes ao léxico da língua, ainda que a um grupo diferenciado de palavras, ditas *incorruptas* pelo autor, que hoje denominamos *eruditas*. Desse modo, existem indícios de que no início do século XVI a recuperação dos grupos pudesse estar em seu início, o que não pode ser plenamente confirmado a partir das gramáticas de Oliveira e Barros. Ela pode, sim, ser claramente observada na obra de Leão, o que nos leva à seguinte suposição: a recuperação de GCIs data da segunda metade do século XVI.

Quanto à quarta hipótese, que supõe a atuação de fatores gramaticais na *retomada*, acreditamos tê-la confirmado. Seguindo a proposta de Holt (1997), propusemos que a gramática da língua no século XVI, no que diz respeito aos GCIs, apresentava a seguinte hierarquia de restrições: FIDELIDADE >> *Oμ. A *reinscrição* de GCIs seria resultado de modificação da forma subjacente de alguns itens, o que explicaria sua lenta implementação pelo léxico. A configuração da gramática como F >> M foi crucial para que candidatos com estruturas marcadas, com codas obstruintes, pudessem ser escolhidos. Dessa forma, ampliamos a resposta dada pelos gramáticos históricos: GCIs retornam à língua por empréstimo do latim, mas só são outputs possíveis na língua porque F >> M. A conjunção entre forma subjacente e ranking é, portanto, indispensável para explicar a mudança.

Com relação ao papel das restrições na história dos GCIs a partir de sua *reinscrição*, alguns pontos ficam em aberto, em especial no que diz respeito à variação. A variação encontrada no século XVII, em que vimos quatro variantes possíveis, parece diferenciar-se da variação verificada no trabalho de Collischonn (2003), que aponta para duas variantes no PB, com ou sem epêntese, sendo a primeira mais comum. Ora, até a metade do século XX, mais ou menos, a variante de prestígio preservava o GCI sem acréscimo ou alteração de segmentos. A pesquisa de Collischonn (op.cit.) indica que não há fatores extralingüísticos dentro de uma comunidade que indiquem que uma ou outra é a variante de prestígio. Esse é um ponto que ficará em aberto e poderá ser objeto de trabalho posterior. Para o momento, reforçamos a importância da definição do input e do ranking F >> M para o início da implementação das formas com GCI. A variação foi aqui assumida como resultado de inputs concorrentes.

Essa lacuna que permanece é a razão pela qual a quinta hipótese parece ter sido parcialmente confirmada. Esperávamos encontrar instabilidade semelhante à encontrada para a variação do fenômeno da epêntese (cf. COLLISCHONN, op.cit.) na história dos GCIs. Encontramos dados que mostram variação entre formas vocalizadas (até o século XVII),

formas sem o grupo, formas com o grupo e formas epentéticas (no PB, século XX). No entanto, defendemos que em seu início a recuperação dos GCIs depende da recuperação do grupo na forma subjacente e que a variação está relacionada à incorporação ou não do grupo no input pelo falante. No século XXI, o que está em jogo pode não ser exatamente a forma subjacente, mas o ranking em que restrições de marcação são fundamentais para que a forma epentética seja a escolhida (cf. Collischonn, 2000), pois a primeira consoante do grupo estaria sempre presente na forma subjacente de determinadas palavras⁴³.

Uma vez que assumimos que a *retomada* dos GCIs se deve à alteração no input e a uma hierarquia de restrições em que $F \gg M$, o papel da estrutura silábica resume-se, grosso modo, à restrição *Oμ. Esta, sendo dominada por restrições de fidelidade, não será capaz de proibir a escolha do output mais fiel ao input, mesmo que este apresente uma obstruinte em coda.

Não analisamos o papel de restrições sobre segmentos, cujo trabalho de Morelli (1999) nos permitiria fazer, porque a proposta aqui defendida tornou tal análise dispensável. Contudo, explicar as diferenças encontradas entre o número de itens lexicais com *ct* e *gn*, por exemplo, deveria, necessariamente, levar em conta os segmentos. A própria implementação da mudança poderia estar relacionada a eles. Porém, mantemos a recuperação do grupo pelo input e $F \gg M$, assumindo que a variação é resultado de inputs em competição. Pela extensão do trabalho, não tratamos aqui de restrições sobre segmentos e de seu papel no direcionamento da mudança, projetando-a para trabalhos futuros.

A falta de um estudo mais acurado sobre o papel de restrições silábicas e segmentais na história dos GCIs após sua recuperação resulta em outra impossibilidade: verificar se a gramática do século XVI é a mesma do século XXI. Se nossa proposta está correta, estamos diante de duas gramáticas distintas no que se refere às formas de input. Contudo, no que se refere ao ranking de restrições, seguindo a proposta de Holt (1999), não parece ter havido alterações significativas, com $F \gg *O\mu$. Dessa forma, aceitamos que a gramática da LP não teve grandes alterações entre os séculos XVI e XX, e outputs marcados, mas fiéis a seus inputs, continuaram a ser escolhidos como ótimos.

Para concluir, resta dizer que acreditamos ter contribuído para a descrição do português numa perspectiva histórica no que diz respeito aos GCIs e, de certa forma, à estrutura silábica. Outputs marcados são mantidos porque são fiéis a seus inputs.

⁴³ Collischonn (2000, p. 302) adverte em nota de rodapé que “realizações em que se apaga a consoante, como [repuna] para repugna e outras, são consideradas como derivadas de inputs sem a consoante”.

Nossa análise simplifica a questão, deixando de lado o conflito de restrições silábicas, segmentais, de formação de acento, mas cumpre o objetivo geral deste trabalho, que é analisar a história dos GCIs na LP buscando, para isso, explicações na gramática da língua que justificassem sua *retomada* no intuito de ampliar a descrição dos gramáticos históricos. Como todo trabalho pioneiro, tem suas falhas. Contudo, acreditamos ter colaborado com a reflexão sobre um assunto debatido unicamente em gramáticas históricas e de forma ampla e pouco detalhada.

Esta investigação não esgota seus esforços aqui. Pretendemos, a partir do exame de textos antigos, correspondentes a cada época, verificar o percurso da história dos GCIs avaliando o papel de outras restrições que poderiam ser determinantes para a variação registrada nos diferentes períodos. Partimos da proposta de Holt (1997) e avançamos no tempo tendo em mãos a hierarquia de restrições assumida por este autor para o português antigo. Podemos, futuramente, realizar percurso inverso, partindo de propostas atuais de gramáticas do português, como a de Lee (1999) e Collischonn (2000), e nos dirigir ao passado em posse do ranking de restrições proposto por esses autores.

REFERÊNCIAS

ANTILLA, Arto. Deriving variation from grammar. In: HINSKINS, Frans; VAN HOUT, Roeland & WETZELS, Leo. **Variation, Change, and Phonological Theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997.

Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. versão 3.0 Rio de Janeiro: Lexikon informática, [2000].

BAKOVIC, Eric. 1997. **Complementizers, Faithfulness, and Optionality**. ROA-212, Rutgers Optimality Archive, <http://ruccs.rutgers.edu/roa.html>.

BAKOVIC, Eric & KEER, Edward. Optionality and Ineffability. A ser publicado em: LEGENDRE, Géraldine; GRIM SHAW, Jane & VIKNER, Sten. **Optimality – Theoric Syntax**. MIT Press, 2001. (disponível em www.roa.rutgers.edu, acessado em 28/06/2007).

BISOL, Leda. A sílaba e seus constituintes. In: NEVES, M. H. M.(org). **Gramática do Português Falado**. V. VII: Novos Estudos. Campinas: Editora da UNICAMP,1999.

BISOL, Leda (org). **Introdução aos estudos de fonologia do português brasileiro**. 3 ed. rev. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In: Fernanda Mussalim, Anna C. Bentes (orgs.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, vol. 3.

BRAGA, M.L.; MOLLICA, M.C. (orgs). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRESCANCINI, Cláudia. A análise da regra variável e o programa VARBRUL 2S. In: BISOL, Leda & BRESCANCINI, Cláudia (orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002.

BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1956.

BYNON, Theodora. **Historical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

CAGLIARI, L. C. **Elementos de Fonética do Português Brasileiro**. Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 1981.

MATTOSO CAMARA Jr, Joaquim. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. **Problemas de lingüística descritiva**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

CARDEIRA, Esperança. **Entre o Português Antigo e o Português Clássico**. Lisboa: INCM, 2005.

_____. **O Essencial sobre a História do Português**. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge: MIT Press, 1965.

CLEMENTS, George N. **Cv phonology : a generative theory of the syllable**. London: The mit Press, 1985.

_____. The role of the sonority cycle in core syllabification. In: KINGSTON, J. e BECKMAN, M(org.). **Papers in Laboratory phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

COETZEE, Andries W. **What it Means to be a Loser: Non-Optimal Candidates in Optimality Theory**. University of Massachusetts: Ph.D. 2004.

COLLISCHONN, Gisela. A epêntese vocálica no português do Sul do Brasil. In: BISOL, Leda & BRESCANCINI, Cláudia (orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002.

_____. A epêntese vocálica no português do Sul do Brasil: análise variacionista e tratamento pela Teoria da Otimidade. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre. V.35, nº 1, p. 285-318, março de 2000.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Luciane Trennephol da. **Estudo do rotacismo: variação entre consoantes líquidas**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, edição revista e ampliada.

FARIA, Ernesto. **Fonética histórica do latim**. 2. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

GUY, G. The sociolinguistic types of language change. **Revista Diachronica VII**, n.1, 1990.

_____. A teoria fonológica e a variação. Porto Alegre: **Revista Organon**, n.18. 1991.

HOLT, Eric David. **The role of the listener in the historical phonology of Spanish en Portuguese: an optimality- theoretic account**. Tese de doutorado - Graduate School of Arts and Sciences of Georgetown University, Washington, 1997.

HUTTON, John. **Optimality Theory and historical language change**. Paper presented at the 4th Phonology Workshop, Manchester, England, May 1996.

IAN, Roberts (org). **Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

SAID ALI IDA, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

JACOBS, Haike. **Lenition and Optimality Theory**. Proceedings of the 24th Linguistic Symposium Romance Languages. University of Southern California and University of California, Los Angeles, 1994.

JAEGER, Jeri J. **On the acquisition of abstract representations for English vowels**. Phonology Yearbook 3, 1986.

JUCÁ FILHO, Cândido. **Gramática histórica do português contemporâneo**. Rio [de Janeiro]: Epasa, 1945.

KAGER, Rene. **Optimality Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KIPARSKY, Paul. Historical linguistics. In **Explanation in Phonology**. Dordrecht: Foris, 1971.

KIPARSKY, Paul and MENN, Lise. On the acquisition of phonology. In John Macnamara (ed.). **Language Learning and Thought**. New York: Academic Press, 1977.

LABOV, W. The social motivation of a sound change. I: **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Resolving the neogrammarian controversy. **Language**, 57, n. 2, 1981 (p. 267 – 309).

_____. **Principles of linguistic change**. v. I. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LASS, Roger. **Historical linguistics and language change**. Cambridge: 1997.

LEE, Seung-Hwa. Teoria da Otimidade e silabificação do PB. In: IBLER, Veronika B.; MENDES, Eliana A.M.; Oliveira, Paulo F.M. de (eds.) **Revisitações**: edição comemorativa dos 30 anos da FALE./UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LEE, Seung-Hwa & OLIVEIRA, Marco Antonio de. Teoria Fonológica e variação lingüística. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 3. João Pessoa: UFPB, 2006 (p.41-67).

LUFT, Celso Pedro. **A nova ortografia oficial explicada**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do Galego-Português**, Coimbra, INIC, 1986.

MACIEL, Maximino. **Grammatica descriptiva : baseada nas doutrinas modernas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

MARTINET, André. **Elementos de Lingüística Geral**. 6ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1975.

MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

_____. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.

McCARTHY, John J, & PRINCE, Alan. **Prosodic Morphology: Constraint Interaction and Satisfaction**. Rutgers University Center for Cognitive Science: 1993. Disponível em <http://roa.rutgers.edu>.

McCARTHY, John J. **Extensions of faithfulness: Rotuman revisited**. University of Massachusetts, Amherst, 1995. Disponível em <http://roa.rutgers.edu>.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. O estudo da mudança de som no registro escrito: fonte para o estudo da fonologia diacrônica. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre N. 141, 2005. (p. 117-135).

MORELLI, Frida. **The phonotactics and phonology of obstruent clusters in Optimality Theory**. Tese de doutorado – University of Maryland, 1999.

NARO, Anthony J (org). **Estudos Diacrônicos**. Petrópolis: Vozes, 1973.

NASCENTES, Antenor. **O idioma nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

NOGUEIRA, Julio. **Programa de português: gramática**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sa. **O problema da sílaba**. Lisboa: Clássica, 1942. x, 112 p.

NUNES, José Joaquim. **Crestomatia arcaica**: excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece 7. ed. Lisboa: Clássica, 1970.

PAIVA, M. da C. A variável gênero/sexo. In: BRAGA, M.L.; MOLLICA, M.C. (orgs). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, Carlos Eduardo. **Gramática expositiva: curso superior**. 62. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1944.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. **Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar**. Rutgers University e University of Colorado-Boulder, 1993.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões grammaticae ou nova grammatica portugueza**. 6. ed. Bahia: Progresso, 1955.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, Ulrich; DITMAR, Norbert & MATTEIR, Klaus (eds.). **Sociolinguistics: an internacional handbook of language and the society**. New York: Walter de Gruyter, 1988. (p. 984-988).

SÁ NOGUEIRA, Rodrigo de. **Tentativa de explicação dos fenômenos fonéticos em português**. 2 ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1958.

SARAIVA, António José. **História da literatura portuguesa**. 5. ed. corr. e aum. Porto: Porto Editora, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix.

SCHNEIDER, Edgar W. Investigating Variation and Change in Written Documents. In: K. Chambers, Peter Trudgill & Natalie Schilling-Estes (eds). **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford: Blackwell, 2000.

SCHWINDT, L. C. . Teoria da Otimidade e Fonologia. In: BISOL, Leda. (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 4 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. **O português arcaico: fonologia**. São Paulo, 1996.

_____. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *D. E. L. T.A.*, v.4, nº 1, 1988. (p. 85-113).

SILVEIRA, Olmar Guterres da. A "grammatica" de Fernão D'Oliveyra. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.

SPINA, Segismundo. **História da Língua Portuguesa III - Segunda metade do século XVI e século XVII**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. S. Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TORRINHA, Francisco. **Gramática portuguesa**. 6. ed. Pôrto: Marânus, 1944.

VOTRE, S.J. Relevância da variável escolaridade. . In: BRAGA, M.L.; MOLLICA, M.C. (orgs). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

WARTBURG, Walther von. **Problemas e métodos da lingüística**. São Paulo: Difel, 1975.

WEINREICH, U; LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical fundations for a theory of language change. I: LEHMAN, W. & MALKIEL, I. **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

_____. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WILLIAMS, Edwin. **Do latim ao português : fonologia e morfologia históricas da língua portuguêsã**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

ZUBRITSKAYA, Katya. Mechanism of sound change in Optimality Theory. **Language, Variation and Change**, n. 9, 1997 (p. 121-148).